



UNIVERSIDADE FEDERAL
DE ALAGOAS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA – IP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA – PPGP
MESTRADO EM PSICOLOGIA

“TEMOS TANTO PARA CONTAR...”
REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA MATERNIDADE COM FILHAS/OS
ASSUMIDAS/OS LGBTQIAPN+

EDSANGELA MARIA PORTO PALMEIRA SILVA

Maceió – AL

2023



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA – IP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA – PPGP
MESTRADO EM PSICOLOGIA

“TEMOS TANTO PARA CONTAR...”
REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA MATERNIDADE COM FILHAS/OS
ASSUMIDAS/OS LGBTQIAPN+

EDSANGELA MARIA PORTO PALMEIRA SILVA

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Alagoas, como requisito para a obtenção do grau de Mestra em Psicologia, sob orientação do prof. Dr. Leogildo Alves Freires.

Maceió – AL

2023

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico
Bibliotecária: Taciana Sousa dos Santos – CRB-4 – 2062

S586t Silva, Edsangela Maria Porto Palmeira.
"Temos tanto para contar..." Representações sociais da maternidade com filhas/os assumidas/os LGBTQIAPN+ / Edsangela Maria Porto Palmeira Silva. – 2023.
95 f. : il. color.

Orientador: Leogildo Alves Freires.
Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Psicologia. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Maceió, 2023.

Bibliografia: f. 79-87.
Apêndices: f. 88-95.

1. Representações sociais. 2. Maternidade. 3. LGBT. 4. Coming out. I. Título.

CDU: 159.9

Você tem que agir como se fosse possível
transformar radicalmente o mundo. E você tem
que fazer isso o tempo todo.

Angela Davis

Uma das coisas mais bonitas e difíceis de ser
mãe é olhar para os rebentos como outros, e
não como extensão de si, e respeitar as
diferenças a ponto de amá-las.

Maria Ribeiro

AGRADECIMENTOS

Neste momento de agradecimento acaba passando um filme em minha mente, o de um sonho realizado, das pessoas que contribuíram para que este projeto chegasse ao fim e dos momentos difíceis que enfrentamos no fazer de um pesquisador.

Neste sentido, não poderia deixar de, primeiramente, agradecer a Deus por estar presente nos momentos em que esse processo parecia não dar certo. Pois, nos momentos difíceis que passei nesta caminhada de pesquisadora, recorrer a minha espiritualidade fez a caminhada parecer mais leve.

Agradeço em especial ao meu companheiro de vida Stoney, que sempre esteve presente me incentivando e motivando quando a caminhada parecia estar mais pesada. Ao meu pai, Edson – que neste período passou por momentos difíceis – a ele eu dedico este projeto, hoje não está mais no meio de nós, mas acredito que está vibrando por esta conquista de onde ele estiver. À minha mãe Angela que fez a caminhada ser mais leve. A meu filho, Anderson, que incentivou e me fez acreditar que era possível.

Um agradecimento todo especial às pessoas que direta e indiretamente estiveram presentes nesta caminhada, me orientando, contribuindo no processo de execução, e incentivando. À Profa. Mestra Patrícia Torres, que foi a primeira pessoa a acreditar que o sonho seria possível. Ao meu afilhado, Willamys, que esteve sempre presente me apoiando e contribuindo com orientações. À psicóloga Cleane que foi a base para suportar os meus momentos de desafios, pela ajuda na produção da dissertação, pela escuta das minhas dificuldades, pelo apoio e incentivos, ao grupo LAPAP, através de Leonita, Júlio e Luan.

Gratidão ao Coletivo “Mães da Resistência”, através das mães que aceitaram participar desta pesquisa, na qual me fizeram evoluir enquanto pessoa, mãe e como pesquisadora, afinal sem este coletivo tão potente, esta pesquisa não seria possível.

Agradecer a banca examinadora que esteve presente tanto na qualificação como na defesa deste projeto, a Profa. Dra. Sheyla Fernandes pela contribuição realizada desde a qualificação na forma tão perspicaz na sugestão do aporte teórico, e a Profa. Dra. Valeschka Guerra, pelo cuidado e zelo com a correção e sugestões também realizadas.

E finalizo deixando todo o meu agradecimento, admiração a este amigo, professor e orientador Dr. Leogildo Alves Freires, que embarcou comigo neste projeto, e acolheu de forma entusiasmada a pesquisa, além da paciência e competência com que conduziu o processo de orientação, de forma a compreender e respeitar minhas limitações pessoais, profissionais e acadêmicas.

Dedico e espero de coração que este trabalho possa contribuir de forma positiva à classe acadêmica, ao Coletivo “Mães da Resistência” e todos os familiares e filhas/os LGBTQIAPN+.

RESUMO

O presente estudo objetivou conhecer as representações sociais da maternidade de mães que tiveram suas/seus filhas/os assumidas/os LGBTQIAPN+, como foco na experiência do *coming out* experienciado por estas mães. Para tanto, contou-se com o aporte teórico da Teoria das Representações Sociais em interface com o referencial da Psicologia Social sociológica, em particular em específico a Núcleo Central (TNC) Abric. Especificamente, buscou, descrever as crenças centrais e periféricas na vivência maternal das participantes deste estudo durante o processo de *coming out*, popularmente conhecido como “sair do armário”, além de investigação das representações sociais da maternidade buscou, também refletir sobre como o contexto da pandemia da COVID-19 impactou nas relações familiares com filhas/os assumidas/os LGBTQIAPN+. Tratou-se, então, de uma pesquisa qualitativa descritiva. Para esse propósito, foram coletados relatos de 12 mães que, por sua vez, integram o coletivo nacional “Mães da Resistência”. Tais encontros foram realizados por meio de quatro rodas de conversas nas plataformas digitais Google Meet e Zoom. Foram utilizados em três momentos, textos disparadores que envolviam as experiências vividas por mulheres na maternidade e na sociedade, além de um texto sobre o impacto da pandemia do COVID-19 nas vivências de LGBTQIAPN+. Os relatos foram, então, analisados por meio do software Iramuteq. Nesta oportunidade, são apresentados resultados decorrentes das análises de Classificação Hierárquica Descendente (CHD), que se constituíram como estratégias analíticas empregadas no presente momento. Os principais resultados apontam a partir da TNC que a maternidade é revestida de crenças naturalizantes sobre a maternidade; traz a centralidade na/o filha/o e na experiência solitária que envolve essa vivência, além da responsabilização por todo cuidado com a prole que o contexto social a impõe. Adicionalmente, expectativas, sentimento de culpa, entre outros sofrimentos psíquicos são enfoques que aparecem com recorrência no que se refere aos aspectos emocionais evocados. Por fim, a necessidade de busca pela aprendizagem formal acerca do contexto das minorias sexuais (sexo gênero diverso), através do saber científico para desconstrução de ideias estereotipadas, e por apoio grupal aparecem relacionados à redução de prejuízos na saúde mental de todos os envolvidos no processo de *coming out*. Contudo, o referido estudo não tem a intenção de esgotar todas as possibilidades de investigação, mas sim de tecer reflexões e problematizações sobre a dinâmica familiar LGBTQIAPN+, na perspectiva materna, num país que mais violenta e mata grupos minorizados no mundo sob a ótica do machismo e patriarcado.

Palavras-chave: Representações Sociais; Maternidade; LGBT; Coming out;

ABSTRACT

The present study aimed to understand the social representations of motherhood with mothers who had their sons/daughters assumed as LGBTQIAPN+. For this, the theoretical support of the Central Core Theory (CCT) was used in interface with gender and sexuality studies of today. Specifically, we sought, initially, to describe the central and peripheral beliefs in the maternal experience of the participants of this study during the *coming out* process, popularly known as "*coming out of the closet*", besides the investigation of the social representations of maternity, we also sought to reflect on how the context of the COVID-19 pandemic impacted on family relationships with LGBTQIAPN+ sons/daughters. This was, therefore, descriptive qualitative research. For this purpose, reports were collected from 12 participants who, in turn, are part of the national collective "Mothers of Resistance". These meetings were carried out through four rounds of conversations in the digital platforms Google Meet and Zoom. Trigger texts involving the lived experiences of women in motherhood and in society were used in three moments, in addition to a text about the impact of the COVID-19 pandemic on the experiences of LGBTQIAPN+. The accounts were then analyzed using Iramuteq software. The main results point out that the Social Representations of maternity are coated with naturalizing beliefs about maternity; it brings the centrality in the sons/daughter and in the solitary experience that involves this experience, besides the accountability that the social context imposes. Additionally, expectations, feelings of guilt, among other psychic sufferings are recurrent approaches that appear when it comes to the emotional aspects evoked. Finally, the need to search for formal learning about the context of sexual minorities (diverse sex gender), through scientific knowledge to deconstruct stereotyped ideas, and through group support, they seem to be related to the reduction of benefits in the mental health of all those involved in the process of coming out of the closet. However, this study does not intend to exhaust all possibilities of investigation, but rather to weave reflections and problematizations on the LGBTQIAPN+ family dynamics, from the maternal perspective, in a country that most violently and kills minority groups in the world from the perspective of machismo and patriarchy.

Keywords: Social Representations; Motherhood; LGBT; Coming out; Social

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
PARTE TEÓRICA	12
A MULHER NA SOCIEDADE E NA FAMÍLIA	12
O contexto histórico da maternidade	12
Maternidade e papéis sociais	16
Maternagem com filhas/os LGBTQIAPN+	20
GRUPOS MINORIZADOS (SEXO GÊNERO DIVERSOS): UM ENFOQUE NA POPULAÇÃO LGBTQIAPN+	20
A instituição família e a homossexualidade masculina e feminina	23
Os lugares da bissexualidade e os enlaces com a família	28
O movimento ‘T’ e a instituição ‘F’(amília)	29
A TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: BREVE HISTÓRICO	32
Teoria do Núcleo Central: um aporte teórico pertinente	38
PARTE EMPÍRICA	40
OBJETIVOS	40
Geral:	40
Específicos:	40
MÉTODO	41
Participantes	41
Coleta de Dados	43
Análise de dados	44
RESULTADO E DISCUSSÃO	45
Figura 1 - CHD - Corpus - “Quem pariu Mateus que balance”	50
Figura 2 - CHD - Corpus - “Ser mãe é padecer no paraíso”	63
REFERÊNCIAS	79
APÊNDICE - A	88
APÊNDICE - B	95

INTRODUÇÃO

A sociedade contemporânea testemunha uma inserção progressiva das mulheres na esfera social que, anteriormente, era considerada exclusiva da atividade masculina. Banditer (1993) afirma que as mudanças trouxeram impactos nas definições da identidade feminina e das relações de gênero, em promover a consciência de reposicionamento e redefinição de papéis e identidades. Neste sentido, as personagens femininas assumem diferentes configurações em diferentes papéis. Em todas as áreas da vida social, especialmente no trabalho e no cuidado dos filhos, os aliciamentos existem de forma peculiar e marcam suas vivências maternas.

Essas configurações supracitadas demonstram que os papéis familiares e sociais da mulher são reestruturados e ela começa a se adaptar, pois além de ser esposa e filha, ela também poderá se tornar mãe e educadora (TOURINHO, 2006). As expectativas embutidas na idealização desta maternidade vão se reformulando e parece assumir novas práticas sociais, crenças e sentimentos contraditórios, com o ideal de maternidade aceito pela sociedade (TOURINHO, 2006). Essas reações, superficialmente existem apenas no reino pessoal, no entanto, estão intimamente relacionadas com a idealização da maternidade que se espalha amplamente em nossa sociedade e se não for alcançado, causa sofrimento (BRUNHARA; PETEAN, 1999).

Ser mãe e mulher na sociedade brasileira, portanto, significa estar integrada a uma teia de relações sociais, historicamente construída, em que questões de gênero, identidade, classe e raça estabelecem um contexto, no qual emergem as experiências cotidianas e seu discurso e prática (COUTINHO; MENANDRO, 2009). Ser mãe, nesta questão, envolve participação ativa, abnegada muitas vezes do ser pessoal de seus projetos de vida profissional.

Desta feita, pode-se pensar que, além deste ideal maternal atribuído à mulher pela sociedade, ela ainda carrega consigo atribuições para além do ser mulher e mãe, como o papel da esposa dentro do contexto familiar – que vem se modificando ao longo dos tempos. Não obstante, ainda se percebe o quanto a visão cisheteronormativa perpassa o coletivo das famílias brasileiras e lidar com a

diversidade passa a ser – em um primeiro momento – uma destruição das expectativas criadas para com suas/seus filhas/filhos LGBTQIAPN¹⁺.

Podemos citar Heilborn (2004), Roudinesco (2003) e Santos (2004), que demonstram que a visão tradicional de família também tem sofrido alterações impulsionadas pela evolução social, originando diferentes concepções dos pais e mães heterossexuais em relação à orientação sexual dos/as seus/as filhos e filhas. Entretanto, ainda se pode observar que, nos dias atuais, essa lógica binária e ocidental de família pode causar muitas vezes sofrimento dentro do próprio seio familiar.

De acordo com Costa, Oliveira e Nogueira (2010), neste contexto da (não) negociação com a família, “o pai é frequentemente referido como figura relacional que apresenta dificuldades mais marcadas de aceitação da orientação sexual dos/as filhos/as do que a mãe”. Enquanto à matriarca são impostos papéis sociais, dentre eles, a missão de ser a principal responsável pelo sucesso da família, portanto, se dispõem a formar um determinado modelo de mãe, onde a maternidade foi estabelecida como função primordial da mulher, orientada e domesticada pela ciência, abençoada pela religião e idealizada pelo Estado (SOUZA, 2019).

A partir disso, trazemos como questão da pesquisa: Como mulheres/mães se representam socialmente a partir do processo de *coming out* de suas/seus filhas/os? Embasado nesse questionamento, é importante entender que os estudos acerca dos grupos minorizados (sexo, gênero diversos, por exemplo: lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros etc.) se configuram, hoje, como um campo consolidado de pesquisa, adquirindo cada vez mais espaço no âmbito acadêmico e legitimidade junto aos movimentos sociais (LOMANDO; WAGNER; GONÇALVES, 2011). Temas relacionados às questões de gênero e sexualidade repercutem, a partir das lutas sociais, como no tocante ao ativismo social, que vem, por meio de suas ações, conquistando lugares e direitos para este público (VICTORA; KNAUTH, 2004).

Nessa direção, Freires (2015) e Freires et al. (2020) argumentam que a nomenclatura ‘homofobia’, utilizada desde a década de 1970, caracteriza

¹LGBTQIAPN+ (Lésbicas, gays, bissexuais, transexuais/travestis, queer, intersexuais, assexuais, pansexuais, não-binários e o + representa todas as outras sexualidades. Para saber mais, consultar o material: *orientações sobre identidade de gênero: guia técnico sobre pessoas transexuais, travestis e demais transgêneros, para formadores de opinião, da autora Jaqueline Gomes de Jesus (2012).*

ações/atitudes negativas baseadas na discriminação e julgamentos, em virtude da orientação sexual de uma pessoa. Dentro dos aspectos abordados, relacionados à homofobia, situa-se às vivências no contexto familiar, sendo bastante comum experienciar vivências homofóbicas quando estas pessoas se assumem.

O preconceito sexual é citado em inúmeros relatos de experiências de violência e exclusão vivenciadas por estas pessoas no seio familiar. Esse fato nos faz analisar o quanto a negligência familiar que reproduz as lógicas opressoras e aniquiladoras em nossa sociedade se encontra tão presente em um ambiente que deveria acolher (FREIRES, 2022). Esses aspectos revelam que, na maioria das vezes, a família é a instância que exclui, já que envolvem comportamentos discriminatórios e de rejeição.

Deste modo, os processos de negação das subjetividades das pessoas LGBTQIAPN+ produz dor e sofrimento e aniquilam sua existência. Tal negação está baseada numa estrutura cisheteronormativa, na qual só são afirmadas possibilidades de afetos e relações dentro desta perspectiva (PERUCCHI; BRANDÃO; VIEIRA, 2014). Ainda segundo Perucchi, Brandão e Vieira (2014), a cisheteronormatividade² legitima a produção e a manutenção de diversas situações de violência no vínculo familiar, culminando, muitas vezes, com a expulsão/saída da casa de origem ou a submissão às sistemáticas violências familiares.

A homossexualidade contraria a construção sociocultural a respeito de si mesmo, do homem e da mulher heterossexual, na qual o esperado era a afirmação da continuação de uma sociedade patriarcal, racionalizadora, higienizada e preocupada em não propagar qualquer tipo de ameaça de grupos minoritários que afetem a moral das famílias tradicionais (MAFFESOLI, 2012; MISKOLCI, 2015). A este respeito, segundo Markowe (1996), o *coming out* (*Coming out of the closet / saindo do armário*) é um processo complexo e reformulante de consciência individual como gay ou lésbica (ou outra orientação sexual) que apela, simultânea e complementarmente, à possibilidade de o sujeito se perceber e definir como homossexual e de revelar a outrem a sua homossexualidade.

Neste sentido, segundo dados contidos no Relatório Anual do Grupo Gay da Bahia (GGB, 2022), a violência contra essa comunidade é muito alta no Brasil.

²Entende-se por cisheteronormatividade todo e qualquer instrumento normativo de papéis de gênero, concebido de maneira essencialista, ou seja, trata-se de normas binárias que referendam a feminilidade/masculinidade a partir de determinantes biológicos (FREIRES, REZENDE, LOURETO, SANTOS, MENDES & GOUVEIA, 2020, p. 21).

Portanto, diante dos estudos voltados à análise psicossocial do contexto familiar de grupos LGBTQIAPN+, eles merecem consideração na literatura científica. Esses números elevados colocam nosso país no topo da lista dos países do mundo que mais matam minorias sexuais. Os efeitos dessas vivências familiares ainda precisam ser investigados, pois esse debate cientificamente ainda é incipiente na literatura sobre o tema, porém vivê-lo durante uma pandemia pode acarretar graves danos psicológicos e diversos tipos de violência nos espaços domésticos para pessoas LGBTQIAPN+.

Diante do exposto, o presente estudo buscou realizar uma análise amparada na perspectiva das representações sociais de mulheres/mães a partir do processo de *coming out* de suas/seus filhas/os enquanto LGBTQIAPN+. Visa assim, analisar como essas pessoas se sentem e o que elas pensam sobre suas vidas, ao ponto de construir reflexões, criar fissuras, tensionamentos e arranjos, na busca por uma sociedade mais justa e saudável para todos os corpos. Portanto, contribuir, minimamente, para a produção de um saber, na realidade materna, que enfrenta os preconceitos num país marcado pelo sistema colonial, que apresenta a mulher numa condição de subalternidade.

Assim, o tema é relevante e inovador para a literatura da área, pois surge da necessidade da compreensão do fenômeno *coming out*, na perspectiva materna, ainda por ser um tema pouco estudado na literatura científica, e relevante socialmente, uma vez que os dados de violência contra grupos minorizados são alarmantes. Abordar este fenômeno social, na perspectiva das mães, expande a literatura e traz contribuições relevantes para o tema, já que vivemos num país marcado pelo sistema colonial, machista, sexista, racista, capacitista e lgbtfóbica. Além das contribuições relevantes para o tema, no qual envolvem a parentalidade de pessoas LBTPQIA+ e o impacto da família, apoio social e violências experienciadas, a partir da perspectiva das pessoas que pertencem aos grupos minorizados (sexo gênero diversos).

Para iniciar a discussão, será abordado o contexto histórico da maternidade, além dos papéis sociais impostos às mulheres/mães, seguido da história do movimento LBTPQIAPN+ e os desdobramentos na contemporaneidade, bem como a visão da instituição família no processo de *coming out* nas subjetividades de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans e Travestis. Seguindo a introdução sobre a Teoria das Representações Sociais - TRS, subsequente a Teoria do Núcleo Central - TNC, sobre o enfoque do núcleo central e periférico na visão da maternidade de

mães com filhas/os assumidas/os LGBTQIAPN+, como forma de apresentar a/o leitor/a, a temática tratada neste estudo.

Ainda se destaca que, neste trabalho, optou-se por utilizar, ao longo do texto, a sigla LGBTQIAPN+³, por se tratar da nomenclatura mais atual e política do termo. No entanto, para respeitar a forma de escrita e/ou sigla utilizadas pelas/os autoras/es em outras épocas, alguns momentos a sigla permanecerá fiel à escrita.

A seguir, serão tecidos alguns pontos históricos importantes na construção da maternidade desde o século XVIII aos dias atuais, com intuito de um olhar mais amplo sobre a construção histórica do fazer materno.

PARTE TEÓRICA

A MULHER NA SOCIEDADE E NA FAMÍLIA

O contexto histórico da maternidade

A família é um constructo social baseado na cisheteronormatividade monogâmica. Esta se apresenta, no sentido de proteção de bens materiais e manutenção da herança, com a submissão de componentes concebidos historicamente como inferiores pertencentes às raças e à subordinação das mulheres, o homem se expressa na relação com intuito mantenedor de sua linhagem, procriação e cuidado da cria, marcando o espaço do patriarcado (BORK; SANTOS; PEREIRA, 2021; ROSA; ROMANINI, 2020).

Correia (1998) nos traz a visão maternal e define que: ter um filho é considerado em cada civilização de um modo diferente; ser mãe pode ser visto como uma experiência perigosa, dolorosa, interessante, satisfatória ou importante, numa determinada mulher, numa determinada civilização. Nesta situação, também incluímos as experiências e vivências pautadas por uma visão patriarcal e cisheteronormativa que as mulheres/mães perpassam e que podem ser permeadas de crenças e pressão social como iremos abordar ao longo desta temática.

Com o tempo, a construção da maternidade foi ganhando forma e foco baseado em elementos a partir do patriarcado. No século XVIII, Moura e Araújo

³Nesta dissertação optarei por utilizar essa sigla com o intuito político de representar ao máximo grande parte da comunidade LGBTQIAPN+, no entanto, há outras siglas e abreviaturas que também estão corretas.

(2004) revelam que houve a naturalização de conceitos e práticas relacionadas à maternidade e aos cuidados maternos, associando-se sua construção social às modificações pelas quais a família vinha passando na Europa e no Brasil. No século XVIII, com a ascensão da burguesia, há um deslocamento da autoridade paterna ao amor materno devido ao fato de que a nova ordem econômica impõe como imperativo, entre outros, a sobrevivência das crianças (MELO, 2021).

Souza (2019), em seus estudos sobre a “Educação das mães e construção da nação nos discursos do jornal “a mãe de família”, descreve que, a partir do século XIX, surgiu no contexto social brasileiro um discurso higienista por partes da comunidade médica, nos cuidados às crianças, que atribuía à mulher/mãe o importante papel no sucesso da família no processo de higienização e modernização da sociedade e da família.” A maneira como o discurso médico e a psicologia colaboraram na promoção de uma nova forma de relação mãe-filhos, pelo favorecimento de características específicas para o papel materno, ocupou o lugar central (MOURA; ARAÚJO, 2004).

Neste período, a maternagem passou a ser romantizada, sendo apresentado um discurso ideológico apontado por Zanello (2016). A tática, ao invés de vir pela punição ou obrigação, veio pela sedução: elogios às “boas” mães. Havia promessa de igualdade para elas e de felicidade na maternidade. A mulher deixou de buscar por seus ideais, a ser vista com a função de mãe e esposa.

Tais tratados, na época, nortearam as novas formas de relações sociais envolvendo dentre elas o objetivo de preparar a mulher tanto para a vida privada quanto pública e se propunham a redefinir o seu papel, formar um determinado modelo de mãe, orientada e domesticada pela ciência, abençoada pela religião e idealizada pelo Estado (SOUZA, 2019). Nessa época, a instituição família sofreu mudanças significativas, passou a ser um espaço de cuidado e responsabilização de seus componentes, em especial das crianças, e claro um espaço de dominação do Estado. A relação pai-filho deve se tornar um estado estável saudável, uma vez que desde finais do século XVIII, o corpo deveria ser algo purificado, limpo, desse modo um ambiente de cuidado e cuidador passou a constituir algumas das leis morais, necessária às famílias, tornando-se a família o ambiente responsável pelo cuidado constante (FOUCAULT, 2014).

A partir de então, a imagem da mulher foi ganhando novo significado: o de mãe. O desenvolvimento da nova função atinge rápida associação entre mulheres, maternidade e maternagem (GRADVOHL; OSIS; MAKUCH, 2014). A reverência à

maternidade e de todas as funções exigidas pela conservação do bem-estar da prole foi fecundo para que o amor materno fosse naturalizado e generalizado enquanto parte do feminino, condição feminina e firmado pelo determinismo biológico. (MACHADO, PENNA, CALEIRO, 2019).

A Igreja difundiu a importância do casamento e do serviço ao Estado, esta impôs códigos de conduta, passou a assumir a superioridade do homem sobre a mulher, controlou fortemente a catequese feminina, trouxe também o culto à Virgem Maria e inspirou a reprodução, outrora uma mulher se casa (RESENDE, BEDRAN, 2017). Não amar os filhos torna-se um crime, uma aberração a ser evitada ou, se não for possível, a ser dissimulada. A maternidade é cada vez mais santificada: cria-se um novo aspecto místico em relação à maternidade, o da santa (ZANELLO, 2016).

Com isso, o afastamento desses papéis gerava enorme culpa e nascimento do novo sentimento de “anormalidade”, pois contrariava a natureza, só restando a explicação por meio do desvio ou da patologia. Estar grávida, e no caminho de ser mãe, coloca essas mulheres numa situação de conflito que não conseguem elaborar utilizando como forma de expressão a via psicossomática.

Neste momento, fora honrado e valorizado o instinto maternal, com o ambiente público e midiático as propagandas vendiam uma imagem da mulher/mãe feliz com esse papel desempenhado e natural da mulher. A nova visão de mulher, a que estaria feliz com a família e a maternidade e necessária, agora, ocupar diversos papéis com jornada de trabalho, família, filhos e ascensão profissional (ZANELLO, 2016; MOURA; ARAUJO 2004; GRADVOHL; OSIS; MAKUCH, 2014). Um projeto higienista que incide sobre os corpos e passa a ser moldado para atender os interesses através de práticas subjacentes em decorrência de tecnologias sociais. A maternidade não corresponde a eventos biológicos, mas sim a experiências inscritas em dinâmicas sócio-históricas. Envolve carinho, envolvimento emocional em graus variados. Mas as experiências de ambas dependem não apenas das características pessoais de cada mulher, mas também de seu quadro sócio-histórico (CORREIA, 1998).

A partir do século XX, os movimentos sociais, lutas políticas, o feminismo e o surgimento da pílula anticoncepcional, impulsionaram a possibilidade de outras escolhas e a desnaturalização da maternidade como condição feminina da mulher (MACHADO, PENNA, CALEIRO, 2019). As mulheres começam a rejeitar a maternidade como a única razão para a sua realização; começaram a pleitear a

partilha dos encargos da maternidade e da educação com os homens (CORREIA, 1998). A rejeição à maternidade seria o primeiro caminho para rebelar a dominação masculina e proporcionar que as mulheres buscassem uma identidade completa, também, reconhecer todas suas outras potencialidades (SCAVONE, 2011). Foi a partir deste movimento que as mulheres começaram efetivamente dar precedência às ambições pessoais ao invés de seguir o caminho da maternidade (RESENDE, BEDRAN, 2017).

A maternidade ganha outro papel. As mulheres conquistam o direito de levar em consideração suas escolhas, aqui inserido o desejo de ter ou não filhos, as aspirações e motivações para investir na carreira. Paralelamente a essa liberdade assumida, surge sua subjetividade, ocupada por necessidades permeadas por conflitos entre maternidade, amor e carreira (CORREIA; 1998; ZANELLO, 2016; GRADVOHL; OSIS; MAKUCH, 2014). Assim, a nova configuração, a da feminilidade, é fruto de processos históricos, experiências singulares e coletivas, marcadas cotidianamente por discursos e valores sociais (MACHADO, PENNA, CALEIRO, 2019). Banditer (1985) discute sob essa perspectiva em seu estudo sobre o "mito da maternidade" que a mãe também é uma mulher, um ser específico dotado de desejos próprios, muitas vezes, não relacionados à vontade do marido ou do filho.

Deste modo, nos dias atuais, ainda podemos observar que os valores sociais impõem à mulher o papel de mãe. Porém, Lordello e Costa (2014) esclarecem que a maior parte das mulheres compreende a maternidade como um "desafio", ainda que a cultura a interprete como inerente ao gênero. Desafio esse que nos faz refletir nesta condição como o bem-estar atravessa a vida destas mulheres/mães que vivenciam a maternidade, principalmente, quando relacionados e experienciados a outro recorte de gênero como as orientações sexuais e identidades de gênero de suas/seus filhas/os, vistas como integrantes de grupos discriminados.

Neste cenário, Rosa e Ramoni (2020) revelam que no processo de *coming out* as mães são as escolhidas para a revelação da orientação sexual de suas/seus filhas/os, deixando os pais para um segundo momento, ou são até elas mesmo que as/os tiram do armário. Algumas tomam a iniciativa por perceberem que elas/es escondiam algo ou que não estavam bem ou até observam mudanças no comportamento delas/es, abandonando seus ideais. Conforme podemos observar, ao longo da história, a mulher vem enfrentando vivências maternas que geram

diversos sentimentos, atitudes, motivações, comportamentos e emoções que podem causar agravos no seu bem-estar, quando relacionados aos desdobramentos do gênero e sexualidade das/os filhas/os. Essas vivências podem apresentar ainda mais afetações quando frente aos aspectos sociais, como exemplo, a imposição de uma visão cisheteronormativa.

Neste sentido, serão abordados, a seguir, os papéis construídos socialmente para a mulher/mãe ao longo dos anos e sendo perpetuado até a contemporaneidade.

Maternidade e papéis sociais

A maternidade é construída a partir de papéis impostos à mulher pela sociedade. Desde muito cedo, recebem normatização de comportamentos, vestimentas e posicionamentos, baseado nisso, criam suas idealizações, crenças, representações mentais, fantasias, medos, ou seja, moldam seu perfil materno exigido pela sociedade. Assim, ao exercer a função materna propriamente dita, a mulher também elabora uma representação para si mesma, com base em referências maternas que vê ao longo de sua vida, seja por meio da própria mãe ou de outras mulheres, estrutura essa que é repassada entre gerações (ARTEIRO & PASSOS, 2016).

Sendo assim, o papel maternal é composto de muitos estereótipos. Os estereótipos podem ser entendidos como uma forma de reproduzir e afirmar representações derivadas do senso comum e de noções estabelecidas do que corresponde ou não a algo ou alguém, formando representações sociais por meio da repetição de entendimentos simples para explicar situações inusitadas à rotina de quem as enunciam (COZER, 2013). Seus estados físicos e emocionais anteriores são projetados para retomar rapidamente as atividades produtivas. Além disso, a chegada de um bebê pode representar um choque para a identidade feminina quando o bebê passa a “competir” com a maternidade (BEHAR, 2018).

E quando pensamos nas mulheres/mães, a qual sua maternidade não está exposta a cisheteronormatividade, o peso diante do seu posicionamento passa a ser ainda mais questionado. Trago exemplo das mães com filhas/os LGBTQIAPN+ que fogem dos padrões aceitos pela dita sociedade cisheteronormativa, que vão muito além do sofrimento interno, da possível culpa, da falta da figura paterna, e da solidão em lidar com a situação ainda desconhecida. O que resta é a sobrecarga

mental. Nesse sentido, é importante reconhecer as dificuldades e dores que a maternidade pode trazer para algumas mulheres, embora também seja fonte de satisfação para outras mulheres que veem na maternidade uma satisfação e um sentido de completude (SCHULTE, 2016).

Em se tratando dos aspectos relacionados a gênero, observando o contexto cultural as relações sociais se tornam generificadas, o amor como outros sentimentos e emoções são processados, legitimados e expressos de forma diferente para homens e mulheres (ZANELLO, 2018), levando isso em conta, podemos pensar a maternidade em suas múltiplas perspectivas. A mulher pode ser representada na realização do ideal de ser mulher ou como representação da opressão das mulheres, ou até mesmo a representação do poder das mulheres, etc., comprovando múltiplas possibilidades de interpretação para a mesma representação social.

Além disso, a mulher pode ser entendida ainda como constituinte de uma espécie de organização institucional familiar, cujo núcleo é a família. Para mais, pode até ser entendida como uma representação de uma construção histórica, cultural e política decorrente das relações de poder e da dominação de um gênero sobre outro (SCAVONE, 2001). E, igualmente, ela pode ser expressa nos papéis que incluem tarefas domésticas, cuidar de maridos e filhos, a detentora de emoções e sentimentalismos, acabam por envolvê-la em tudo que estiver relacionado às experiências dentro da família. Para os homens, no entanto, a vida social será preservada, fora da família, por apresentar uma atitude positiva e racional, o homem se torna responsável pela renda familiar.

É importante considerar a fase da vida em que a mulher passa a assumir o papel de mãe, entendendo que a atuação e as repercussões desse papel envolvem mais do que a tríade mãe, filho e família, com implicações para a vida pública da mulher (BEHAR 2018). Levando em consideração os apontamentos acima realizados, o intuito do estudo é de apreender os significados da maternidade de mulheres-cis com filhas/os assumidas/os LGBTQIAPN+ à luz da Teoria da Representação Social, elencando a Teoria do Núcleo Central (TNC), em que se busca pôr em xeque os atravessamentos vivenciados na relação materna sob o enfoque do *coming out* de suas/seus filhas/filho, uma vez que, por si só, é capaz de ampliar o conhecimento acerca das crenças, emoções, sentimentos e da própria vivência dessas mulheres/mães.

Maternagem com filhas/os LGBTQIAPN+

Ao longo da história, o desenvolvimento do papel da mãe foi referido como do gênero feminino, construindo, por assim dizer, papéis intrínsecos, a mulher, e com ela a maternagem e o exercício da maternidade se tornou vigente na família burguesa heteronormativa e patriarcal, destarte, a maternidade é frequentemente exposta de forma idealizada como o ponto máximo do ser fêmea e da realização da mulher. Assim, o papel da mãe sempre será em função das exigências e dos valores dominantes de uma sociedade que impõe determinados papéis respectivos do pai, da mãe e da/o filha/o. Portanto, a maternagem é vivida a partir deste cuidado, abnegação dos desejos da mulher em detrimento ao da/o filha/o.

Neste sentido, observa-se que construção de discursos e práticas relacionadas à maternidade e ao corpo feminino gera subjetividade e, assim, interfere diretamente na vivência das mulheres, sejam mulheres que se enquadram na categoria de mães do sexo feminino ou, por outro lado, as que estão inseridas em aspectos fora desse paradigma.

A intensidade e os momentos da maternidade estão diretamente relacionados às influências culturais do ambiente da mulher e de sua história pessoal e emocional (Badinter, 1987), gerando possíveis sofrimentos psíquicos. Enquanto a maternidade, tradicionalmente, permeia a relação de sangue entre mãe e filho, pode-se pensar a maternagem construída no vínculo emocional do cuidado da mãe e da aceitação de sua/seu filha/o.

Nessa conjuntura, mantém-se o pressuposto de que a mãe deve ficar em casa com a criança para não ser vista como “má”, no entanto, sabemos que muitas mães precisam trabalhar apesar da necessidade de ocupar espaços que envolvem o crescimento profissional. Neste emaranhado de sentimentos, ainda surgem oposição entre os papéis reais e os ideais da mãe e da criança. Nessa relação, emergem nas mães sentimentos contraditórios e ambivalentes, como a compaixão pelo bebê versus o sentimento de raiva por vê-lo ingrato pelos empenhos, bem como o sentimento de frustração diante da realidade de uma/um filha/o, que pede muito e dá pouco em troca, privando a mulher de suas necessidades da vida pessoal.

Quando se trata de uma família composta por filhas/filhos LGBTQIAPN+, a maternagem torna-se ainda mais difícil, uma vez que, nem se concebe uma discussão sobre sexualidade e gênero em pleno século XXI, por carregar o forte

resquício da visão cisheteronormativa, imagine a família ainda numa sociedade machista e patriarcal, aceitar a homossexualidade de uma/um filha/o. Requer um processo difícil, pois entre as expectativas, medos e inseguranças inerentes à gestação, existe a possibilidade de que pais e mães nem consideram a probabilidade de ter uma filha/o com orientação sexual que não se encaixe na binaridade.

Nesta conjuntura a responsabilização pela/o filha/o ideal recai sobre a mãe, posto que, como mencionado anteriormente em razão do constructo histórico a mãe é inerentemente responsável pela criação e cuidado de sua prole. Esse novo tipo de família suscita a questão do exercício da maternagem permeado muitas vezes por culpa, negação e sofrimento psíquico, porém é importante lembrar que estes sentimentos/emoções estão baseados na avaliação e na integração histórica e cultural vivenciadas por essas mulheres, ou seja, não possui uma regra geral de como cada mãe experienciará sua maternagem diante de uma prole assumida LGBTQIAPN+.

Para algumas mães o processo de aceitação perpassa por várias fases, Costantin (2011), expõe essas seis etapas vivenciadas na família com filhas/filhos LGBTQIAPN+: descoberta, luto, negação, defesa, conformação e aceitação. Como se percebe a maternidade com filhas/filhos assumidas/os enfrentam além do discurso de responsabilização do cuidado, processos que podem gerar sofrimento psíquico.

Nesta perspectiva o processo de *coming out*, pode ser marcado por sofrimento, pela decepção e perda da/do filha/filho ideal, a negação da condição e os aspectos sociais surgem neste contexto, ainda quando em se tratando de pessoas trans e/ou não binário, existe a possibilidade do processo de luto se instalar por um período de tempo, em razão do processo de transição da prole. Como apontam Badinter (1986), em sociedades como a ocidental as mães são as cuidadoras da família e a culpa torna-se muito comum na criação dos filhos, pois pode significar expectativas frustradas no desempenho de suas funções e responsabilidades que permeiam a maternagem. Além da saída da prole do papel esperado, há também a saída da mãe, com tudo a conformação a culpa é retirada deste contexto (Constantin, 2011), surgindo o processo de aceitação e acolhimento tão observado na maternagem.

Como podemos observar e compreender através do processo histórico a experiência da maternidade e maternagem de mulheres com filhas/os

assumidas/os LGBTQIAPN+, envolvem singularidades, e englobam particularidades, dado o campo multifacetado na qual perpassa toda vivência meticulosa das mulheres/mães na sociedade contemporânea. E para uma melhor compreensão do processo de *coming out* a partir das experiências de mães, abordaremos a seguir as nuances que envolvem os grupos minorizados (sexo gênero diversos) com o intuito de um melhor entendimento sobre a luta de classe, e todo sistema que envolvem essas pessoas, tal como os aspectos que circundam o processo de *coming out* na perspectiva familiar, dado que as experiências muitas vezes compreende espaços de violação de direitos.

Nesta perspectiva a família seria o espaço de suprir as necessidades de seus componentes como a alimentação, acolhimento e segurança, é para ser o local de disseminação de normas práticas e valores condizentes com a realidade de seus integrantes, porém ao se referir a comunidade LGBTQIAPN+ boa parte desses ensinamentos se tornam intolerante e a violência pode ser uma possibilidade provável, posto que este espaço psicossocial está baseado em uma visão cisheteronormativa, e acaba por gerar situações conflitantes que envolvem toda a família, em especial a figura materna que como observado abarca uma carga de responsabilização para com sua prole.

Vale ressaltar que o estudo foi realizado com mulheres/mães que tiveram suas/seus filhas/os assumidas/os LGBTQIAPN+, sendo assim, não é possível inferir ou explicar os sentimentos e reações de suas/seus filhas/os, exceto por meio dos próprios relatos das genitoras. Deste modo, procuramos também compreender a percepção nesse processo do *coming out* - “sair do armário”, dos outros componentes envolvidos no seio familiar.

GRUPOS MINORIZADOS (SEXO GÊNERO DIVERSOS): UM ENFOQUE NA POPULAÇÃO LGBTQIAPN+

Em 1978, pouco antes do fim da ditadura militar, que se alongou até 1984, após vários anos silenciados, vários movimentos populares se reuniram, para reivindicar direitos coletivos, nos quais foram amplamente atacados pelo regime autoritário que estava em curso no Brasil e que possuía bases bastante moralistas sobre a sociedade. “Dentre estes movimentos em emergência, estava a primeira

organização de homossexuais⁴ no Brasil, que se reuniu em São Paulo durante os anos de 1978 e 1979 (GREEN, 2000).

O grupo era composto por diferentes participantes da comunidade LGBT+⁵. No entanto, a alta presença de homens gays e o machismo que ocupava o movimento faziam com que o termo “gay” estivesse bem mais atrelado à luta (OLIVEIRA, 2018). Entre as principais pautas discutidas pelo que em 1979, como afirma Green (2000), ficou conhecido enquanto "Somos: Grupo de Afirmação Homossexual", já estavam as discriminações sofridas por pessoas LGBT's nos espaços familiares. Este recorte histórico evidencia que a problemática envolvendo as repercussões da família na vida da pessoa LGBT, além de ser antiga, também é coletiva.

Duramente atrelada aos preceitos religiosos, a vivência homossexual foi classificada enquanto prática ilícita, condenada de forma judicial ainda no Brasil colônia (PEREIRA, 2017; TREVISAN, 2018). A perseguição às pessoas, hoje classificadas enquanto homossexuais, está/estava atrelada ao conceito de pecado defendido majoritariamente por religiões cristãs e amplamente difundido pela igreja católica, na qual sempre buscou formas verticais de explicar a vida cotidiana (FOUCAULT, 1970/2014).

Esse é um dos exemplos de como a demonização e perseguição à experiência não heterossexual⁶, é uma prática não natural, e que se modifica de acordo com o discurso de poder que a captura. Poder, para Foucault (1970/2014), é bem mais que uma lei que diz apenas não, mas algo que está permeando lugares e formulando discursos. Logo, a discriminação às pessoas não heterossexuais é uma forma de exercer uma prática discursiva de poder sobre um grupo, memorizando-o e marginalizando-o (SOUZA et al, 2019).

⁴ *Homossexuais são pessoas que se identificam com determinado gênero e que se relacionam afetivo-amorosa-sexualmente somente com pessoas deste mesmo gênero. Quando homens, gays. Quando mulheres, lésbicas. Para saber mais, consultar o material: orientações sobre identidade de gênero: guia técnico sobre pessoas transexuais, travestis e demais transgêneros, para formadores de opinião, da autora Jaqueline Gomes de Jesus (2012).*

⁵ *LGBT é o termo adotado pela ONU para se referir à comunidade Lésbica, Gay, Bissexual, Transsexual, Travesti e Intersexo, essa sigla será modificada durante transcorrer da escrita. Sobre o assunto, vale consultar: Os direitos de pessoas LGBT na ONU (2000-2016), da pesquisadora Renata Reverendo Vidal Kawano Nagamine (2019).*

⁶ *Heterossexuais são pessoas que se identificam com determinado gênero e que se relacionam afetivo-amorosa-sexualmente somente com pessoas do gênero oposto ao de sua identificação (JESUS, 2012).*

Paulatinamente, “outros discursos passam a se apropriar do domínio discursivo sobre as experiências não heterossexuais como forma de exercer uma normatização sobre essas vivências.” Tal movimento, torna a observação mais objetiva durante o século XIX, quando os investimentos científicos capturam o poder discursivo religioso e passam a construir verdades acerca da sexualidade nos campos psiquiátricos e psicanalíticos (MISKOLCI, 2009).

Aquilo que outrora recebeu certo investimento discursivo de poder e tentativa de controle partindo do campo religioso, e, logo após, do campo judiciário, passa a ser aqui objeto de estudo ou patologia, utilizando termos científicos (Miskolci, 2009). Esses movimentos que partem de diferentes esferas institucionais, acabam difundindo a ideia de que “há a imposição de uma linearidade entre sexo biológico, gênero e orientação sexual, onde os machos devem ser masculinos e as fêmeas devem ser femininas” (Souza et al., 2019, p. 172).

Percebe-se, neste sentido, um coletivo de esforços discursivos que partem de várias frentes com objetivo de instituir uma experiência humana autorizada no campo moral, legal e patológico, ou seja, “um conjunto de valores considerados corretos, valores estes que impossibilitam que a vivência homossexual seja considerada uma vivência legítima” (PERUCCHI; BRANDÃO; VIEIRA, p. 68, 2014). Judith Butler (2018), ao discutir como se constrói compulsoriamente sexo e gênero em interação com o desejo, diz que o gênero não é para a cultura o que o sexo é para a natureza. Mas é também um dispositivo discursivo/cultural pelo qual o “gênero natural” é produzido e estabelecido como “pré-discursiva”, anterior à cultura, é uma superfície politicamente neutra na qual a cultura opera.

Ficam evidentes as disputas na construção de normativas sobre a sexualidade⁷ humana e os esforços em condenar tudo àquilo que foge do aspecto cisgênero normativo por meio do discurso que estiver operando considerável poder sobre as sociedades. Esse esforço discursivo, investido desde o nascimento sobre as/os/es sujeitas/os/es, institui uma norma na qual o órgão genital é a lei, se tornando instrumento ditador de lugares delimitados dos quais as/os/es irão percorrer durante suas experiências humanas.

Como dito por Jesus (2012, p. 08): “Crescemos sendo ensinados que “homens são assim e mulheres são assado”, porque ‘é da sua natureza’, e

⁷Sexualidade é, segundo Foucault (1970/2014), um dispositivo discursivo instaurado em primeiro momento sobre o corpo, nas relações interpessoais e que, mais tardiamente produziu a ideia de sexo.

costumamos realmente observar isso na sociedade”. Essa imposição normativa emerge enquanto metodologia eficaz no exercício de poder sobre os corpos, estabelecendo uma binaridade (homem macho X mulher fêmea) fabricada e investida discursivamente (FOUCAULT, 1970/2014; SILVA; RIOS, 2019). Assim, qualquer sinal de um comportamento que insinue ou mesmo remete a outra ideia que não a do universo construído enquanto masculino, para o sujeito visto enquanto homem, ou feminino, para a sujeita vista enquanto mulher, é rapidamente negado e silenciado por diferentes práticas repressivas (SILVA; RIOS, 2019).

Pessoas LGBTs, no percurso de suas experiências, tendem a encarar instâncias de exclusão das quais exercem significativas violências sobre esses corpos. Dentre estas, aparecem a escola, o mercado de trabalho, e a família, sendo o último lugar um dos espaços no qual, apesar de ser legalmente instituído enquanto local de proteção às pessoas LGBTQIAPN+, dos quais ainda ocupam uma posição de proteção total, como a infância ou a adolescência, acabam vivenciando violências que distanciam e dificultam as relações familiares ao longo dos percursos de suas vidas (LIMA; NUNES, 2020).

A família, quando concebida enquanto instituição socialmente construída, historicamente localizada, com composição ampla, tem seus formatos “determinados por um conjunto significativo de variáveis ambientais, sociais, econômicas, culturais, políticas, religiosas e históricas” (PRATTA; SANTOS, 2007). Portanto, o conceito atual de família se localiza em uma concepção baseada nas relações de afeto. O amor associado à escolha permite que os valores democráticos contaminem a família. Essa diversidade se estende a casais, pais e filhos, parentes e amigos, criando novos relacionamentos. Nessa nova paisagem, as relações familiares são baseadas na intimidade, na comunicação livre, aberta, no diálogo e na democracia (PONCIANO; FÉREZ-CARNEIRO, 2003).

A instituição família e a homossexualidade masculina e feminina

A homossexualidade surge no contexto brasileiro enquanto conteúdo histórico e amplamente compartilhado, ainda no Brasil colônia (PEREIRA, 2017). Assim como em outros locais do mundo, a prática sexual estrita entre pessoas do mesmo gênero passou por várias nomenclaturas, nas quais também descreviam especificidades políticas em suas organizações. Quando classificada enquanto sodomia, a homossexualidade não era uma prática presa às/os sujeitas/os/es, mas

sim, algo comum à experiência humana; ao possuir a nomenclatura de pederastia, passa a ser responsabilidade da pessoa que a pratica; se tornando doença no século XX e recebendo a nomenclatura de homossexualismo (SANTOS, 2008).

A homossexualidade só passa a ser compreendida enquanto identidade, após a lutas políticas e assim, os movimentos foram amplamente se organizando, após o 28 de junho de 1969. Nesta data, a série de abusos policiais direcionados a esta comunidade desencadeou uma revolta iniciada por uma mulher trans, reconhecida até hoje como Revolta de *Stonewall* (FREIRE; CARDINALI, 2012). Como preconiza Freire e Cardinali (2012), esse dia é reconhecido como ponto inicial do movimento homossexual americano, adotado enquanto Dia Mundial do Orgulho Gay. Mas, se por um lado, “o gay” ganha nomenclatura e se torna um coletivo em busca de equidade, por outro, "criou-se uma minoria que ficou sensível à discriminação social" (SANTOS, 2008, p. 20).

Aos poucos, o movimento gay foi se desenhando, sobretudo no Brasil (SANTOS, 2008; TREVISAN, 2018). A comunidade brasileira passou a construir mais conteúdo, criando um mercado para os gays, com reconhecimento amplo de seu poder de compra nos anos 90. Já mais próximo da atualidade, “a sigla GLS (Gays, Lésbicas e Simpatizantes) projeta os homossexuais para espaços mais amplos e aumenta a visibilidade da pluralidade homossexual do país” (SANTOS, 2008, p. 22).

A história demonstra a necessidade política em reconhecer a comunidade gay, nomeando-a politicamente (FREIRE; CARDINALI, 2012; GUIMARÃES, 2012; SANTOS, 2008). Desta maneira, agrupam-se as experiências dissidentes em categorias e, concordando com o que Souza *et al* (2019) preconiza, a homossexualidade masculina é classificada na infância enquanto tal, quando o menino apresenta comportamentos julgados não masculinos. A preocupação social em determinar, de um lado, a origem ou causa da homossexualidade, como se esta fosse um “desvio” e, de outro, proclamar a heterossexualidade como sendo o “natural”, o “normal”, tem raízes profundas nas construções que biologizam as representações de gênero, associando assim sexo biológico a gênero. Neste sentido, o uso da categoria gênero se faz necessária quando refletimos sobre as questões ligadas à sexualidade (MEDEIROS, 2014)

Ao longo desse constructo para afirmar sua masculinidade, o homem procura negar suas características femininas. Neste sentido, seu comportamento é feito de manobras, rejeitando e matando tudo aquilo que possa se identificar com o

feminino, o que socialmente pode ser visto como um indício de homossexualidade (GUIMARÃES, 2010, p. 554).

Os binarismos provocam terrorismos nas existências, coagindo qualquer experiência que ouse ir de encontro ao esperado. Isso provoca em crianças homossexuais a repressão de seus gostos, roubando a infância que não condiz com a preconizada pela cisheteronorma, podendo desencadear em si o auto-ódio. Com relação ao entorno familiar, são desencadeadas as constantes tentativas de normatização de gênero, “já que é nessa instância que as/os sujeitas/os realizam suas primeiras trocas emocionais das quais serão de grande valia para que possam vivenciar suas vidas adultas”. (PRATTA; SANTOS, 2007; SILVA; RIOS, 2019).

As questões iniciadas na infância, ao encontrarem a complexidade da dinâmica adolescente, vão sendo enclausuradas, podendo provocar ao longo da vida desse jovem gay o fenômeno compreendido enquanto permanência no anonimato da sua sexualidade, ou seja, dentro do armário (FERREIRA, 2012; MURASAKI; GALHEIGO, 2015; SEDGWICK, 2007). Esse movimento é adotado, em maior ou menor medida por vários jovens gays, principalmente pelo medo de repressão familiar. Ao delongar-se, a repressão pode fazer com que o homem gay viva uma vida dupla (SANTOS, 2019), em que para ser socialmente aceito é necessário performar uma heterossexualidade, porém, estabelecer às escuras uma vida homoafetiva para se manter fiel a si mesmo.

Como fica evidente no estudo de Silva et al (2015), a homossexualidade masculina no espaço familiar ainda é um fator de bastante desconhecimento, em que as estratégias encontradas pela maioria das/os jovens participantes da pesquisa, é viver menos explicitamente sua sexualidade, mesmo sendo de conhecimento familiar. Segundo as/os autoras/es, há uma pressão invisível na qual, mesmo com a compreensão por parte do sujeito de que ele se identifica enquanto uma pessoa homossexual, socialmente, e mais próximo ainda, no âmbito familiar, há uma opressão e, quando não, uma homofobia velada que surge em pequenos atos ou falas (NASCIMENTO; SCORSOLINI-COMIN, 2018).

Nascimento e Scorsolini-Comin (2018) apontam que, em algumas experiências de jovens que decidem pelo *coming out*, ou seja, a saída do armário, ocorre certa decepção nas/os jovens já que as/os responsáveis, quando impactados com a notícia “não conseguem tornar o ambiente acolhedor, do modo que é esperado por esta instituição” (NASCIMENTO; SCORSOLINI-COMIN, 2018, p. 1529). Quando esse jovem homem gay não corresponde às expectativas de

gênero, e uma feminilidade sem mulher, como traz Bhaltazar (2020), ele rompe com o normal esperado de homem macho.

Em outras palavras, concordando com o que traz Guimarães (2010) e Bhaltazar (2020), parece ser mais que inaceitável, que um homem, o sujeito em posição de poder opressivo superior, incorpore e assuma uma posição que o aproxima de uma feminilidade, um aspecto socialmente considerado inferior, que o torna fraco. Por isso, o apoio familiar acerca do exercício pleno da sexualidade do homem gay seria de suma importância para a existência de movimentos de saída do armário. Quando estabelecidas as trocas emocionais, há também, como afirma Pratta e Santos (2007, p. 250): “a aquisição de condições físicas e mentais centrais para cada etapa do desenvolvimento psicológico”.

O que Pratta e Santos (2007) dizem, quando em diálogo com os estudos de Santos et al (2015), é que quanto maior a aceitação e compreensão do jovem gay no espaço familiar, mais fortalecido esse sujeito estará para combater os medos comuns acerca do contexto social heteronormativo.

No que diz respeito à homossexualidade feminina, apesar de receber algumas nomenclaturas diferentes durante o tempo da inquisição, como “incuba”, ao nomear a parceira lésbica que se deitava por cima, ou de “pecado nefando” para se tratar da relação sexual entre duas mulheres, a homossexualidade feminina teve sua trajetória muito alinhada aos percursos históricos da homossexualidade masculina (TREVISAN, 2018). Porém, a comunidade lésbica enfrentou durante sua estruturação enquanto movimento muito machismo, inclusive de homens gays, e para enfrentar os problemas de lesbofobia, essas mulheres uniram-se a outros movimentos feministas para discutirem sobre o combate ao machismo através da criação do grupo Atuação Lésbico Feminista, surgindo assim o primeiro grupo no Brasil (FERNANDES, 2018).

Existe um culto à masculinidade incentivado pela heteronormatividade (SOUZA et al, 2019) que incide nas experiências lésbicas de formas completamente diferentes das observadas nas experiências homossexuais masculinas. Se por um lado, como já dito, homens gays sofrem repressão por serem homens que, em certa medida, assumiram suas “feminilidades sem mulher” (BHALTAZAR, 2020), por outro, ser lésbica, é, sobretudo, ser mulher.

Há um discurso nos quais atribuem às práticas lésbicas às experiências sexuais não bem realizadas com homens, ou ainda, que mulheres lésbicas só são mulheres lésbicas por serem frustradas em seus anteriores relacionamentos com

homens (TOLEDO; TEIXEIRA FILHO, 2010). Esses argumentos legitimam que práticas como as explicitadas ocorram, principalmente no espaço familiar, já que a homofobia torna inconcebível a compreensão de que mulheres podem desejar outras mulheres (TOLEDO; TEIXEIRA FILHO, 2010).

Nas experiências lésbicas existe uma subversão de gêneros, em que “mulher”, em uma sociedade cisheteronormativa, significa objeto de uso para o homem, logo, a relação entre duas mulheres significa uma ferida na frágil heterossexualidade masculina, em que se espera uma posição de subordinação feminina, inclusive no campo sexual. Parece ser incompreensível que mulheres possam se sentir realizadas sem um homem nesta relação, logo, ser uma mulher lésbica significa uma exploração do poder masculino (FREITAS; BERMÚDEZ; MÉRCHAN-HAMANN, 2021; PALMA; LEVANDOWSKI, 2008; TORRÃO FILHO, 2005).

Portanto, jovens LGBTQIAPN+ estão suscetíveis a uma série de violências, dentro e fora de seus lares. A experiência lésbica, no entanto, por estar atrelada à vivência do “gênero feminino” faz com que sejam presentes nos itinerários de mulheres lésbicas e não-lésbicas, situações de violências sexuais, abusos e estupros, já que, como trazem os autores Freitas, Bermúdez e Mércan-Hamann (2021, p. 07): “nota-se o aumento da prática do estupro na sociedade, podendo-se inferir que ser lésbica afronta à cultura machista de controle dos corpos e da sexualidade feminina”.

Uma revisão integrativa da literatura científica, realizada por Nascimento e Scorsolini-Comin (2018), aponta que mulheres lésbicas recorrentemente têm em suas famílias a concepção de espaço crucial para a revelação da orientação sexual, se sentindo a partir deste núcleo, encorajadas a encarar a sociedade e sustentar seus ideais. Portanto, há uma compreensão implícita de que a família será uma instituição que oferecerá acolhimento à saída do armário, principalmente quando feito o recorte de mulheres lésbicas (FERREIRA, 2012).

A aceitação de pessoas LBTPQIA+, às vezes, é alimentada por más intenções, ofensas, desgaste emocional e, principalmente, medo. Por causa do ambiente familiar, social, político e religioso em que vivem, muitos acabam se sentindo inseguros quanto à sua “liberdade” de orientação sexual. Eles recebem pouco ou nenhum apoio de seus pais, mães e/ou outros familiares, tornando a revelação de sua sexualidade ainda mais dolorosa, e as revelações podem se

tornar momentos de ansiedade e angústia com consequências para seus filhos e suas famílias (ROSA; ROMANINI, 2020).

Os lugares da bissexualidade e os enlaces com a família

A construção da bissexualidade enquanto uma identidade como está fortemente disseminada nos dias atuais, tais quais as demais experiências citadas durante este trabalho, trata-se de uma construção social. Neste sentido, ela é concebida como produto de um processo sócio-histórico-cultural, “que pode ganhar diferentes nuances e interpretações de acordo com o momento em que for lançado o olhar sobre sua nomenclatura” (LEWIS, 2012).

O termo “bissexual” teve seu percurso construído em três momentos, iniciando por uma definição médica em que pessoas que nasciam ao mesmo tempo com características anatômicas femininas e masculinas, eram tidas enquanto bissexuais, e não intersexuais. Na atualidade, a concepção compreende a/o bissexual enquanto sujeito, e pessoa na qual relaciona a vivência heterossexual e homossexual em uma só (LEWIS, 2012).

Neste cenário, a família, ao agir como agente normativo na dinâmica familiar, tende a desconsiderar as relações entre os familiares e as/os sujeitas/os do mesmo gênero, acreditando que em um dos momentos essa pessoa bissexual irá definir-se enquanto hétero. Desta maneira, é através de xingamentos, recriminações e ameaças que tentam fazer os jovens homo e bissexuais voltarem à heterossexualidade, ou simplesmente demonstrar que não sabem falar sobre o assunto ou que sentem medo que seu/sua filho/a seja bi ou homossexual (ROSA; ROMANINI, 2020, p. 424).

O não reconhecimento e a recorrente afirmação no espaço familiar que a/o sujeita/o bissexual está “em cima do muro” (ROSA; ROMANINI, 2020) faz com que estas/es, por vezes, se questionem e se sintam pressionadas/os a posicionar-se dentro da lógica binária e normativa. Essa postura desconsidera uma experiência para além das gays, lésbicas e heterossexuais, desencorajando estas pessoas a se reafirmarem e afirmarem seus coletivos, dispositivo importante de fortalecimento, apoio e reconhecimento (LEWIS, 2012; NASCIMENTO; SCORSOLINI-COMIN, 2018; ROSA; ROMANINI, 2020).

O movimento 'T' e a instituição "F"(amília)

A comunidade LGBTQIAPN+ na aquisição e luta pelos seus direitos, foi inicialmente representada por homens gays brancos, o que fez com que o emergente movimento LGBT na época ficasse amplamente conhecido como "Movimento Gay", invisibilizando algumas lutas que estavam alçando o debate e reivindicando os direitos. Havia um grande ataque às travestis e às gays afeminadas dentro do próprio movimento LGBT, sobretudo, dos homens gays. Esse momento é um recorte, no qual fica evidente como a população travesti e transexual sofre as desigualdades e preconceitos, não encontrando apoio, inclusive dentro do próprio movimento. (OLIVEIRA, 2018). Vale refletir que era difícil naquele momento histórico aceitar homens brancos gays como detentores de direitos, ao tempo que sair desses grupos seria ainda mais difícil e insustentável. Percebe-se que a grande dificuldade girava em torno dos preconceitos (sexistas e racistas) existentes dentro do próprio movimento que abafaram movimentos paralelos, em vez de contribuir para que fossem considerados válidos.

Antes de seguir, é importante demarcar que se entende por travesti um grupo de pessoas que “vivenciam papéis de gênero feminino, mas não se reconhecem como homens ou como mulheres, mas como membros de um terceiro gênero ou de um não-gênero” (JESUS, 2012). Essa terminologia, muito utilizada, principalmente em solo brasileiro, era direcionada as travestis de maneira pejorativa e que hoje é utilizada como forma de reivindicação e luta. Já a transexualidade, vista por Jesus (2018) como uma questão de identidade, e não uma doença, ou perversão, ou doença contagiosa, nem tem nada a ver com orientação sexual como comumente se acredita, não é uma escolha ou um capricho.

Essas suas experiências, a transexualidade e a travestilidade, denunciam e enfrentam diretamente a fragilidade da construção de papéis de gênero que se pretendem imutáveis, pré-definidos e consolidados. Iniciando na infância, é importante destacar que os binarismos de gênero, especialmente presentes nessa fase, fazem com que pareçam existir apenas duas possibilidades de ser: homem cisgênero ou mulher cisgênero (JESUS, 2012).

Esse discurso binário constrói manobras de controle que são ditadas sobre as existências. O que é normal ou anormal, o diferente e o desconhecido. Nesta nuance, é recorrente que pais, familiares e não raro outros adultos de convívio próximo da criança, na comunidade, na escola, em igrejas e outros espaços de seu

convívio, procurem intervir para que esta se torne alguém cuja expressão e identificação de gênero esteja de acordo com as normas sociais e práticas culturais de seu contexto social. Não são raros os casos em que ocorrem sanções sociais violentas – tanto simbólica, quanto físicas – de repreensões verbais a humilhações e punições físicas, frequentemente, por parte de pais, irmãos e outros familiares, no próprio âmbito doméstico. Entretanto, as famílias não respondem somente dessa maneira (COSTA NOVO, 2021).

Portanto, a relação entre a experiência trans/travesti e a família está entrelaçada desde muito cedo. Ao romper diretamente com as expectativas de gênero, as pessoas trans e travestis são recorrentemente reprimidas no âmbito familiar (ROSA; ROMANINI, 2020), por isso, acabam tendo suas existências negadas desde muito cedo, ao mesmo tempo em que, depois de trabalhar em si a forma como se reconhecem, não podem assumi-las, pois ainda dependem de suas famílias, sobretudo durante a infância e na adolescência (COSTA NOVO, 2021).

No campo judicial, a família também pode ser um importante fator que gera doenças psicológicas e físicas, pois há brechas na lei que impedem que filhas/os maiores de idade possam optar por não reconhecer o novo nome social de seus responsáveis em documentos, provocando assim, de forma jurídica, uma morte em que a/o responsável deixa de ser seu/sua pai/mãe em documento, a partir daquele momento (FIGUEIREDO; SCHUTZ, 2019).

Além dessa, existem diversas outras manobras citadas por Figueiredo e Schutz (2019), que são denunciadas como o direito à mudança do nome e gênero nos documentos oficiais, este ainda é um avanço que encontra brechas, nas quais podem reverberar em pessoas transexuais efeitos excludentes, totalmente tutelares e transfóbicos. “Pessoas trans e travestis, recorrentemente, possuem suas infâncias roubadas, pois cresceram negando a si mesmas, tentando se encaixar em um padrão do qual não faziam parte” (ROSA; ROMANINI, 2020, p. 422). Além de lidarem com o questionamento sobre seus corpos, sua não conformação à cisheteronorma, ainda não se viam naquelas figuras infantis ou juvenis.

Portanto, a família, enquanto instituição de importante significância, sobretudo na infância e na adolescência, surge enquanto instrumento repleto de sentimentos ambíguos. Por um lado, é a principal repressora de atitudes que não condizem com as expectativas de gênero. Por outro, ao mesmo tempo, é uma importante aliada no processo de reconhecimento e fortalecimento da pessoa

LGBTPQIA+ para exercer plenamente o que quiser ser e como quiser ser; figura de repressão e reafirmação da norma; e núcleo consultado para autorização dos processos nas/os sujeitas/os que desejam iniciar seus processos antes da maioridade (COSTA NOVO, 2021; LEWIS, 2012; NASCIMENTO; SCORSOLINI-COMIN, 2018; ROSA; ROMANINI, 2020).

Com isso, nas experiências trans/travesti, percebe-se que a família ganha diferentes características extremamente essenciais durante todo o processo. Ao contrário da lesbianidade, da bissexualidade e da homossexualidade masculina, pessoas trans, sobretudo na infância e juventude, precisam da autorização de seus familiares para, de fato, poderem vivenciar suas experiências. Não se trata – como observado anteriormente sobre mulheres lésbicas – de um incentivo para lutar por seus direitos, mas sim, a única maneira de se sentir o que é. Ao contrário das sexualidades, em que as idas e vindas do armário são presentes das experiências para livrar-se de situações estressoras e opressoras, com pessoas trans/travestis o armário está completamente escancarado e seus corpos denunciam a fragilidade do discurso binarista ancorado na biologia (COSTA NOVO, 2021; ROSA; ROMANINI, 2020).

Nesta lógica, as pessoas LGBTPQIAPN+, em seu processo de desenvolvimento e reconhecimento de sua orientação e identidade de gênero, traduzida *coming out* - “saída do armário” é apontado na literatura como um dos principais desafios por implicar diversas transformações de vida (DEFENDI; EL KHOURI, 2021). Tais aspectos, trazem a família como primeira instância de apoio e/ou exclusão, sendo estes, considerados importantes estressores para estas pessoas.

A partir da discussão do processo histórico da luta de classe dos grupos minorizados pode-se compreender que a família é um importante disseminador de desenvolvimento social de sua prole. Neste sentido, a mãe está diretamente incluída das experiências vivenciadas por este público, assim, os apontamentos teóricos que aqui serão apresentados fornecem um breve histórico da teoria das representações sociais que nortearão as análises do estudo.

Ainda por compreender que envolve toda uma estrutura familiar, o fenômeno da maternidade está profundamente inserido na dinâmica social e no ambiente cultural, desta forma, as reflexões sobre crianças, mulheres, mães e famílias, imediatamente, obrigam o pesquisador a expandir seu referencial teórico. Desta forma, se faz necessário recorrer às contribuições da sociologia, da antropologia,

da história e da psicologia social para buscar compreender esse fenômeno multifacetário, assim, será abordado a partir da perspectiva histórica envolvendo a teoria das representações sociais em específico a teoria do núcleo central.

Neste sentido, procurou-se identificar os sistemas centrais e periféricos da representação social de mães com filhas/os que se assumiram LGBTQIAPN+. Busca-se avaliar o campo das representações que expressa os saberes e as práticas dos sujeitos sociais. Estudar a maternidade de mães com filhas/os LGBTQIAPN+ a partir da teoria da representação social se torna importante, uma vez que, a representação do sujeito revela conteúdos atribuídos ao fenômeno.

Ao adotar essa teoria, pensa entender não apenas o que e como as pessoas representam um objeto, mas também como e por que o fazem. O interesse desta pesquisa é compreender quais as implicações que envolvem a maternagem, fundamentado em uma perspectiva psicossocial, posto que as representações sociais ocuparam um espaço significativo e tornaram-se uma ferramenta para compreender as complexidades, diferenças e dicotomias que surgem no processo de compreensão de fenômenos sociais específicos, a partir das influências da vida cotidiana e dos pressupostos que constroem suas práticas.

A TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: BREVE HISTÓRICO

O sociólogo Emile Durkheim (1978), no início do século XX, elaborou a sua teoria sobre as representações, denominada de representações coletivas. Naquela época, não se cogitava um mundo contemporâneo ditado pela globalização nos formatos atuais. Os pressupostos de Durkheim (1978) foram fortemente influenciados pelas concepções marxistas, pelo positivismo e objetivismo vigentes na época.

Para ele, portanto, o homem se tratava de um ser sociável, em virtude da convivência grupal, em que aprende costumes, hábitos, reproduzindo assim mitos, em uma sociedade pautada por uma religiosidade. Segundo Spink (1993), as representações coletivas são elaboradas por uma variedade de conhecimentos que são adquiridos, bem como reproduzidos na sociedade, de modo inconsciente, uma vez que a força exterior do grupo é o que exerce influência. Essas representações foram desenvolvidas em um período em que as ciências sociais prezavam pela objetividade, dentro de uma sociedade bem menos complexa.

O psicólogo social Serge Moscovici, influenciado por essa epistemologia, desenvolveu seu primeiro esboço da teoria das representações sociais (TRS) para analisar as representações dos parisienses acerca da psicanálise. Assim, desse trabalho surgiu a obra “A Psicanálise, sua imagem e seu público”. Moscovici (2003) elenca críticas às representações coletivas, pois essas não abarcam a individualidade contemporânea, uma vez que os fenômenos sociais da atualidade estão bem mais associados à realidade do indivíduo. Moscovici (2011), então, elabora o conceito das representações sociais, em que o sujeito é parte da construção da representação, ou seja, ele participa a partir da sua individualidade na constituição dela.

Nesse sentido, Parreira et al., (2018) discorrem que o interesse pela teoria das representações sociais pode ser explicado pelo fato de sua pesquisa fornecer um contexto para análise e interpretação da relação entre o universo individual e as condições sociais sob as quais os atores sociais interagem. Também permite compreender os processos que intervêm na adaptação sociocognitiva do indivíduo à realidade cotidiana e ao seu ambiente social e ideológico. Apreendê-las, sob o viés da Psicologia Social, refere-se, portanto, analisar aquilo que é discutido pelas demais disciplinas, no qual faz das representações sociais um campo transdisciplinar, quanto à contribuição específica da Psicologia Social (SPINK, 1993).

Crusoé (2004, p. 107) discorre que a teoria abordada em termos de produto, volta-se para o conteúdo das representações e para o conhecimento de senso comum, em que permite aos sujeitos interpretarem o mundo e orientarem a comunicação entre eles, na medida em que, ao entrarem em contato com um determinado objeto, o representam e, em certo sentido, criam uma teoria que vai orientar suas ações e comportamentos.

As representações são, fundamentalmente, “fenômenos sociais que, mesmo acessados diante do seu conteúdo cognitivo, devem ser entendidos com base na conjuntura do contexto de produção” (SPINK, 1993, p. 300). Nesse aspecto, entende-se que as representações sociais é uma forma específica de entender e comunicar o que já se sabe, e que surgem socialmente das relações com outras pessoas, principalmente, a família. Eles se baseiam em um conjunto de teorias, ideologias que transformam em realidades compartilhadas (MOSCOVICI, 2010).

Moscovici (2000) afirma que, além da influência do processo de comunicação no processo da RS, verifica-se também a forma como as

representações sociais se tornam senso comum. Eles entram no mundo cotidiano comum em que habitamos, discutimos em nossas relações diárias e se espalham na mídia que lemos e assistimos. Em suma, as representações são amparadas e disseminadas pela influência social que constituem a realidade do nosso dia a dia e servem como a principal base pelo qual nos ligamos uns com os outros. (MOSCOVICI, 2000)

Nesse sentido, infere-se que as representações sociais envolvem uma classe geral de ideias e crenças - ciência, mito, religião, etc. São fenômenos específicos relacionados a um jeito particular de compreender e comunicar, que cria tanto a realidade quanto o senso comum. É para se debruçar sobre essa distinção que o autor usa o termo social ao invés de coletivo, visto que, traduz a explicação dos fenômenos do homem por meio de um olhar coletivo, sem deixar de lado a individualidade que está especialmente associada às investigações das simbologias sociais, tanto no nível macro quanto de microanálise, com as análises das trocas simbólicas que são criadas nos ambientes sociais, bem como nas relações interpessoais. Essas simbologias impactam na construção do conhecimento que é compartilhado (SÁ, 1995).

Considerando o contexto histórico, essa teoria é definida como uma modalidade particular de conhecimento que tem como objetivo a elaboração da comunicação e dos comportamentos entre as pessoas e são sustentadas tanto por conhecimentos advindos da experiência cotidiana, quanto das reapropriações de significados que são consolidados historicamente (MOSCOVICI, 2000). Portanto, as representações sociais são consideradas como resultados de reapropriação de conteúdos advindos de períodos distintos e daqueles que são gerados por novos contextos.

Quando se aborda a teoria, em termos de processos, é necessário entender como se constroem essas representações e como ocorre a sua incorporação do novo, aos aspectos consensuais. Nesse sentido, Moscovici (2011) afirma que a construção das representações relaciona dois aspectos importantes que é a ancoragem e a objetivação. Desse modo, o processo de objetivação possibilita que o esquema conceitual se torne real, ou seja, se dá a uma imagem uma contrapartida material, nesse aspecto a objetivação se refere em tornar concreto um determinado conceito. A objetivação de um conceito ou de um objeto advinda dos sujeitos depende dos condicionantes culturais, ou seja, se trata do acesso distinto às

informações em virtude da inserção social dos sujeitos e também dos aspectos valorativos de um grupo.

Para Moscovici (2003), a TR trata-se de uma teoria descritiva, bem como explicativa dos fenômenos sociais que se distinguem da metodologia que é adotada na psicologia tradicional. O autor ainda defende o desenvolvimento de uma psicologia social do conhecimento e endossa que o senso comum se refere a um terceiro gênero de conhecimento, que é distinto da ciência e da ideologia, mas que deve ser abarcado em pesquisas na área da psicologia social, tendo em vista que confere a autonomia aos grupos minoritários. Além disso, é do conhecimento cotidiano que os sujeitos veiculam os seus sentidos e expressam a sua visão de mundo.

Neste sentido, as RSs, estão definidas como formas de conhecimento prático, inserem-se mais especificamente nas correntes de pesquisa sobre o conhecimento do senso comum (SPINK, 1993). Essa prerrogativa já pressupõe uma ruptura com os aspectos clássicos das teorias do conhecimento, pois trata de um conhecimento formalizado, ou seja, focalizam o conhecimento que ultrapassou o limiar epistemológico, constituído por conjuntos de enunciados que definem normas de verificação e coerência (MOSCOVICI, 2011).

Em flagrante contraste, ver o conhecimento como uma corrente de conhecimento, formalizado ou não, busca superar a cisão entre ciência e senso comum, encarando ambas as manifestações como construções sociais determinadas pela história social de uma determinada época (SPINK, 1993). Contudo, a função identitária, por sua vez, estabelece os grupos sociais dentro de sua cultura, bem como de suas especificidades, além de resguardar seus sentidos identitários. A função de orientação, como o próprio nome pressupõe, orienta os comportamentos, as práticas sociais e condutas no grupo social (ABRIC, 1994).

A finalidade justificadora possibilita aos atores sociais a justificativa de suas condutas, bem como posturas nos variados ambientes sociais (SPINK, 1993). Salienta-se que a teoria das representações sociais foi passível de evoluções no decorrer do tempo e se seccionou em três grandes abordagens de estudo: o modelo sociogênico ou processual, a societal e a teoria estrutural ou do núcleo central (SÁ, 1996).

Em relação ao modelo sociogênico ou processual, foi desenvolvido pelo próprio Moscovici, neste estudo explica como acontece processualmente a ancoragem e a objetivação. Em relação à abordagem societal, baseia-se no

processo de ancoragem e visa à investigação da construção das representações em grupos sociais considerando as suas distinções.

Enquanto a abordagem do modelo estrutural ou teoria do núcleo central foi elaborada por Abric em 1994 e construída a partir dos estudos de Moscovici, sendo esta, definida por dois subsistemas: núcleo central e periférico. A abordagem do núcleo central será aqui aprofundada para que forneça entendimento quanto ao suporte teórico metodológicas nas análises dos conteúdos pesquisado.

TEORIA DO NÚCLEO CENTRAL: UM APORTE TEÓRICO PERTINENTE

A Teoria do Núcleo Central – TNC foi elaborada por Jean-Claude Abric em 1976. Abric (2000) define a representação social como um conjunto estruturado e organizado de crenças, informações, atitudes e opiniões e composta de dois subsistemas - o central e o periférico-, que funcionam como um propósito, onde cada estrutura tem seu papel específico e complementar.

Sá (2002), acerca da construção teórica da TNC, sinaliza que Abric teve como base as proposituras de Moscovici sobre o “núcleo figurativo” da representação. Esse núcleo se associa a uma estrutura imagens que articula os elementos do objeto de representação que são selecionados pelos grupos ou sujeitos, em função de critérios culturais e normativos. Trata-se, portanto, de uma expressão da produção dos sujeitos no que tange à sua realidade social. Ressalta-se que, apesar de Abric ter recorrido ao conceito de núcleo figurativo, quando tratou do núcleo central das representações, ele discorreu que esse não se expressa por imagem, como ocorre com o núcleo figurativo. Assim, o núcleo central se associa à estrutura dos fatores que suportam, do ponto de vista do significado, a representação social.

A teoria consiste em um sistema dual, no qual existe um sistema central e um sistema periférico, com propriedades e funções diferentes: o núcleo central reúne aqueles elementos que são mais resistentes à mudança e duram mais tempo, enquanto os núcleos periféricos constituem fases entre esses elementos. A interface fornece representação detalhada e dinâmica de experiências individuais. Por isso, são duplamente responsáveis por maiores e menores resistências à mudança. (PULLIN; PRYJMA, 2004).

Abric (1994) entendeu a representação social como uma entidade única, mas cuja organização e funcionamento é realizado por um sistema dual, onde cada

elemento tem um papel específico e complementa o outro. A organização das representações tem uma particularidade: os elementos da representação não são hierárquicos, mas organizados em torno de um núcleo central, constituído por um ou vários elementos que dão sentido à representação.

Ainda aborda que o núcleo central, se trata de um fenómeno inegociável da Representação Social. Assim, este resiste às alterações, tendo em vista que uma modificação na sua estrutura culmina em uma mudança na Representação, essa que constitui um aporte que é seguro de orientação em um universo desprovido, em sua essência objetiva, de significado e direção. O núcleo central, por meio de suas crenças, possibilita a coesão, bem como a continuidade em determinados grupos humanos uma vez que perpetua crenças, valores e comportamentos que são vistos como essenciais para o grupo.

Nesse prisma, a TNC é conhecida como uma teoria da estrutura das representações sociais. Desse modo, parte-se da premissa que, independentemente do objeto social, qualquer representação social vai se organizar em um sistema dual. A função principal desse sistema dual é a manutenção da estabilidade da representação dentro do grupo que a veicula, ou seja, o sistema estabiliza os significados que os membros do grupo relacionam ao objeto da representação. Essa estabilização depende da capacidade do sistema em preservar o consenso dentro do grupo enquanto possibilita algumas distinções individuais (ABRIC, 1994).

Dessa forma, toda a representação social se organiza em torno de um núcleo central e um sistema periférico. O núcleo central está associado à memória coletiva, dando significado, consistência e persistência às representações, sendo, portanto, estável e resistente à mudança. (MACHADO, ANICETO, 2010, p. 352). Abric (1994) também afirma que as representações sociais têm aplicabilidade e função dentro de grupos sociais e são: conhecimento ou cognição, identidade, orientação e justificação. Assim, “o núcleo central é estável, resistente à mudança, tradutor de significado, consistência e persistência de representações, e associado à memória coletiva” (PARREIRA et al., 2018, p. 57).

Os elementos periféricos, por sua vez, possibilitam a adaptação à realidade e protegem o núcleo central. Portanto, procuram explicar as particularidades complementares e contraditórias das representações sociais, de consenso/diferença e estabilidade/flexibilidade, a partir de seu funcionamento. Esses elementos fazem parte do conteúdo representacional e tornam-se

necessário à medida que se aproximam da situação específica em que a representação se associa ou funciona, é a profundidade contextual da representação (CRUSOÉ, 2004).

Ademais, o núcleo se refere a um dos elementos estáveis da representação social, estabelecendo-se em uma natureza normativa e funcional. “Os aspectos funcionais estão ligados à natureza do objeto representado e os normativos dizem respeito aos valores e normas sociais pertencentes ao meio social do grupo.” (MACHADO; ANICETO, 2010, p. 352). É responsabilidade deste sistema, a atualização, bem como a contextualização da representação em um dado grupo.

A teoria do núcleo central não limita o alcance da interpretação da construção à vocalização das representações, aplicando-se tanto ao estudo das representações que foram construídas quanto à sua transformação. Tampouco adere ao caráter figurativo central, atribuindo seus elementos à natureza puramente cognitiva das formas descritivas e avaliativas (SÁ, 1996). Para além, a teoria explica o processo de formação da representação social, mas também tem aplicabilidade para o estudo da representação social já existente e sua possível transformação, ou seja, possui propriedades cognitivas a elementos de representação social, bem como a elementos avaliativos e descritivos (SÁ, 1996).

Ao ser constituída, a TNC estava focada somente no núcleo central, com o passar de vários estudos os teóricos como o próprio Abric e Flament trataram de aprimorá-la, apresentando a proposição que toda a representação social tinha um sistema central e um sistema periférico. Dessa forma, o núcleo central depende, em parte, da natureza do objeto a ser representado, mas também da relação que o grupo mantém com esse objeto e dos grupos e momentos de normas e sistemas de valores que orientam o ambiente ideológico do grupo. A função deste núcleo é organizar e generalizar (ABRIC, 2000).

A função generalizadora se refere aos elementos que transformarão ou criarão os significados dos elementos que constituem a representação, dando-lhe um valor, um sentido. A função organizadora, por sua vez, vai determinar a natureza dos elos que vão estabilizar a representação. Em relação à função generalizadora, torna-se a função essencial do núcleo, pois é o elemento que produz ou transforma o sentido dos demais elementos constitutivos da representação, ou seja, é por meio dele que esse elemento adquire sentido e valor; e a “função organizadora” porque determina e expressa a natureza das conexões estabelecidas entre os elementos e aparece como um elemento unificado e estável (PARREIRA, *et al.*, 2018).

Desse modo, Abric (2000) evidenciou que o núcleo central é o elemento da representação social que vai ser mais resistente às mudanças e será a identificação do núcleo central da representação que possibilitará a pesquisa comparativa entre as representações. Conforme Parreira et al., (2018), a determinação do núcleo central é essencialmente social e está associada às questões sociológicas, históricas e ideológicas e está diretamente ligada aos sistemas de valores e normas. O núcleo central vai definir os princípios fundamentais, de forma coletiva e social que vai definir certa homogeneidade ao grupo, por meio de comportamentos individualizados que podem parecer até contraditórios.

Além disso, se origina no contexto histórico ideológico, social, definindo assim, os valores, as normas dos grupos e dos indivíduos dentro de um sistema social. As funções geram significados básicos das representações e orientam a organização global de todos os elementos (ABRIC, 1994). A organização de uma representação se refere a uma natureza específica, no qual apenas os elementos da representação são hierarquizados, no entanto toda a representação se organiza dentro de um núcleo central sendo constituído por diversos outros elementos que dão significados à representação. Assim, o núcleo central é o elemento essencial, pois ele é quem determina os significados e a organização de uma representação. Portanto, o núcleo central é estruturante, duro de apresentação.

Para melhor compreensão do núcleo central, faz-se necessário compreender suas características, uma vez que as atribuições do sistema central são compostas pelo núcleo central das representações, e como tal apresenta as seguintes características: em primeiro lugar é marcado pela memória coletiva, refletindo condições históricas sociais e valores de grupo; em seguida, constitui uma base representacional compartilhada que define a homogeneidade de um grupo social; ademais se apresenta como estável, coerente e resistente à mudança, garantindo assim a continuidade e persistência da representação; além disso, é relativamente insensível ao imediato social e contexto físico de representação. Sua função é gerar o significado subjacente da representação e determinar a organização global de todos os elementos (SÁ, 1996).

Por conseguinte, o sistema periférico, se organiza em torno do núcleo central, e contempla outros elementos da representação social que atua como um intermediário entre o núcleo central e a realidade e tem como característica a integração das vivências de histórias individuais e suporta a heterogeneidade do grupo, bem como as suas contradições.

Como se percebe, a Teoria das Representações Sociais delimita o significado atribuído pelos indivíduos a um conhecimento determinado, e compreender por meio da TNC como esses significados se estruturam e se organizam em um determinado grupo permite analisar até onde essas representações orientam as ações dos indivíduos. Assim, podemos abordar a teoria das representações sociais para melhor compreensão do fenômeno estudado, uma vez que as emoções e os sentimentos têm um papel crucial na forma como as pessoas reagem às circunstâncias do meio (NUNES, 2007), e ao se tratar da dinâmica que envolve o vínculo maternal, as emoções são aspectos que afetam diretamente essas relações.

Coerente com os objetivos, este estudo ainda adotará uma perspectiva da teoria estrutural de Jean Claude Abric (1993). Esta abordagem teoricamente aproxima diferentes abordagens para a representação de um mesmo fenômeno, destacando as nuances que seus quadros teóricos possibilitam. Assim, dada a natureza histórica e social das representações sociais, e a necessidade de compreender as dimensões, é fundamental uma interseção das duas abordagens: Representação cognitiva e estrutural dessa representação, que é possibilitada pelas duas teorias.

É, portanto, com base nessas contribuições teóricas que esta pesquisa se coloca, no intuito de aprofundamento da compreensão dos sentidos da maternidade e suas vivências com filhas(os) assumidas(os) LGBTQIAPN+, a partir de um enquadre metodológico qualitativo em articulação com a Teoria das Representações Sociais, especificamente com a Teoria do Núcleo Central.

PARTE EMPÍRICA

OBJETIVOS

Geral:

Compreender como se estrutura as Representações Sociais da maternidade de mulheres/cis cujas/os filhas/os sejam assumidas/os LGBTQIAPN+.

Específicos:

Descrever os núcleos centrais produzidos pelas funções sociais da maternidade de mulheres/cis no processo de *coming out*/saída do armário;

Identificar os núcleos periféricos dos significados da maternidade em mães com filhas/os assumidas/os LGBTQIAPN+;

Relacionar estudos da maternidade em diferentes contextos com a representação social de mães com filhas/os/es assumidas/os/es LGBTQIAPN+.

MÉTODO

O presente estudo trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter descritivo com objetivo de compreender a experiência vivida de mulheres-mães-cis de filhas/os que se identificam como integrantes da comunidade LGBTQIAPN+. O método qualitativo foi desenvolvido por propor trabalhar o complexo de significados, aspectos mais subjetivos das participantes. Esse método permite a descrição dos costumes, as crenças e linguagem de algum grupo social (MOURA et al., 2021)

Diante dessas considerações, a escolha pelo uso da roda de conversa como técnica para obtenção dos dados para discussão ocorreu por ser um recurso que se baseia na horizontalização das relações, pela qual as participantes se implicam como atores sociais críticos e reflexivos diante da realidade (SAMPAIO et al., 2015). Desta forma, para além de uma escolha metodológica, as rodas de conversa também contribuem como possibilidade de construção de canais de diálogo, promovendo um fortalecimento pessoal das participantes a partir do reconhecimento de grupo (COSTA et al, 2014).

Considerando tais potencialidades, o uso desse instrumento também objetivou a formação de um dispositivo que atuasse como promoção de bem-estar, em benefício à saúde mental das participantes, pois a integração com grupos de pessoas e estabelecimento de vínculos são fatores favoráveis para o bem-estar subjetivo (PASSARELI, SILVA, 2007), permitindo a disponibilidade e fácil acesso aos conteúdos abordados segundo os eixos temáticos.

Participantes

O estudo contou com a parceria junto ao Coletivo Mães da Resistência. A associação mães da resistência é uma ONG de nível nacional que, atualmente, ocupam 13 estados, com o intuito de acolher principalmente mães, pais, familiares

e pessoas que cuidam com afeto da população LGBTQIAPN+, bem como filha/os/es, que lutam por dignidade, respeito e liberdade para serem quem são. O coletivo acredita que resistindo, se recriando, eles conseguem redescobrir força, através das necessidades que encontram, na própria vivência, nas maneiras de estabelecer um convívio que acolhe, cuida e luta juntos.

Candidataram-se à pesquisa 14 mulheres-cis-mães, dentre as quais 12 tinham apenas uma/o filha/o que se identificava como pertencente à comunidade LGBTPQIA+ e 2 mães que possuem duas/dois filhas/os em sua formação familiar também LGBTPQIAPN+. Esse número se mostra adequado para os estudos com TRS, uma vez que os pressupostos teóricos da teoria chamam atenção para o caráter socialmente compartilhado das Representações Sociais (MOSCOVICI, 1978). Além das/as filhas/os, estavam distribuídas/os entre 11 transexuais, 04 gays e 01 bissexual.

Referente às mães participantes, a média de idade foi de 36 anos, dentre as quais a mais nova possuía 28 anos e a mais velha 57 anos, elas se distribuíam entre brancas e negras, sendo a maioria autodeclaradas brancas (78,57%) e 21,43% autodeclaradas negras. Em relação ao estado civil, o grupo estava distribuído entre casadas 35% e divorciadas representando 40% cada, 18,8% estavam solteiras e 6,2% mãe solo. Cabe ressaltar que todas as mulheres participaram de maneira voluntária e seguindo o disposto na resolução 466/12 e 510/16 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), as participantes foram solicitadas a documentar seu consentimento, a partir de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Somado a isso, a presente proposta de pesquisa possui a aprovação no Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos da Universidade Federal de Alagoas através do parecer 5.128.115 - CAAE: 52069221.4.0000.5013.

Os critérios de inclusão para participação das mães na pesquisa, baseou-se na presença de um ou mais filhas(os) LGBTPQIAPN+ que tivessem passando pelo processo de *coming out* com sua prole. Considerando esses elementos, foi elaborado um formulário de adesão voluntária ao projeto e divulgado, a partir do grupo de WhatsApp dos Coletivos de Mães da Resistência. Devido à adesão voluntária, nenhuma participante foi obrigada a colaborar com as atividades solicitadas pelos pesquisadores, duas (2) das participantes estiveram presentes em apenas uma das atividades da coleta de dados, tendo como justificativa a falta de tempo, no entanto nenhum prejuízo foi disposto para elas, uma vez que era possível desistir da participação a qualquer momento.

Seguem-se a tabela que sintetizam as informações de natureza das participantes.

Quadro 1 – Descrição das mulheres/mães participantes e suas/seus filhas/os/es

Participante	COR	IDADE	ESTADO CIVIL	FILHAS (OS, ES)
Participante 1	NEGRA	57	DIVORCIADA	01 - GAY
Participante 2	BRANCA	54	CASADA	01 - MULHER TRANSEXUAL
Participante 3	BRANCA	52	CASADA	01 - MULHER TRANSEXUAL
Participante 4	BRANCA	44	DIVORCIADA	01 - MULHER TRANSEXUAL
Participante 5	BRANCA	57	DIVORCIADA	01 - GAY
Participante 6	BRANCA	38	CASADA	01 - MULHER TRANSEXUAL
Participante 7	BRANCA	48	DIVORCIADA	01 - HOMEM TRANSEXUAL 01 - BISSEXUAL
Participante 8	BRANCA	55	MÃE SOLO	01 - HOMEM TRANSEXUAL
Participante 9	BRANCA	38	SOLTEIRA	01 - GAY
Participante 10	BRANCA	35	SOLTEIRA	01 - HOMEM TRANSEXUAL 01 - BISSEXUAL
Participante 11	BRANCA	53	DIVORCIADA	01 - MULHER TRANSEXUAL
Participante 12	BRANCA	52	DIVORCIADA	01 - MULHER TRANSEXUAL
Participante 13	NEGRA	43	CASADA	01 - MULHER TRANSEXUAL
Participante 14	NEGRA	50	CASADA	01 - GAY

Coleta de Dados

Como estratégia metodológica para obtenção de dados, o estudo realizou rodas de conversa com as participantes, por ser uma abordagem investigativa que visa compreender o sentido que o grupo social oferece ao fenômeno estudado (AFONSO; ABADE, 2008). A pesquisa optou por seguir com o isolamento social e demais cuidados, além de poder abranger mulheres/mães de outros estados do Brasil, desta maneira os encontros foram executados na modalidade remota com auxílio das ferramentas Google Meet e Zoom.

Sendo assim, foram realizados quatro (3) encontros, por meio das plataformas supracitadas, com duração média de 2 horas. Todo o material foi coletado através de gravação de áudio, de natureza confidencial e sem qualquer

identificação individual. Vale ressaltar que, toda pesquisa foi explicada e possíveis dúvidas foram sanadas, portanto, foi solicitada a permissão para a gravação dos encontros e, posteriormente, houve a transcrição destes.

Com a finalidade de apreender os significados da maternidade em mães com filhas/os assumidos LGBTQIAPN+, e com base na compreensão postulada por Abric (2003) a respeito do núcleo central e do núcleo periférico, a coleta do corpus foi conduzida em quatro momentos. O procedimento de condução dos encontros ocorreu com o auxílio de uma mediadora e a utilização de fragmentos de textos que eram disponibilizados com antecedência as participantes, para que pudessem servir como disparadores (Apêndice – A: textos sobre as vivências de mães com filhas/filhos LGBTQIAPN+, suas experiências maternas na sociedade contemporânea) e (Apêndice – B: questões semiestruturadas a partir dos textos disparadores relacionados as temáticas do apêndice A). Para além, entendemos que esses fragmentos textuais indutores, proporcionam múltiplos significados e disponibilizam a capacidade de articular o contexto sócio histórico com suas experiências. Assim, esses termos atuam como possíveis representações sociais.

Os dois primeiros encontros tiveram como objetivo a apresentação das participantes, bem como o compartilhamento de suas vivências a partir do processo de *coming out* de suas/seus filhas/os. O terceiro encontro teve como temática a maternidade como discussão central, objetivando o compartilhamento das narrativas que essas mulheres-mães carregam consigo.

Com base nos fragmentos textuais, disponibilizados, nos 2 últimos encontros, foram organizadas questões semiestruturadas que permitiram, fazer uma aproximação do universo consensual das participantes, por meio do relato verbal de suas experiências com a maternagem. Foi, portanto, empregada com o objetivo de melhor apreender e aprofundar o significado dos temas abordados (APÊNDICE B). Essas questões semiestruturadas foram construídas a partir de estudos realizados sobre maternidade, gênero e pessoas minorizadas (sexo gênero diverso), as quais serviram como estímulo para as falas das participantes. As perguntas eram apresentadas e se pedia para que as respondessem livremente.

Análise de dados

O material coletado foi analisado através do instrumento de análise de dados software Iramuteq (INTERFACE DE R POUR LES ANALYSES

MULTIDIMENSIONNELLES DE TEXTES ET DE QUESTIONNAIRES; RATINAUD, 2009), ancorado no software R (R DEVELOPMENT CORE TEAM, 2012) e na linguagem python de programação (www.python.org). Este é um software livre para análises, a plataforma possibilita diferentes tipos de manuseios de dados textuais, desde as mais simples, como a lexicografia básica (cálculo de frequência de palavras), até análises multivariadas, como sugerem Camargo e Justo (2013). Nessa perspectiva, sua utilização pode trazer contribuições aos estudos em ciências humanas e sociais, que possuem o conteúdo simbólico proveniente dos materiais textuais como fonte importante de dados de pesquisa, podendo levar a melhor interpretação dos dados.

No primeiro momento da análise, o material textual advindo das rodas de conversa foi tabulado e incorporado em 02 corporas, seguindo a ordem dos encontros (temáticas discutidas), com formatação adequada para seguimento das análises. Considerando o formato escolhido, optou-se pela retirada dos momentos de mediação dos encontros, com o objetivo de eliminar possíveis interferências nos resultados. Dito isto, pois, nos momentos de mediação foram em suma a realização das leituras dos materiais de apoio.

Com a finalidade de visualizar, de maneira ampla, a representação social dos significados da maternidade com filhas/os assumidas/os LGBTQIAPN+, foi realizada a Classificação Hierárquica Descendente (CHD) pelo método de Reinert com os corporas dos encontros de maneira individual, essa análise possibilita separar o corpus em classes de palavras, cada classe é composta por um conjunto de palavras que se relacionam entre si e se distinguem das demais classes.

Portanto, a partir da CHD, os segmentos de textos e seus vocábulos podem ser correlacionados, formando um esquema hierárquico de classes de vocabulário. Ao contar desta análise, o/a pesquisador/a pode inferir o conteúdo do corpus, compreender os grupos de discursos presentes nesse corpus e dar nome às classes, dando assim uma ideia aproximada das palavras mais repetidas para o campo semântico. A CHD foi realizada com plotagem em nuvem de palavras para uma rápida observação das palavras que compõem cada classe com base na sua frequência, uma apresentação graficamente organizada de seu conteúdo. O critério de exclusão para essa leitura foi a retirada dos advérbios.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Objetivando facilitar a exposição dos núcleos das representações sociais dessas mães, este tópico foi organizado em eixos temáticos derivados dos corporas temáticos. Assim, o primeiro eixo, representa o material obtido no Corpus A, foi intitulado de “Quem pariu Mateus que balance”, momento no qual as participantes puderam reconhecer umas às outras como mães e compreender a trajetória com suas/seus filhas/os enquanto pessoas LGBTQIAPN+. O segundo, representante do conteúdo do Corpus B, denominado de “Ser mãe é padecer no paraíso” foi composto pela discussão sobre a função da mulher/mãe na relação com seus filhos LGBTQIAPN+, mediante o percurso construído, o encontro serviu para que as participantes expusessem a forma como se sentem diante da maternidade nesse contexto.

“Quem pariu Mateus que balance!”

Entre uma conversa ou outra sobre a maternidade não é incomum que o comportamento das(os) filhas(os) seja atribuído enquanto responsabilidade da mulher que cuidou, mais comum ainda é o discurso que reitera que uma vez realizada a escolha da mulher em ser mãe, a ela cabem todos os cuidados necessários para criança (ZANELLO, 2016). Na expressão que dá título ao eixo “Quem pariu Mateus que Balance”, Sampaio, (2021), expõe que não possui origem clara, acredita-se que provém de uma reinterpretação da frase “Quem pariu mantém e embale”, mas, independentemente de sua origem, o ditado popular é bem direto em sua mensagem central: a mãe que cuide do seu. Uma reprodução do discurso machista que atribui à mulher/mãe todo o trabalho que envolve o cuidado e educação de uma criança.

Ao interpretarmos o ditado popular, observamos uma posição solitária da maternidade, e quando colocado em pauta a maternidade de filhas(os) que sejam parte de qualquer orientação sexual e/ou identidade de gênero, esse processo se torna ainda mais intenso. Ao reunirmos o grupo de mulheres/mães, auxiliamos na criação de um espaço de diálogo, no qual elas puderam enxergar a existência das experiências umas das outras. Os dois primeiros encontros foram agrupados neste eixo, as participantes foram convidadas a realizarem apresentação pessoal e falar sobre maternidade, o momento que estava previsto para apenas um encontro se estendeu, todas tinham muito a dizer e também desejavam escutar uma à outra.

revelação, e/ou momento do surgimento do primeiro(a) namorado(a), além da postura que envolvem a figura paterna.

Nestes fragmentos, observa-se que a representação da mulher/mãe está intrinsecamente ancorada na responsabilidade frente ao processo de resolutividade de possíveis problemas relacionados à maternidade. Isso destaca a consciência da vivência materna associada ao amor e cuidado, profundamente enraizados na cultura.

Neste aspecto, entende-se que a maternidade foi sendo criada, ao longo dos anos, de maneira tal, que não priorizar a cria em primeiro lugar é considerado pela sociedade como não ser uma boa mãe e desta forma, a culpa permeia a mulher de todos os lados, a mulher não se vê como mulher independente da condição de mãe (MACHADO, PENNA, CALEIRO, 2019). Tomando para si toda a responsabilização. Ademais, observa-se os comportamentos da figura paterna segundo a visão das participantes, como presente nas falas a seguir:

“...percebia também ele [pai] se afastou do filho, ele ia para o futebol e levava nossa outra filha para jogar bola dia de sábado que [antes] era o racha deles” (Mulher cis negra, 57 anos, mãe de filho gay).

“...o apoio do pai foi bem pouco, só financeiro mesmo. Eu estava separada, mas ele morava na mesma casa... eu já sabia que não ia ser fácil, já estava preparada e sabia que eu ia ter que resolver isso” (Mulher cis branca, 44 anos, mãe de filha transexual).

Segundo afirmam Costa, Oliveira e Nogueira (2010), nesta experiência familiar, os pais, muitas vezes, referidos como figuras relacionais, apresentam maior dificuldade face às mães em aceitar a orientação sexual dos filhos. Esse comportamento também integra todo processo histórico que acaba por limitar a figura paterna a essa visão cisheteronormativa, produzindo uma masculinidade heterossexista e patriarcal, suscitando pontos de vista divergentes quanto ao processo de aceitação da orientação sexual e/ou identidade de gênero de sua prole.

Para mais, observa-se na sociedade contemporânea, homens comandando a vida social, e o mundo do trabalho, enquanto que na vida familiar mantem uma relação de cuidado superficial com a prole, quase não participam da criação e educação das/os filhas/os. Este comportamento pode se dar pela construção histórica relacionada à instituição família, à sexualidade e ao gênero. Esses aspectos estão intrinsicamente imersos numa disputa discursiva de poder, e os

componentes familiares sofrem influências das ideias heterossexistas, nas quais, de forma direta ou indireta, afetam a socialização das crianças, jovens e futuras/os/adultas/os (ROSA; ROMANINI, 2020)”.

Ainda sobre o período da descoberta – *coming out*, várias situações foram vividas nas relações familiares e no espaço de convivência como a casa. Os parentes se envolvem no acontecimento e observa-se que a figura materna é aquela à qual busca amenizar os possíveis conflitos.

Partindo do processo de *coming out*, a visão cisheteronormativa, engloba concepções contemporâneas frente aos grupos minorizados. Esses passam por um dilema, no qual impõe certa hierarquia e reforça a lógica binária na qual insiste em estigmatizar as pessoas desconsiderando qualquer outra maneira que possa romper com isso e discriminando aquilo que não está de acordo com a norma dominante, ou seja, a heterossexual (PRATTA; SANTOS, 2007; SILVA; RIOS, 2019; SOUZA et al, 2019).

Costa, Novo (2021) revela que a família, ao presenciar os dilemas sociais e a recorrente empreitada de normatização dos corpos, pode se vê em um impasse no qual escancara diversos dilemas e pode desencorajar inclusive a pessoa (filha/o) no seu processo. Diante deste fato, essas mães trazem as relações vezes conflituosas neste ambiente, como podemos ver nos seguintes trechos:

“É porque na casa da minha mãe, da minha família eu não toco no assunto, porque eu acho que o pessoal está digerindo” (Mulher cis, branca, 38 anos, mãe de filho gay).

“...tanto que quando ele vem de São Paulo ele se muda para minha casa” (Mulher cis negra, 57 anos, mãe de filho gay).

Neste contexto, a casa, para algumas participantes, parece ser a representação de um espaço de segurança, local que expressa suas vivências, expondo seus sentimentos acolhedores. “A família é vista como o maior alicerce para que o sujeito possa revelar sua orientação sexual perante si mesmo e a sociedade” (NASCIMENTO; SCORSOLINI-COMIN, 2018, p. 1529). Ao tempo que parece ser um ambiente carregado de receios, aspectos que limitam a família a uma vivência de exclusão, como sentimentos de desprezo e discriminação que muitas vezes ocorrem dentro da família, e por vezes, há relatos de minorias sexuais com vínculos afetivos fragilizados, o que acaba prejudicando o funcionamento das relações familiares (SANTOS; DIAS; FREIRES, 2015). Verifica-se comportamentos

frente ao novo, novo esse ainda difícil de ser ingerido pelo rompimento das expectativas desenvolvidas ao longo da maternidade.

Entendendo que a nuvem de palavras pode nos revelar aspectos que envolvem as representações sociais através de seus núcleos, os relatos a seguir demonstram dificuldades vivenciadas no processo de *coming out*. Como se observam as mães, a princípio, passam a representar sua maternidade através do experienciado, vivido, no processo de *coming out* nas palavras “difícil”, “chorar”, “incomodar”, “afastar”, elas demonstram que ser mãe, neste contexto, não é nada fácil, porém apesar de tantos sentimentos, buscam adaptação das crenças preestabelecidas pela visão cisheteronormativa. Quando essa visão perpassa o coletivo das famílias brasileiras, lidar com a diversidade passa a ser a primeiro momento uma destruição das expectativas criadas para com suas/seus filhas/filhos LGBTQIAPN+.

“...Quando eu soube que não era gay, era trans. Chorei também, foi difícil quando soube que era gay, quando ele tinha uns 10 anos de idade, que eu lembro que eu precisei ir para o psiquiatra...” (Mulher cis branca, 52 anos, mãe de filha transexual).

“Quando meu filho apresentou o namorado eu quase tive um infarto, fiquei tão nervosa em casa que vomitei, tive uma crise de vômito [...]” (Mulher cis negra, 57 anos, mãe de filho gay).

O que se percebe são exemplos de famílias com filhas/os não heterossexuais e/ou cisgêneros que apresentam sofrimentos e problemáticas nas relações. Em virtude do contexto social excludente, as participantes podem expressar dificuldades em vivenciar este novo cenário, como notadas nas expressões expostas. Parece ser carregadas de sofrimentos, responsabilização, solidão frente à descoberta da sexualidade e/ou identidade de gênero de sua/seu filha/o. Nas falas que se seguem os anseios frente às padronizações sociais acerca das minorias sexuais (sexo gênero diversos) acaba por gerar sofrimento:

“... Eu sei que teve gente de dizer que eu sou doida, por aceitar minha filha”. Eu me sinto culpada de falar tudo isso, não é fácil falar e reconhecer. (Mulher cis branca, 52 anos, mãe de filha transexual).

“Momento para observar o que estava acontecendo com meu filho, e movida pelo preconceito, pelo medo, e pela satisfação que tem que se dar a sociedade, a família”. (Mulher cis branca, 54 anos, mãe de filho gay).

As experiências de preconceito, aliadas às dificuldades relacionadas ao processo de aceitação/autocrítica embasadas em crenças construídas socialmente, mobilizam a dor dessas mães que lançam mão de artifícios para ancorar novos conceitos aos possuídos preestabelecidos. Seus filhos não possuem condições socialmente aceitáveis à sociedade moderna. É com base nesse corpus imaculado que a padronização imposta pela sociedade moderna parece ter encontrado suas primeiras manifestações, ou seja, para quem não preenche os requisitos impostos, como no caso das pessoas minorizadas sexualmente, são vistos com desafeto e preconceito.

A classe 2 foi denominada de “Visão da sociedade” por reunir em maior frequência, as palavras culpam, família, pequena, perceber e preparar, respectivamente, as mães compartilham momentos posteriores ao *coming out* das(os) filhas(os), destacando o contraste de sentimentos desencadeados frente à nova realidade, agora com filhas/os LGBTQIAPN+, tanto no seio familiar quanto nos espaços de convivência social.

Apesar do sentimento de culpa ocupar um espaço ativo no processo de representação da maternidade, posto que a mulher toma para si a responsabilidade no desenvolvimento e na criação de espaços saudáveis para sua prole. Quando se coloca em evidência a questão da sexualidade de suas/seus filhas/os essa culpa não entra em evidência. Nestas primeiras falas, observa-se que essas participantes não se dizem culpadas pela condição de gênero ou orientação sexual de sua prole:

"Culpa, não senti, em nenhum momento desse processo, não me senti culpada por ele ser trans. Culpa nenhum momento" (Mulher cis, negra, 48 anos, mãe de um filho trans e filha bissexual).

"mas assim, não sinto essa culpa que a sociedade quer jogar em cima da gente, das mães, não me sinto, eu acho que pela minha criação" (Mulher cis branca, 52 anos, mãe de uma filha trans).

"E falando um pouco dos meus sentimentos de culpa, não, nunca carreguei culpa, no sentido assim, onde eu errei para ela ser uma criança trans." (Mulher cis, branca, 38 anos, mãe de filhe não binária).

Assim, observa-se que a culpa internalizada pode vir a surgir pelos comportamentos e atitudes que fazem as mesmas questionarem seu papel biológico imposto pela dinâmica sociocultural, necessitando estar atenta a todas as possíveis violações de direitos que sua prole possa vir a passar. Sobre esse aspecto, podemos pensar “o mito do amor materno” de Banditer (1984) que

dissertar sobre a construção dessa mãe perfeita construída historicamente e que desarticula as relações igualitárias de gênero. Nos trechos que se seguem, as participantes expõem o sentido que permeia tal culpa:

“A culpa que eu carrego comigo hoje, é, como não percebi antes, e como eu poderia ter evitado algum tipo de sofrimento? Porque quando começou o processo da minha criança lá para os 7,8 anos de idade, eu fui negacionista, no sentido de não querer enxergar o que estava acontecendo” ...Então culpa também que eu carrego por sentir vergonha.” (Mulher cis, branca, 38 anos, mãe filhe não binária).

“...quando fala de culpa e de preconceito, eu nunca tive preconceito com relação ao meu filho, mas eu tenho que trabalhar isso, já fiz terapia por conta disso” (Mulher cis, negra, 57 anos, mãe filho gay).

“...e a culpa, acho que é uma verdade, a sociedade coloca a sobrecarga na mãe, nas mães.” (Mulher cis branca, 48 anos, mãe de filho trans).

Vale ressaltar que, apesar da grande maioria das participantes, expor a não culpabilização pela condição de identidade de gênero e orientação sexual de sua prole, mas sobre os comportamentos em relação a sua percepção sobre sua prole, as cobranças da sociedade, uma mãe expõe sentir culpa como se observa na fala seguinte:

“... a sensação de culpa não somente pelo fato de que eu tenha, assim eu imaginava, onde foi que eu errei? Porque meu filho, ele é gay, e a gente vem de uma família preconceituosa, machista patriarcal, é uma coisa impressionante a minha mãe extremamente submissa.” (Mulher cis, branca, 54 anos, mãe filho gay).

Essa participante ainda busca como a função julgadora os aspectos pelo qual sentiu culpa:

“...culpa por duas razões: primeiro, não tive a capacidade, o cuidado, o tempo, a delicadeza que uma mãe deveria ter naquele momento para observar o que estava acontecendo com meu filho...” segunda movida pelo preconceito, pelo medo, e pela satisfação que tem que se dar a sociedade, a família...” (Mulher cis, branca, 54 anos, mãe filho gay).

Segundo Menin (2007), o núcleo central admite duas funções normativas: a de julgamento e outra explicativa dos comportamentos em relação à representação. Nesse sentido, a participante utiliza da autocrítica ao colocar à prova a representação materna. Relacionado ao trecho quanto às representações das funções materna, Banditer (1985) afirma que, com intuito de ser “a boa mãe”, as mulheres disponibilizam, atualmente, o máximo de recursos possíveis para o

desenvolvimento saudável de seus filhos, desta forma busca, a todo o momento, cuidar e proteger sua prole. As mães ainda podem ser acometidas pelo processo de culpa, pela busca de encontrar razões pelas quais suas/seus filhas/os são diferentes (HAUER, GUIMARÃES, 2015).

No que concerne à visão social, baseado nas falas das mães, constata-se o receio e a percepção de possíveis comportamentos discriminatórios e preconceituosos no convívio das/os filhas/os com outros núcleos sociais, como família, escola e instituições de saúde, ou seja, espaços de possíveis violações de direitos. Como observamos nos trechos:

“o resto da família já falava que era viado e hoje é uma linda mulher...” “A relação entre as irmãs era de cumplicidade, mas mesmo assim sabendo antes de mim, a reação não foi boa.” “...porque uma cunhada minha que veio perguntar, se a gente tinha feito todas as tentativas, que tentativas?” (Mulher cis branca, 54 anos, mãe filha transexual)

“A primeira vez depois que ele se assumiu, ele foi para o Natal na casa da minha sogra, eu disse: Se a casa lá pegar fogo você me liga que eu vou lhe buscar.” (Mulher cis negra, 57 anos, mãe de filho gay).

Salienta-se que a lógica familiar binária e ocidental que foi introjetada, na verdade, parecem ditar as atitudes e o comportamento das pessoas, estabelecendo padrões estritos de normas sociais contra os quais constroem essas normas e papel social. Nesse sentido, é possível pensar as sociedades ocidentais como historicamente produzidas por e para homens, homens dentro dos padrões cisheteronormativos, que podem levar submissão às sistemáticas violências familiares.

Neste contexto histórico de discriminação e violência para com as minorias sexuais, quando assumir uma orientação sexual não normativa perante a sociedade ou perante a família acarreta implicações de diversas ordens (KURASHIGE; FRANCISCO-DOS-REIS, 2010). Dessa forma, as participantes expressam comportamentos ansiosos, adotando atitudes de proteção perante sua prole como se observa as falas:

“...E quando eu saio com ela eu fico monitorando mesmo, se o pessoal vai ver como o menino, vai ver como a menina, eu estou assim. E isso me incomoda...” “...mas, por exemplo, no shopping hoje, a gente foi ver a identidade lá, eu estou naquela, já saio preparada para brigar.” (Mulher cis branca, 44 anos, mãe de filha transexual).

“... a gente foi fazer um exame de sangue, eu pedi para chamar o nome social, chamaram, mas quando a gente entrou lá ela foi conferir os dados. Queria que desse o nome de registro, eu já fiquei com raiva!”. ... “Ontem a gente foi para uma consulta, eu pedi para chamar o nome social, não chamaram, aí eu reclamei para médica.” (Mulher cis branca, 44 anos, mãe de filha transexual).

Entendo a família como um espectro social que compartilha costumes, significados, práticas sociais, crenças e uma herança material e imaterial, acarretando, desta forma, em funções sociais para o gênero masculino e feminino. Destarte, os comportamentos de “proteção” das mulheres/mães se ancoram na representação social da maternidade, sendo recorrentes as atitudes antecipatórias de crenças e/ou comportamentos ativos perante as possíveis violações de direitos de suas/seus filhas/os.

Há uma necessidade constante de monitoramento, e dependendo do espaço que a pessoa passe a frequentar as situações estarão presentes. Quando no processo de *coming out*, toda a configuração familiar se vê muitas vezes forçada a modificações, obrigando aos seus membros assumirem papéis e a ocuparem posições que antes não tinham. Compreendidas nas falas:

“Eu percebi que no colégio eu tive que ir diversas vezes para apagar incêndios dos meninos chamarem ele de bichinha, eu já era conhecida da dona do colégio.” (Mulher cis negra, 57 anos, mãe de filho gay).

“..., mas era aquela criança que se visse uma abelha passando o pessoal dizia: No grito, parece um viadinho...” “...eu falei: Essa criança é LGBT, realmente eu vou ter problemas no colégio”... “ela chegou até ter algumas situações de bullying na própria turma.” ... , então toda vez aparecia uma situação, porque como era criança, a tendência de ser perseguida no recreio, eu ia lá” (Mulher cis branca, 58 anos, mãe de filha transexual)

As participantes parecem utilizar da função julgadora, presente no sistema central da função materna expondo as experiências com filhas/os LGBTQIAPN+. Esses comportamentos e atitudes podem revelar que o “olhar materno” está atento a todo e qualquer possibilidade de violação de direitos da sua prole. Badinter (1985) utilizou o comportamento acolhedor, vigilante e responsável da mãe, de o “mito da maternidade”, termo cunhado e difundido pela Europa nos séculos XVIII e XIX que preconizam que a vivência da maternidade é aquela que naturalmente desperta na mãe/mulher, o afeto e o vínculo com sua prole, e a faz instintivamente estar atenta ao filho. Nessa construção social, mães/mulheres seriam biologicamente

identificadas como as cuidadoras e responsáveis, assim protegendo-as/os a todo custo.

Vale ressaltar que os aspectos sociais refletem muito a questão das violências praticadas contra as minorias sexuais, dadas as diferentes nuances da lgbtfobia devido o parecer social, especialmente no plano institucional, as experiências sexuais de adolescentes e jovens fora dos limites das normas heterossexuais se tornam para muitos deles uma série de violências legitimadas por fatores desencadeadores de preconceitos. Situações de violência ocorrem, inclusive, no ambiente doméstico (PERUCCHI; BRANDÃO; VIEIRA, 2014).

Na classe 3, as falas destacam “Aspectos emocionais” com a frequência das palavras medo, vergonha, acontecer, aceitar e sentimento que apresentam maior repetição no conteúdo total desta classe. Neste conjunto, as mulheres/mães compartilharam as emoções desencadeadas pela relação com suas/seus filhas(os). A experiência da maternidade com filhas/os LGBTQIAPN+ mobiliza sentimentos, expectativas e crenças, assim como no seu entorno familiar. No que se refere as emoções é perceptível nas vivências dessas mulheres/mães com filhas/os assumidos LGBTQIAPN+ o “medo” se apresenta como o termo mais arraigado para explicar a função justificadora composta no sistema central destas mulheres/mães.

Dentre os aspectos que envolvem este sentimento está a visão social, fundamentada na vergonha a qual a família possa vir a enfrentar, uma vez que os familiares, sobretudo, as/os responsáveis demonstram preocupações acerca da vida das/os filhas/os, se vendo encurraladas/os entre receber aquilo que é socialmente (mal)dito sobre a experiência LGBTQIAPN+ e suas relações com suas/seus filhas/os. As falas, a seguir, transmitem sentimentos conduzidos por preconceitos internalizados frente à condição heterormativa:

“...pela minha dificuldade de aceitar o que eu estava vendo, então a culpa também é por eu sentir vergonha” (Mulher cis, branca, 38 anos, mãe de uma filha transexual).

“E outro que eu anotei é também o medo do julgamento do outro. O que as pessoas estão pensando.” “...Era vergonha, porque ela chegou pequena aqui no prédio e assim, tem novatos no prédio, era vergonha! “...as pessoas estão comentando, o que eles estão achando, e eu sinto vergonha disso.” Eu vejo que eu tenho vergonha dos conhecidos mesmo. “As coisas estão andando, eu tenho medo, isso vai chegar nos amigos, quem estudou com a minha menina... Eu acho que

tem o medo da violência, mas também tem o meu preconceito. Tem a minha vergonha também (Mulher cis branca, 54 anos, mãe filha transexual).

Esta emoção está intrinsecamente ligada aos aspectos sociais envolvendo a cisheteronormatividade, que podem estar relacionados ao julgamento social. As concepções contemporâneas de homossexualidade, bissexualidade, ou heterossexualidade, desponta dilema de impor uma hierarquia e reforça a lógica binária, na qual insiste em classificar as/os/es sujeitas/os/es enquanto gays, lésbicas, ou héteros/os, desconsiderando qualquer outra maneira que possa romper com isso e discriminando aquilo que não está de acordo com a norma dominante, ou seja, a heterossexual (PRATTA; SANTOS, 2007; SILVA; RIOS, 2019; SOUZA et al, 2019).

Outro aspecto a ser considerado com relação à emoção “medo”, para as participantes que parece ser unânime, é a exposição à violência externa frente ao *coming out*, quer seja violência física, moral e/ou psicológica (bullying), presentes nos mais diversos ambientes como, por exemplo, na escola, nas ruas e/ou nas redes sociais. Tal angústia é justificada e destacada nos seguintes fragmentos:

“esse medo que está presente assim, que perpassa todos os momentos então o medo da violência é um medo absurdo” ... medo dele levar o chacoalhão na rua, medo tipo da violência exterior. (Mulher cis, branca, 48 anos, mãe de filhas/os bissexual e transexual).

“Esse discurso, do medo dessa sociedade que eu acho que perpassa todas nós, além do medo do bullying, do sofrimento que eles possam ter no colégio. (Mulher cis, branca, 48 anos, mãe de filha/o bissexual e transexual).

“O único sentimento que eu tenho é medo, mas o medo é de quando ele sair. Eu tenho medo da violência, eu tenho medo do que as pessoas vão fazer com ele.” (Mulher cis negra, 55 anos, mãe de filho trans)

O medo parece ser um dos elementos rígidos e norteadores do núcleo central, no que se refere aos aspectos que envolvem as funções afetivas das participantes com filha/os assumida/os LGBTQIAPN+. Estes objetificam as representações sociais na violência contra suas/seus filhas/os, ou seja, transformam o conceito abstrato do medo em algo tangível (SAWAIA, 2004), apresentando uma natureza de caráter normativo, carregados de preconceito, dor e angústias. Observa-se, portanto, que a discriminação sexual e de gênero afeta não apenas as pessoas LGBTQIAPN+ diretamente, mas impacta na vida e nas relações familiares

desse grupo, em especial as mães que tomam pra si a responsabilização nos cuidados e proteção de suas/seus filhas(os).

Vale salientar que, apesar de versar sobre os aspectos emocionais com foco no medo, vários sentimentos perpassam a vivência das participantes frente ao *coming out*. Ter um filho LGBTQIAPN+ mobiliza sentimentos fortes e a tristeza aparece como uma experiência significativa, mas que não estão expostos nesta classe. Dentre elas, ainda a saudade, o ciúme, a ansiedade e as emoções positivas, como, por exemplo, a alegria e orgulho. Observada nos fragmentos a seguir:

“Eu tenho momentos que eu sinto tristeza, e muita saudade da filha feminina. Eu tenho muita, muita dor, quando eu vejo fotos dela de cabelo comprido de vestido, é uma melancolia ..., mas ao mesmo tempo eu fico feliz quando eu vejo quanto ela é mais leve hoje, como o olho dela brilha hoje, por eu a permitir ser livre do jeito que ela quer ser. Então oscila os sentimentos, é uma tristeza, mas é uma alegria também, dessa criança que está chegando (Mulher cis, branca, 38 anos, mãe de filha/o não binária).

“...é uma complexidade de sentimentos misturado com outras coisas, infelizmente, vivenciadas pela minha família.” (Mulher cis, branca, 54 anos, mãe filho gay).

Diante da complexidade de emoções e sentimentos que transcorrem na maternidade de filhas/os LGBTQIAPN+, as mães lançam mão das funções afetivas, tristeza, medo, atravessados por significados ambíguos frente às próprias atitudes e comportamentos. Os sistemas periféricos parecem introduzir novos repositórios cognitivos sociais em guias conceituais para suportar as experiências com as/os filhas/os, e esses repositórios orientam seus relacionamentos, suas práticas e seus sentimentos, permitindo que o núcleo central permaneça estável coerente e resistente.

Não obstante a esse convívio com o preconceito, que a classe 4 concentra falas relacionadas à busca por saber por parte dessas mulheres, denominada de "Desinformação", a classe destaca as palavras tirar, médico, entender identidade e nome social. Essa relação entre o preconceito e desinformação é oriunda do fato de temas como sexualidade e gênero serem considerados tabus na sociedade, dificultando o acesso à informação e a discussão sobre esses temas. Tal situação pode gerar uma sequência de atitudes violentas, explícitas ou não, e que podem desenvolver nessas/es jovens, adoecimento mental (FERREIRA, 2012; FREITAS;

BERMÚDEZ; MÉRCHAN-HAMANN, 2021; NASCIMENTO; SCORSOLINI-COMIN, 2018;). Nos fragmentos coletados nessa classe, observam-se frases como:

“...agora falou que era trans, porque ela começou em dezembro me falando que era homossexual depois que era não binário e depois que era trans, que até então a gente não entendia o que era o não binário e trans” “...primeiro momento que observei, é não ter corrido atrás para entender o que estava acontecendo com a minha criança.” (Mulher cis, branca, 58 anos, mãe de filha trans).

“...não sabia o que era uma pessoa trans, não tinha vivência nenhuma, era uma coisa assim distante da minha realidade, eu fiquei pasma.” (Mulher cis, branca, 54 anos, mãe de filha trans).

Como observado nas falas supracitadas, o processo de *coming out* parece atravessar momentos em que a desinformação permeia as experiências de forma inusitadas, o filho ideal parece ser substituído pela frustração do filho real, que está em desacordo com as visões binárias expostas pela dita sociedade, que para essas mulheres é repleto de conceitos negativos.

Muitas participantes só tiveram contato com as questões de gênero e identidade sexual quando suas/seus filhas/os já eram adolescentes, e no acesso à informação, muitas mães sentem ansiedade e preocupação com o futuro de suas/seus filhas/os justamente por não conseguirem, a princípio, compreender todos os aspectos que envolvem a maternidade com filhas/os LGBTQIAPN+.

Com a necessidade de informação frente ao desconhecido essas mulheres/mães buscam por informações. O médico aparece recorrentemente nas falas, uma vez que o saber médico pode ofertar a essas mulheres/mães o conforto, o cuidado para com sua prole, porém as instituições de saúde se apresentam neste contexto não como um saber que acolhe, mas, como um dos julgadores sociais, ou seja, instituições que apresentam desconhecimento sobre as leis que resguardam os aspectos que envolvem as minorias sexuais.

As falas que se seguem abordam as experiências negativas vivenciadas por estas participantes frente aos espaços

“eu tenho muita preocupação e que eu me sinto desconfortável quando eu preciso levá-la ao médico, ou fazer um exame de sangue, ou em um posto de saúde, ou ir no dentista onde as pessoas têm dúvidas do que ela é” (Mulher cis, branca, 38 anos, mãe de filha transexual)

“...eu estou naquela já saio pronta para brigar. A gente foi fazer um exame de sangue e eu pedi para chamar o nome social e chamaram, mas quando a gente

entrou lá elas foram conferir os dados e queriam que eu desse o nome de registro, eu já fiquei com raiva” (Mulher cis, branca, 54 anos, mãe de filha transexual).

As principais dificuldades que podem ser identificadas são de mães de filhas/os transexuais, uma vez que as questões que envolvem as minorias sexuais, em particular as questões de identidade de gênero, são situações ainda inabitual que acabam por trazer implicações em suas vidas. A ansiedade é um dos sentimentos presentes nesse cenário, uma vez que, comungam das mesmas expectativas vivenciadas pelas/os filhas/os no processo de transição. Como exemplo no fragmento a seguir:

“Estou esperando cada passo que ela dá... Me pede hormônio — mãe eu quero hormônio, fale com as meninas, as outras mães e pergunte qual o médico.” (Mulher cis branca, 54 anos, mãe de uma filha transexual).

“...podia ser gay, mas não travesti eu pensava, hoje eu estou vendo minha filha cada dia mais feminina e estou fazendo tudo aquilo que eu via como errado, não sei” (Mulher cis branca, 44 anos, mãe de filha transexual)

Essa descoberta da transexualidade traz para a criança e/ou jovem em transição, e para a família, dilemas sociais, escolares e, tensões, inclusive dentro do próprio espaço familiar. O corpo, quando em transição, é um instrumento permanente de imposição ao que é concebido enquanto curso normal da vida, causando um movimento de readequação à cisheteronorma, vindo de diferentes e inúmeras vias (COSTA NOVO, 2021).

Nesta condição, a participante expressa seus cuidados apoiados na desconstrução de suas crenças se utilizando dos sistemas periféricos, para tal desconstrução, uma vez que, são eles que resguardam o núcleo central e atuam como mediadores entre a vida cotidiana do indivíduo e os elementos centrais que representam a sociedade. Segundo Abric (1994), esses elementos são os componentes mais acessíveis da representação e os mais sujeitos a mudanças.

Ser mãe é padecer no paraíso

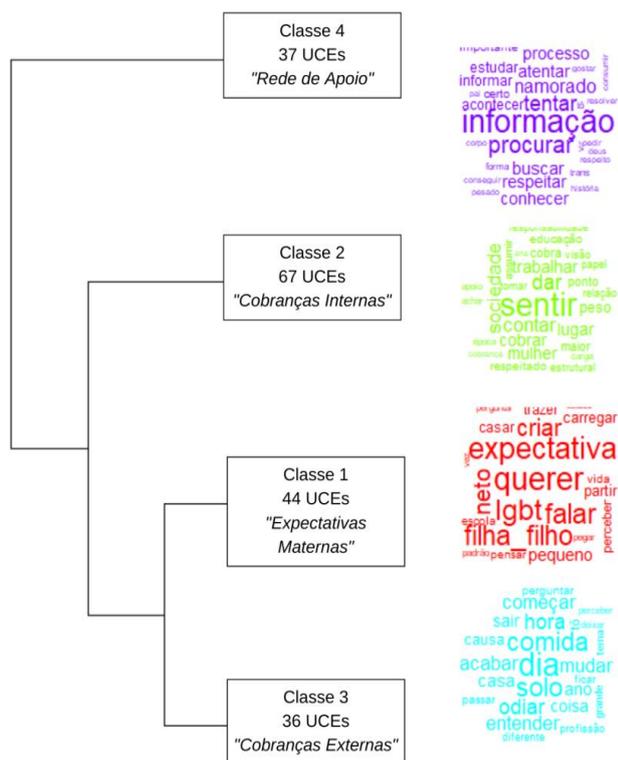
Esse tópico foi construído com os relatos do penúltimo encontro do período de coleta, colocando como centralidade da discussão o papel da mãe na relação com seus filhos LGBTQIAPN+, e cobranças existentes perante as funções da maternidade. A partir dessa amostra, foram obtidos 39 textos, separados em 243

segmentos de texto (ST) dos quais emergiram 8.213 ocorrências (palavras, formas ou vocabulários), sendo 1456 palavras distintas e 802 com uma única ocorrência.

Após a CHD deste eixo, foi obtida a separação de seu conteúdo em 4 classes de palavras, resultante do aproveitamento de 243 segmentos de texto (75,72%) do conteúdo total da amostra (Figura 2). Dentre as classes, obtivemos as seguintes distribuições: a classe 1 concentrou 44 UCEs (23,91%), a classe 2 com 67 UCEs (36,41%), a classe 3 com 36 UCEs (19,57%) e classe 4, com 37 UCEs (20,11%).

A escolha do ditado popular “Ser mãe é padecer no paraíso” se insere nesse contexto justamente pela sua construção linguística. A palavra “padecer” em tradução significa sentir com pesar e inclui a ideia de maternidade associada a um sofrimento embutido, que se recompensa pelo “paraíso” oportunizado por meio dessa relação. O ser mãe, em síntese, é colocado enquanto sacrifício que teria por recompensa a felicidade plena. Esse ato de sacrifício é observado pelo movimento cujo a figura da mulher que antecede a chegada da criança e que continua a existir, é apagada, para que as responsabilidades diante da(o) filha(o) ocupem a centralidade de sua vida como comprovação do seu amor como mãe (ZANELLO, 2016).

Figura 2 - CHD - Corpus “Ser mãe é padecer no paraíso”



A classe 1 possui como palavras de maior frequência as palavras querer, expectativa, LGBT, falar e filha(o), respectivamente, denominada de “Expectativas maternas”. Como o próprio nome expõe, essa classe versa sobre as expectativas geradas frente às idealizações construídas a partir da maternidade, incluindo assim suas impressões na sociedade atual. Nos fragmentos abaixo, elencamos falas que abordam especificamente as expectativas que essas mães vivenciam diante da/a filha/o, podendo ser percebido desde a gestação até a fase adulta:

“Então, eu criei essas expectativas, projetei neles, segundo minha filha fala, pela pura pressão, eu inconsciente impus nele o que ele segue na vida acadêmica” (Mulher cis, branca, 57 anos, mãe de filho gay)

“Eu queria falar de expectativas importantes, porque acho que sempre tem aquele padrão. Ah, é uma menina! então provavelmente vai casar, vai ter filho, mas isso nunca foi tão importante para mim... mas a partir do momento que eu percebi que era uma criança LGBT tudo isso foi por água abaixo, eu não sinto segurança no que ela vai ter de oportunidades no futuro” Então, essas expectativas hoje morreram”. *“...É uma tristeza porque não existe, aquele menino que você idealizou, aquele menino que você deu o nome, aquele menino que não existe mais.”* (Mulher cis, branca, 38 anos mãe de filha não binária)

Ao analisarmos o conteúdo descrito acima, observamos que as representações sociais de gênero operam na subjetividade da relação mãe x filha(o) desde a espera de um bebê são promovidos expectativas, medos e incertezas, no entanto a possibilidade de que esta/e filha/o tenha uma orientação sexual e/ou apresente uma identidade de gênero destoante do esperado não é sequer cogitada por pais e mães (HAUER, GUIMARÃES, 2015). Não obstante, a descoberta da sexualidade/gênero das(os) filhas(os), por parte dessas mães, traz ainda à luz os anseios projetados ao longo da trajetória de vida das/os filhas/os, uma vez que esta prole transgridem padrão estabelecido como ideal e esperado.

É possível inferir que as crenças relacionadas à expectativa quanto ao futuro da/o filha/o, vistas com perspectivas consideradas ideais, são frustradas perante a/o filha/o real, em razão das expectativas geradas e expostas acima. Ter filhas/os mobilizam mulheres para uma maternidade repleta de expectativas, sonhos, frustrações e ansiedades comuns no nascimento de um novo ser humano quando apresentadas por famílias com crianças "normais". Contudo, famílias que apresentam, como já mencionado pelas participantes, “crianças diferentes”,

necessitam se desdobrar para novas demandas, novos conceitos, que exigem mais empenho e dedicação dos familiares.

Frente à construção de novas expectativas essa mulher/mãe passa a mobilizar os sistemas periféricos na busca de elementos que possam ser correspondidos à realidade objetiva, neste caso, a desconstrução de uma vida idealizada para aquela/e filha/e “normal”, para uma filha/o “diferente” frente aos conceitos impostos pela sociedade. Estes novos elementos, aparentemente, não desorganizam as crenças que envolvem os ideais de maternidade propostos pela sociedade. De acordo com Abric (1994), são esses elementos os componentes mais acessíveis da representação e os mais sujeitos a mudanças.

A classe 2 foi chamada de “Cobranças internas”. Essa classe apresentou maior frequência nas palavras: sentir, dar, sociedade, contar e trabalhar. Expõe como essas mulheres – e hoje mães – encaram suas vivências na condição feminina e/ou materna. As falas, a seguir, expressam claramente como a representação de mulher/mãe que construídas historicamente se refletem nas relações inter e intrapessoal.

“A cobrança é que eu tenho que dar exemplo em tudo, eu tenho que dar conta de ser a mãe, de ser a profissional, de trabalhar, de trazer o sustento para casa, está sempre sorrindo, de estar com filho saudável, está com filho inteligente, de colocar o filho na faculdade, e outra coisa, se pensarmos em namorar, se pensamos em ser mulher, a cobrança ainda maior” (Mulher cis, branca, 34 anos, mãe de filho gay).

“De que eu teria que dar conta de tudo, de ter que ser, e ter que encarar o personagem da Mulher Maravilha, para dar conta de tudo, para dar conta de educar, dar conta de sustentar, e dar conta de enfrentar tudo” (Mulher cis, branca, 34 anos, mãe de filha bissexual e filha transexual).

As falas enfatizam como as funções da maternidade impactam na vivência materna e no bem-estar, em virtude de uma construção histórica, a qual desde muito cedo é exigido das mulheres a perfeição, comportamentos adequados, visuais apresentáveis e aptas para os afazeres domésticos. Estas mulheres vão crescendo e as cobranças são cada vez maiores, agora elas precisam buscar um relacionamento e ser a tão idealizada mãe. Que com o nascimento, a satisfação da chegada do bebê é compartilhada com outras emoções, a mulher agora mãe, caracteriza-se por uma experiência paradoxal, pois as pressões sociais vêm junto com a experiência de cuidado, afeto e realização (Banditer, 1985). Afinal, neste

universo complexo da representação construída para a mulher, parece apresentar um eterno conflito entre os próprios anseios e as exigências da sociedade. Assim, a elas cabe a cobrança, a culpa sobre o que não foi suprido e conseqüentemente a sobrecarga mental.

A classe 3 chamada de “Cobranças externas” ressalta esse acúmulo de atividades em relação as(os) filhas(os), com as palavras dia, comida, solo, hora e odiar com maior frequência, essas palavras discorrem com maior ênfase o peso das cobranças externas, ou seja, da conjuntura que engloba as cobranças e sentimentos frente ao papel da mulher/mãe no contexto social, envolvendo os aspectos de gênero que reforça a construção de contextos representacionais específicos. Como pode ser observado nos fragmentos de texto encontrados neste tópico:

“A sociedade cobra uma carga muito pesada” (Mulher cis, branca, 58 anos, mãe de filha transexual).

“A sociedade nos cobra muito, e eu sinto um peso maior apenas por ser mulher, está nos mínimos detalhes, acho que é isso é estrutural da nossa sociedade, por exemplo, desde olhar se tem lanche na lancheira, se está todos os cadernos na mochila, esses detalhes do dia a dia que estão sobre a mulher, você pode ter o melhor marido do mundo, mas a carga sempre vai estar maior com a mulher.” ...“Porque eu amo minhas filhas, mas se me desse meia hora hoje, eu não teria nenhuma das duas, e não tem nada a ver com amor, e eu sou julgada por conta disso”. (Mulher cis, branca, 38 anos, mãe de filha não binária)

Observa-se nas falas que a maternidade perpassa por estruturas que oprimem, produzem sofrimento, porém, esse sofrimento parece, às vezes, ser manifestado com naturalidade no dia a dia dessas mulheres/mães. Naturalizar e aceitar sua condição de mulher/mãe frente à opressão, parece se constituir como aspectos do sistema periférico que possibilitam a adaptação à realidade no intuito de proteger o núcleo que compõe sua representação.

Um aspecto constitutivo desse corpus “Ser mãe é padecer no paraíso” representada na classe 3, denominada Cobranças Externas, as mulheres/mães abordam suas experiências diante da maternidade solo, realidade bastante comum na sociedade contemporânea, uma vez que o fato do homem, dentro de uma sociedade machista e patriarcal, é poupado do comprometimento com sua paternidade (ZANELLO, 2016). Assim, mesmo em narrativas nas quais as mães recebem o apoio familiar, o *coming out* das/os filhas/os se configura através da

responsabilização pela maternidade. Os sentimentos reverberam nas falas que tratam dessa condução social que encobrem as mulheres de cobranças, julgamentos como podemos perceber nas falas expostas:

“Eu acho que é você ser mãe solo, você tem muita cobrança de todos os lados, da família, tanto da família dele, quanto da minha família” ... “porque é muito cansativo ser mãe solo e a cobrança em cima de nós é muito grande, vocês não têm noção” (Mulher cis, branca, 38 anos, mãe de filho gay)

“Eu virei mãe solo de livre espontânea pressão, tive que virar mãe solo. A sociedade naquela época me marginalizou, eu me senti marginalizada, era como se a mulher separada, a mãe solo, tivesse que ficar de canto. Ela não poderia tá frequentando a sociedade.” ... “naquela época foi muito difícil para mim, ser mãe solo, e eu me culpava muito, porque eu não tinha tempo para dar toda atenção aos meus filhos. Porque eu trabalhava muito. Eu além do horário normal eu tinha que fazer extra para ter dinheiro para pagar colégio, para fazer as coisas que precisava fazer dentro de casa, que não tinha ajuda de ninguém” (Mulher cis negra, 57 anos, mãe de filho transexual).

Diante do distanciamento da figura marital e paternal essas participantes expõem seus sofrimentos diante da solidão que experimentam, das múltiplas demandas e das dificuldades enfrentadas enquanto mãe solo. Nos relatos, algumas falas ressaltam que parte dessa cobrança deriva da ausência da figura paterna, que se ausenta da responsabilidade com o cuidado e educação das(os) filhas/os, apresentados nos seguintes trechos:

“Eu senti isso por parte do pai, ele só faltou falar que a culpa era minha dele ser um menino gay” “Ele sempre foi muito ausente... E isso me deixa muito exausta, ter que está dando conta de tudo. Ter que decidir tudo sozinha, eu gostaria muito de ter tido o apoio dele, para decidir as coisas do meu filho, para dividir, porque eu nunca tive ninguém para dividir nada. Fiz tudo sozinha.” (Mulher cis, branca, 38 anos, mãe de filho gay).

“...que eu não tive apoio do pai. Era bastante ausente, era aquele pai que pegava para tirar foto nas datas comemorativas, chamava ele de pai de fim de ano, pai de álbum de família” (Mulher cis, branca, 34 anos, duas filhas, uma bissexual e uma transexual).

Conforme exposto, é compreensível entender que as relações estabelecidas entre personagens masculinos e femininos a partir das distinções são marcadas pela hierarquia. A inferioridade e a subordinação das mulheres aos papéis

masculinos ordenam suas relações e conferem às práticas sociais e aos valores culturais características que excluem as mulheres de processos sociais até então exclusivos dos homens, por exemplo. Como destaca Zanella (2018), trata-se de um “empoderamento colonial”: é no cuidar que se valorizam as mulheres e aprovam, socialmente, sem subverter as condições estruturais de poder e opressão.

Dando continuidade com a classe 4, intitulada “Rede de apoio”, as palavras informação, procurar, tentar, buscar e namorar são as de destaque na nuvem. O conteúdo relacionado nos fragmentos de textos aborda comportamentos realizados pelas mães, no intuito de buscar a compreensão do que estava sendo experienciado com sua/seu filha/filho, como no seio familiar.

Para a maioria das mães, o processo de *coming out*, era uma realidade inacessível. Em decorrência disso, o contexto familiar necessitava ser modificado, buscar novas condutas e posicionamentos frente à atual realidade. A necessidade emergente por acolher, proteger, ser acolhida e cuidar, impulsiona a novas expectativas, sentimentos e crenças. Neste sentido, os cuidados agora necessários, acrescidos dos meios nos quais essas mulheres/mães procuram formar redes de apoio para si e suas/seus filhas(os), configuram a representação da maternidade com filhas/os LGBTQIAPN+. Os comportamentos aqui expostos nas falas tratam da condução que as participantes expuseram diante da busca por redes de apoio como podemos perceber nas falas expostas:

*“quando eu soube que minha filha era trans, eu fui buscar mais informação, eu fui procurar um grupo de apoio, eu ouvi seminários, vídeos do YouTube, de relatos de depoimentos, e eu tô sempre tentando aprender de alguma forma...”*Atitudes foram essas, de buscar mais conhecimento, através de tudo que me indicam, filme, documentário, eu tô sempre tentando, seguindo mais pessoas nas redes sociais, mais mulher trans, homens trans. (Mulher cis, branca, 58 anos mãe de filha transexual).

“eu fui me informar, me informar, informar, informar, consumir muita informação, estudei muito a respeito, eu vi muito vídeo, de li muita coisa, procurei muito informação...” Houve essa mudança, passei a militar na área, de fazer parte de círculos lgbt, mas não era uma bandeira que eu carregava, então isso a militância veio com o meu filho e com a minha filha. (Mulher cis, branca, 48 anos, mãe de filha bissexual e um transexual)

A cobrança e as demandas que são colocadas junto a representação social de mãe fazem com que essas mulheres se sintam sozinhas, mesmo junto de sua

família, diante desse cenário, a busca por apoio de outras mulheres e informações passam a ser condutores de suas ações, outro elemento que reaparece ao longo de cada uma dessas classes é o esforço em prol do bem-estar de suas/seus filhas(os) e medo de errar na função de mãe.

Estas mães parecem ser fundamentalmente diferentes das outras mães na prática, sendo mais ativas na perspectiva do cuidado dos filhos. Desta forma, numa perspectiva sócio histórica, a atenção evidenciada na função materna apresenta-se em cenários específicos e de forma multifacetada. Uma análise histórica desse cuidado possibilita expor que é possível o distanciamento da mulher de seu suposto destino natural à maternidade (BADINTER, 1985). Moura e Araújo (2004) contrapõe que expõem a crença de que a mulher é inseparavelmente destinada a ser mãe não resiste ao retrospecto histórico, de tão notória que se apresenta nos dias atuais, nem sendo possível de se questionar.

Essas crenças permeiam os âmbitos da sociedade ocidental de forma tão convincente que é difícil encontrar alguém que tenha uma visão contrária. As pessoas parecem apresentar o mesmo ponto de vista, quando relacionam a natureza do “ser mãe”, inerentemente maternal, e que esta maternidade deve possuir certas características específicas, como amor incondicional e um compromisso altruísta de cuidar dos filhos.

É importante frisar que as dificuldades de compreensão e aceitação do *coming out*, principalmente quando se refere às questões que envolvem a identidade de gênero, ou seja, transição de gênero. É unânime observar nas falas o comportamento de apoio expresso e sentido neste contexto, ainda que diante das divergências.

Neste momento contraditório das divergências, atrelados aos papéis naturalizados da maternidade dessas mulheres/mães, fica claro que apesar das tensões vividas frente ao *coming out*, as participantes expõem a oportunidade de crescimento pessoal, evolução, marcando significativamente esta fase.

Nesta perspectiva, é importante compreender a maneira como nos vemos e às outras pessoas, pode resultar em maior prazer em vivenciar as situações cotidianas e o relacionamento com nossos pares (PASSARELI, SILVA, 2007), gerando afetos importantes nas conduções adversas que possam vir a se deparar.

Em pesquisas relacionadas ao fazer materno e a maternagem é possível perceber que as pesquisas demonstram, que desde o século XVIII, formar uma mulher para que ela fosse uma boa mãe e exercesse influência positiva sobre seus

filhos, futuros cidadãos a serviço do Estado, foi talvez a razão primeira pela qual se concedesse a elas o direito à educação, é através da maternidade que se desperta a natureza feminina de gerar, de colocar o filho no mundo, de cuidar (CHAVES, 2002; SILVA, 2013; SILVA, 2012; PATRICIO, 2011), a visão de que a mulher é biologicamente predestinada a ter filhos e ser a responsável por seu cuidado foi sendo construído historicamente.

Quando relacionamos ainda a maternagem ao nível de responsabilização disposta as mulheres mães (CHAVES, 2002), os estudos enfatizam como a única na maioria das vezes com o alto nível de carga de trabalho e fardo carregado por estas mulheres/mães no fazer materno, reforçando assim noções de natureza, de cultura e de instintividade, muito bem observado em nossos estudos. Ainda, a assistência materno infantil, na sua prática, vai aderindo às verdades historicamente construídas que geraram mitos e crenças em torno da figura materna (PATRICIO, 2011). Essa prática é também produtora de sofrimento, quando abandona mulheres-mães não condizentes com o modelo instituído, as críticas a mulher/ mãe passa a ser um dos fatores geradores de sofrimento. Neste sentido, podemos afirmar diante dos estudos que não se conseguiu quebrar o pensamento essencialista que vincula mulher/maternidade/maternagem. Ressaltamos que o fato de o cuidado com os filhos ser pensada como uma obrigatoriedade exclusiva das mulheres é uma das principais razões que desarticula as relações igualitárias de gênero (SILVA, 2013).

Ainda neste contexto, quando relacionamos a maternidade de mães com filhos com deficiência, evidenciou-se a clareza de experimentar ser o alvo de preconceitos, aliado à precariedade da desinformação dos profissionais a qual sua prole precisa ser acompanhada. Neste quesito, as mães com filhas/os/es LGBTQIAPN+, parecem experienciar das mesmas situações, comparados as vivências de mães com filhos ditos “normais”. É com base nesse corpo sem defeitos que a padronização imposta pela sociedade moderna parece encontrar sua primeira expressão (SILVA, 2012), esse padrão no caso cisheteronormativo envolve um mundo que não foi feito para quem é diferente.

As expectativas geradas na maternidade foram pontos consideráveis a serem destacados. As mulheres/mães geram expectativas em relação aos ideais de “filho perfeito”, assim como a maternidade perfeita inseridos num contexto social criador de demandas a serem prontamente respondidas pelos sujeitos sociais (SILVA, 2012). Nestes aspectos, são presenciadas as frustrações quanto o fazer

materno e a unanime para os estudos observados, porém quando se trata de maternidade com prole dita “diferente”, há uma quebra de expectativas geradas diante da prole que não corresponde a massa. Parece que nestes aspectos a representação social da maternidade admite alterações no seu sistema periférico, mas seu núcleo central permanece conservado (SILVA, 2012), a mulher/mãe continue sendo a mãe cuidadosa, responsável, acolhedora, mas o sofrimento permeia o fazer materno.

Referente figura paterna, muitas se deparam com a maternidade solo (CHAVES, 2002; SILVA, 2012), os companheiros que, via de regra, veem a maternagem como uma atividade incompatível com a masculinidade. Também foi presenciado nas pesquisas, o pensamento tradicional e por força de imperativos culturais (PATRICIO, 2011; SILVA, 2013), além das dificuldades financeiras para criar os filhos, as relações tradicionalistas dominavam as classes baixas, em que o homem era o provisor e a mulher a cuidadora da casa e dos filhos. Como bem diz o ditado popular: "Quem pariu Mateus, que embale". Essa visão ainda permeia as famílias contemporâneas. Assim, pensar um fazer materno e uma maternagem na contemporaneidade é perceber a mulher/mãe neste contexto administrado pelos padrões cisheteronormativo.

Com observado nas pesquisas sobre a representação social da maternidade, os conteúdos representacionais estão baseados neste contexto histórico para o fazer materno, porém em si tratando de filhas/os/es que divergem do que é posto culturalmente pela sociedade, as mães se veem com suas expectativas frustradas, fator que pode gerar sofrimento psíquico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve por objetivo geral apreender os significados da maternidade de mulheres/mães/cis com filhas/filhos assumidas/os LGBTQIAPN+, a partir da perspectiva teórica psicossociológica que abrange a Teoria do Núcleo Central (TNC). A contar da visualização organizada dos significantes expostos pelas mulheres/mães por meio da análise realizada pela Classificação Hierárquica Descendente (CHD) são observadas as complexidades que envolvem a mulher e a maternidade com filhas/os LGBTQIAPN+.

Os resultados fomentaram discussões acerca da maternidade e da maternagem diante de filhas/os pertencentes a grupos minorizados (sexo gênero diverso). Contudo, ao relacionarmos a maternidade e suas funções diante dos aspectos sócio-históricos a eles abrangidos, o propósito do trabalho foi se tornando robusto. Para tanto, buscou realizar estudos que pudessem abranger a problemática da relação mãe/filho no contexto social envolvendo gênero e sexualidade, o que proporcionou expandir o conhecimento dos temas aqui abordados.

Ao discutir a questão que circundam a feminilidade, a mulher e a maternidade, torna-se possível visualizar que este objeto de estudo se encaminhou para uma realidade construída socialmente, o tempo foi encarregando de incutir papéis inerentes a figura feminina, vista até o momento por um sinônimo de carinho, acolhimento e proteção, tanto em sua atribuição materna quanto na sua identidade feminina, concedendo a ela, o papel intrinsecamente atrelado à maternidade.

Em relação ao estereótipo da maternidade na contemporaneidade, percebe-se que ela ainda é descrita de forma romantizada. Ser mãe está associado a aspectos idealizados como: proteção, amor incondicional e disponibilidade total. No entanto, esses conceitos contrariam a experiência real dos papéis maternos (TRAVASSOS-RODRIGUEZ; FÉRES-CARNEIRO, 2013). Assim, embora as mulheres tenham ampliado seu espaço na sociedade assumindo novos papéis, as posições em que se encontravam contribuem para que sejam aptas a assumir todos eles, principalmente a maternidade. Esta maternidade, apoiada em expectativas, torna-se destoada frente ao *coming out*.

Essa investigação se mostrou adequada como possibilidade de reflexão crítica sobre instâncias sócio históricas responsáveis pela construção de crenças, valores, comportamentos e expectativas de mulheres com filhas/os LGBTQIAPN+.

As crenças, muitas vezes, escondidas nas experiências negativas pelas quais essas participantes passam, demonstram que se faz necessário identificar e compreender sua função em um nível individual e social. É importante pensar quanto a construções de estigmas, frente aos grupos minorizados, e que estes apresentam crenças construídas historicamente, desta forma, estar fora do padrão exigido parece ser gerador muito de sofrimento psíquico. Assim, as experiências vividas pelas participantes, a partir das representações internas e herdadas pelo social em relação ao contexto mãe x filha(o), percebem-se fragilizadas frente ao processo de *coming out*.

É possível entender que a fuga desse padrão hegemônico de sexualidade e/ou gênero, impacta as representações sociais das participantes, pois uma vez que os comportamentos são determinados pelas representações elaboradas em torno de determinadas situações - a inserção de um elemento inesperado como ocorrido com essas mães - podem irromper em uma perda de referências.

Os dados analisados por meio da roda de conversa permitiram realizar uma exploração dos elementos que compõem as representações sociais da maternidade com filhas/os LGBTQIAPN+. Seguidamente, apresentar os apanhados deste estudo, a partir dos surgimentos das classes, respeitando a ordem cronológica dos encontros, a atribuir: Corpus A – Quem pariu seu Mateus que balance, B – Ser mãe é padecer no paraíso e por concludente C – Pandemia e Re-Adaptação.

No corpus A, foram construídas classes que versam sobre *Coming out*, Visão da sociedade, Aspectos emocionais e Desinformação. Estas, abordam a representação da maternidade a partir da visão da sociedade, sendo concluído que a representação da mulher e mãe passa por um constructo histórico biologizante e naturalizado, percebe-se que, mesmo diante da evolução e a luta da classe, essas mulheres versam sobre crenças construídas através de suas experiências que levam a idealizar a maternidade.

Entendendo, assim, que a mulher/mãe, não obstante a condição de sua/seu filha/o, frente às padronizações sociais acerca das minorias sexuais (sexo gênero diversos), representam a maternidade associada aos ideais biológicos e naturais de “cuidado e proteção”. Esses comportamentos, frente à maternagem se ancoram na “responsabilidade”, uma vez que seguindo as crenças profundamente enraizadas na cultura, a mulher é a responsável por todo cuidado perante o desenvolvimento saudável de sua prole.

No que se refere aos aspectos relacionados ao processo de *coming out*, foi apreendido que as participantes enfrentam conflitos significativos diante dos componentes familiares, frente à figura paterna, que se ausenta da responsabilidade na criação das/os filhas/os, inclusive no processo de aceitação, da nova condição. Isso se dá pelo fato de o pai parecer ser menos tolerável a atual realidade experienciada no seio familiar, uma vez que se tratando de um constructo social como a instituição família, a sexualidades e gênero, está imersa em uma disputa discursiva de poder, sofre influências das ideias heterossexistas, nas quais, de forma direta ou indireta, afetam a socialização das crianças, jovens e futuras/os/es adultas/os/es (ROSA; ROMANINI, 2020).

A partir desse exposto, é possível dimensionar que a figura paterna é um elemento que sustenta a posição, na qual a maternidade irá operar, na medida em que se é cobrado dessa mulher o sacrifício pessoal em prol da criança, a figura paterna se identificada com as representações sociais de gênero, quando isenta na maioria das vezes do trabalho diante da casa e das(os) filhas(os).

Como destaca Moscovici (2003), as representações sociais são reforçadas pela tradição e, desta maneira, a construção social de gênero impacta diretamente na dinâmica família. Outro aspecto que envolve os conflitos, perpassa pela família extensa que, a partir dos conceitos cisheteronormativo, passam questionar e/ou ignorar a situação. Diante disso a família, ao presenciar os dilemas sociais e a recorrente empreitada de normatização dos corpos, pode se vê em um impasse no qual escancara diversos dilemas e pode desencorajar inclusive a pessoa no seu processo (COSTA NOVO, 2021).

O *coming out* para essas mulheres/mães também representa uma série de descobertas sobre si, a descoberta das expectativas supramencionada, que no constructo foram depositadas a partir da maternidade, além do acúmulo de demandas e sobrecarga, envolvendo o sentimento de solidão, preocupação, culpa, medo, entre outros sofrimentos psíquicos que podem constituir a função afetiva.

Estes são enfoques que aparecem com recorrência, no que tange os parâmetros emocionais da vivência das mulheres/mães cujo filhas/os se assumiram LGBTQIAPN+. Nesse contexto, o período torna-se revelador

para essas mulheres ao deflagrar a fragilidade das representações que nortearam suas atitudes enquanto mãe.

Partindo das funções afetivas, os aspectos emocionais expressos se apresentam socialmente carregadas de sofrimento, responsabilização, solidão, culpa e medo frente à descoberta da sexualidade e/ou identidade de gênero de sua/seu filha/o, possuía “filha/o normal”, agora parece estar presente um filho “diferente”, pondo em questão esse ideal de maternidade construído socialmente.

Ao que indica, a representação social da maternidade configura deformações no elemento periférico, no intuito de proteção do núcleo central que é rígido e não possível de modificação, todavia surgem práticas/emoções que vão permitir desacordos com a representação, uma vez que as mulheres/mães continuam sendo pessoas acolhedoras, protetoras, porém, sofrimentos psíquicos como o “medo” e a “vergonha diante da maternidade com filhas/os LGBTQIAPN+”, estiveram presentes.

Vale ressaltar que a maternidade de filhas/os LGBTQIAPN+, diante das tantas concepções sobre o papel da mãe em um contexto cisheteronormativo, a maternidade passa a ser idealizada até certo ponto, e essa idealização, muitas vezes, é diluída à medida que surgem alguns desafios pelo caminho, testando as supostas competências e habilidades da mulher no papel de mãe (LEAL, 2013).

Ainda se apreende que o medo parece ser um dos elementos rígidos e norteadores do núcleo central, relativo aos aspectos que envolvem as emoções das participantes com filha/os assumida/os LGBTQIAPN+. Estes, objetificam as representações sociais na violência contra suas/seus filhas/os, ou seja, transformam o conceito abstrato do medo em algo tangível (SAWAIA, 2004), apresentando uma natureza de caráter normativo, carregados de preconceito, dor e angústias.

Não obstante a esse convívio com o preconceito, a desinformação se perpetuada nos mais variados espaços, desde o próprio lar, envolvendo as famílias pais/irmãos, incluindo famílias extensas, até nos ambientes públicos e privados. Freires (2015) e Freires et al. (2020) expõem que o preconceito está baseado numa visão aniquiladora, a partir do julgamento em virtude da orientação sexual de uma pessoa, e reconhece que as instâncias de exclusão envolvem principalmente o seio familiar, a escola e o mercado de trabalho.

A figura do médico, a partir do conceito de saúde, foi um aspecto que continua a envolver as instâncias de exclusão como referenciados pelas

participantes deste estudo, ao vivenciar junto à filha/o situações de preconceito, estas mães lançam mão da função afetiva, elaborando estratégias individuais para a manutenção das identidades ameaçadas.

Em face ao exposto, constata-se que os comportamentos de “proteção” parecem se ancorar na representação social da maternidade, sendo recorrentes atitudes antecipatórias de crenças e/ou comportamentos, perante as possíveis violações de direitos de suas/seus filhas/os ao sofrerem preconceito e/ou discriminação. Há uma necessidade constante de monitoramento, e dependendo do espaço que a pessoa passe a frequentar as situações estarão presentes.

Ao adentrar nos aspectos que envolveram a classe B constituída como “Ser mãe é padecer no paraíso” envolveram temas relacionados às Expectativas Maternas, Cobranças Internas, Rede de Apoio e Cobranças Externas. Baseado à nova realidade, a mulher/mãe tem suas expectativas destruídas frente à/ao filha/o idealizada/o. Sendo possível recorrer às funções sociais, para buscar adaptação sociocognitiva, diante de um evento tão estressor, como parece ser a frustração das expectativas não realizadas. Contudo, parece que essas mulheres lançam mão da ancoragem fundamentada em novos conceitos e/ou crenças preestabelecidas para se moldar ao objeto que causa tal desconforto.

Acontece, neste caso, quando essas participantes buscam por informações e redes de apoio que possam sustentar sua função representacional, utilizando ainda da função afetiva de “mãe ideal”, uma vez que não seria possível diante desta figura a possibilidade de abandono de sua prole, ou seja, a ancoragem permite criar um novo repertório de significações alicerçado em crenças preexistentes, formando um novo significado em seu entorno. Moscovici (2010) enfatiza que a ancoragem permite que o objeto seja enraizado no sistema interpretativo do sujeito, enquanto torna conhecido o desconhecido, transformando assim, os conhecimentos anteriores.

Ainda discorrendo sobre as vivências conflitantes abarcadas na representação social da maternidade, essas mulheres descrevem sobre as “cobranças internas” que surgem perante a condição de mulher e mãe, numa sociedade machista e patriarcal. Já relacionado a esse sentimento de cobrança, que parece permear as vivências maternas, observa-se que esse, surge diante de dois aspectos: a cobrança da sociedade, e, conseqüentemente, a autocobrança, isso ocorre pelas representações internas que se herdaram da sociedade e são incluídas na subjetividade individual (MOSCOVICI, 2003).

A despeito disso, as participantes de nosso estudo relataram com recorrência o sentimento de culpa, já abordado anteriormente, estando associados ao não cumprimento dessas obrigações ou até por considerarem falhas no que tange ao acolhimento de suas/seus filhas/os no processo de *coming out*, colocando em prova sua função representativa de mãe.

Para além, as mulheres sentem o peso “cobrança externas”, ou seja, da sociedade, que vão adiante dos trabalhos comuns associados à maternidade, gerir, parir e criar. As mulheres/mães ainda possuem a cobrança da execução do trabalho doméstico, que não é remunerado e delegado à figura da mulher enquanto funções de gênero. Não obstante aos relatos, essas mulheres/mães, de maneira recorrente expressam o sentimento de experienciar a solidão frente à responsabilização da família, seja diante dos afazeres domésticos, ou na responsabilidade de assumir todas as possíveis adversidades que possam surgir.

Numa dinâmica familiar cishetero, é recorrente que as mulheres se sintam sobrecarregadas ao perceberem que assumem múltiplas tarefas enquanto os homens acreditam que realizam a parte que compete a eles (CYRINO, 2011). O que vale refletir sobre a naturalização e aceitação de sua condição de mulher/mãe frente à opressão vivenciada, parece se constituir como aspectos do sistema periférico que possibilitam a adaptação à realidade no intuito de proteger o núcleo que compõe sua representação.

No que diz respeito à classe que versa sobre a “rede de apoio”, é possível apontar que muitas mães, dentro de seus repertórios individuais de crenças, só obtiveram contato com questões de gênero e identidade sexual de sua prole na adolescência, deste modo surge a necessidade da busca por um posicionamento integrador, frente à vivência, que está contemplada pela demanda de consumir toda e qualquer informação que possa envolver não somente as expressões cognitivas, mas também as questões de afetos.

Nesse processo, a busca por informações através do amparo, seja ele técnico-científico, a partir de um aprendizado formal, e os grupos sociais, também se insere nesse âmbito, como aprendizado informal. A procura por um o espaço de troca com pessoas que comungam da mesma realidade e o exercício da compaixão e empatia uma para com a outra se insere como elemento apaziguador das angústias advindas dessa culpa. Nesse sentido, a psicologia positiva prega que a experiência de emoções positivas atua como um meio para o crescimento individual, bem como para a inclusão social. Essas vivências transformam as

peças em seres melhores, pois ofertam a base de recursos pessoais e sociais, desenvolvem a capacidade de experimentar alegria, interesse, satisfação e humor e são consideradas forças humanas fundamentais para otimizar o funcionamento emocional (Fredrickson, 2001).

A autocompaixão tem a capacidade de absorver os sentimentos dolorosos, protagonizando uma mentalidade mais feliz e otimista, incrementando o afeto positivo e fomentando o crescimento psicológico, ao mesmo tempo que permite explorar e compreender de forma sábia o *self* (Neff, 2003a), pensar assim espaços de acolhimento e empatia vai trazendo a diminuição do fardo que é ser mãe de LGBTQIAPN+.

Considerando esses elementos, o estudo teve como um de seus compromissos o bem-estar das participantes. A cada encontro foram realizados encerramentos com registro do feedback espontâneo das mulheres-mães e elas avaliaram positivamente o espaço de troca e interação construído durante os encontros, percebe-se o quão potente o grupo se torna neste espaço de partilha e desconstrução de suas crenças que, a princípio, desestruturam sua função representativa de mãe, essa desestruturação é explicada a partir da função orientadora de uma sociedade cisheteronormativa que possui uma visão estritamente binária.

Neste ponto, abordamos a atividade do coletivo Mães da Resistência que realizam um trabalho de acolhimento, tanto para mães quanto para os familiares extensos. Essa ONG utiliza da sua função materna, desconstruídas das imposições cisheteronormativa para dirimir a dor e o sofrimento que muitas mães sentem a partir desta nova condição familiar. Se veem como agentes atuantes no processo de transformação da sociedade e de seus padrões excludentes. Acreditam que a união gera conforto e aceitação, além de ser a maior luta contra o preconceito no país que mais mata pessoas LGBTQIAPN+ no mundo.

Apoiado nesta discussão, vale realizar outros questionamentos que servirão como norteadores para futuras pesquisas. Quais os impactos que uma/um filha/o LGBTQIAPN+, provoca na saúde mental desta mulher/mãe? Existem diferenças nas representações sociais da maternidade de mães relacionados a mães com filhas/os relacionadas a orientação sexual x identidade de gênero? O nível de estresse vivenciado por mães com filhas/os Transsexuais seria maior que o nível de estresse de mães com filhas/os relacionados à orientação sexual?

Em relação às vivências, constatada pela fala dessas mulheres/mães envolvem um período de superação dos conflitos experienciados pelas implicações que envolveram o *coming out*. Momento contraditório das divergências, atrelados aos papéis naturalizados da maternidade dessas mulheres/mães, ficou claro que apesar das tensões vividas frente ao *coming out*, as participantes expõem a oportunidade de crescimento pessoal, evolução, marcando significativamente esta fase.

Pode avaliar que, apesar de um período com diversos tensionamentos, a inclusão de uma metodologia que permitia às participantes a avaliação contínua da atividade foi indispensável. O foco na promoção do bem-estar deve ser pensando no manejo da experiência, de tal forma que seja possível potencializar as emoções agradáveis, para que as emoções desagradáveis não sejam vividas de maneira recorrente (PASSARELI, SILVA, 2007).

Por fim, o estudo atingiu de maneira satisfatória os objetivos da pesquisa, ao perceber nos corpus textuais, a exposição das representações de social de mulheres/mães no processo de *coming out*, sendo ancoradas a partir das funções sociais, que apresenta essa mulher/mães com um ser construído historicamente, sendo vista e sentida na contemporaneidade por um sinônimo de carinho, acolhimento e proteção, tanto em sua atribuição materna quanto na sua identidade feminina, concedendo a ela, o papel intrinsecamente atrelado à maternidade. Desta forma, representam a maternidade associada aos ideais biológicos e naturais de “cuidado e proteção”.

Esses comportamentos, frente à maternagem, ancoram-se na “responsabilidade”, uma vez que seguindo as crenças profundamente enraizadas na cultura, a mulher é a responsável por todo cuidado perante o desenvolvimento saudável de sua prole. Quanto relacionados ao processo de *coming out*, a figura paterna parece envolver os aspectos relacionados ao gênero, se ausentando das responsabilidades na criação das/os filhas/os, inclusive no processo de aceitação, da nova realidade familiar. Destarte, observar que diante das funções afetivas, os aspectos emocionais expressos se apresentam socialmente carregadas de sofrimento, responsabilização, solidão, culpa e medo frente à descoberta da sexualidade e/ou identidade de gênero de sua/seu filha/o.

Ao que indica, a representação social da maternidade configura deformações no elemento periférico, ou seja, as mulheres/mães continuam sendo pessoas acolhedoras, protetoras, porém, sofrimentos psíquicos como o “medo” e a

“vergonha diante da maternidade com filhas/os LGBTQIAPN+”, estiveram presentes. O medo parece ser um dos elementos rígidos e norteadores do núcleo central, em se tratando dos aspectos que envolvem as emoções das participantes com filha/os assumida/os LGBTQIAPN+.

Contatou-se ainda que os comportamentos de “proteção” parecem ancorar na representação social da maternidade, sendo recorrentes atitudes antecipatórias crenças e/ou comportamentos ativos perante as possíveis violações de direitos de suas/seus filhas/os. Além do mais, baseado à nova realidade a mulher/mãe tem suas expectativas destruídas frente à/ao filha/o idealizada/o. E passam a ancorar utilizando da função identitária quando essas participantes buscam por informações e redes de apoio que possam sustentar sua função representacional, utilizando ainda da função afetiva de “mãe ideal.”

Já relacionado às funções afetivas a de cobrança, que parece permear as vivências maternas, observa-se que estas surgem diante de dois aspectos: a cobrança da sociedade, e conseqüentemente, a autocobrança recorrente. Ainda o sentimento de culpa surge associados ao não cumprimento dessas obrigações ou até por considerarem falhas no que tange ao acolhimento de suas/seus filhas(os) no processo de *coming out*, colocando em prova sua função representativa de mãe.

A sobrecarga faz refletir sobre a naturalização e aceitação de sua condição de mulher/mãe frente à opressão vivenciada, parece se constituir como aspectos do sistema periférico que possibilitam a adaptação à realidade no intuito de proteger o núcleo que compõe sua representação.

No que diz respeito a “rede de apoio surge à necessidade da busca por um posicionamento integrador, frente a vivencia, que está contemplada pela demanda de consumir toda e qualquer informação que possa envolver aprendizado. Além da procura por um o espaço de troca, se insere como elemento apaziguador das angústias advindas dessa culpa. Em relação aos espaços, fora observado quão potente o grupo se torna diante da partilha e desconstrução de suas crenças, neste caso as participantes têm o núcleo periférico em ação quando se utilizam da função justificadora para se incluir nesta nova condição.

No entanto, o estudo possui algumas fragilidades que precisam ser consideradas na contemplação dos dados analisados. O primeiro deles, é que os encontros foram mediados em torno de temas específicos e embora ao longo do debate não tenham sido recorrentes as intervenções, a inclusão de um material pode ter influenciado no material compartilhado pelas mulheres/cis/mães.

Ao que se refere ao recorte racial, aqui também se insere uma observação, esse estudo contou com a participação majoritária de mulheres brancas e, portanto, não se torna capaz de dimensionar neste estudo os impactos sociais das representações no processo de maternidade em mulheres negras.

Cabe acrescentar ressalva quanto ao método utilizado, embora tenha sido uma alternativa para maior segurança de todas no contexto da pandemia, a utilização de encontros virtuais condicionava as participantes, uma vez que indispensavelmente elas precisariam ter acesso à internet e a algum dispositivo que possibilitasse o ingresso nas reuniões. Além de que a metodologia se tornou fragilizada, vista que para os estudos de Representações sociais se faz necessária a utilização aportes metodológicos específicos para se identificar os núcleos centrais e periféricos das representações.

Assim, fica ciente que as pesquisas que envolvem a maternidade abarcam muitos significados, concluindo uma tarefa difícil a ser analisada, dado o campo multifacetado ao qual este objeto de estudo está inserido. Por conseguinte, espera-se que a pesquisa possa contribuir de forma satisfatória classe acadêmica e ao público a que se remete o estudo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRIC, JC. L'organisation interne des représentations sociales: système central et système périphérique. In C. Guimelli (Org.). **Structures et transformations des Représentations Sociales**. Neuchâtel: Delachaux et Niestlé, 1994.

ABRIC, J. C. A abordagem estrutural das representações sociais. In MOREIRA, A. S. P.; OLIVEIRA, D. C. (Org.). **Estudos interdisciplinares de representação social**. 2. ed. Goiânia: AB Editora. 2000.

ABRIC, J. C. **O estudo experimental das representações sociais**. In: JODELET, D. (Org.). Representações sociais. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

AFONSO, Maria Lúcia M.; ABADE, Flávia Lemos. Para reinventar as rodas. Belo Horizonte, 2008. **Publicação Eletrônica**. 2008.

ALMEIDA, M. I. M. A “nova maternidade”: Uma ilustração das ambiguidades do processo de modernização da família. In. S.A. Figueira (Org.). **Uma nova família?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987. p. 55-68

ARIÈS, P. (1978). **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Guanabara.

ARTEIRO, I. L. PASSOS, M.C. A intervenção na cena analítica: entre o bebê imaginário e o bebê real. In: **XIII Congresso Brasileiro de Psicopatologia Fundamental e VII Congresso Internacional de Psicopatologia Fundamental**, Anais, João Pessoa, 2016.

BADINTER E. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; 1985.

BEHAR, Rafaela C. R. **A maternidade e seus impactos nos papéis ocupacionais de primíparas**. UFPB, João Pessoa, 2018. p 15-21.

BALTHAZAR, Gregory da Silva. Crianças viadas e o deslugar do gênero na escola: notas para um feminismo cor de ar. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 36, ed. 01, dez, 2020.

BORK, Beatriz; SANTOS, Thaís Emília de Campos dos; PEREIRA, Guilherme Antoniacomi. **Abordagem familiar e psicossocial**. In: Saúde LGBTQIA+ práticas de cuidados transdisciplinar. CIASCA, Saulo Vitor; HERCOWITZ, Andrea; LOPES-JUNIOR, Ademir. p. 175-185. Santana do Parnaíba (SP): Manoele, 2021

BRUNHARA, F.; PETEAN, E. B. L. Mães a filhos especiais: reações, sentimentos e explicações à deficiência da criança. **Revista Paidéia**, FFCLRP-USP, Rib. Preto, v. 9 n. 16 p.31-40 Jun/1999.

CAMARGO, Brigido Vizeu; JUSTO, Ana Maria. IRAMUTEQ: um software gratuito para análise de dados textuais. **Temas em Psicologia**, v. 21, n. 2, p. 513-518, 2013.

CAMALIONTE, Letícia George; BOCCALANDRO, Marina Pereira Rojas. Felicidade e bem-estar na visão da psicologia positiva. **Bol. Acad. Paulista de Psicologia**, São Paulo, Brasil - V. 37, no 93, p. 206-227.

CARNEIRO, Júlia Dias. '**Queermuseu**', a exposição mais debatida e menos vista dos últimos tempos, reabre no Rio. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45191250>. Acesso em 09 de fevereiro de 2022.

CERQUEIRA-SANTOS, Elder. RAMOS, Mozer de Miranda; GATO, Jorge. **Redes de apoio social e saúde psicológica em jovens LGBT+ durante a pandemia de COVID-19**: Relatório de divulgação de dados preliminares, 2020.

Conselho Federal de Psicologia. Resolução CFP N. 09/2018. **Estabelece diretrizes para a realização de Avaliação Psicológica no exercício profissional da psicóloga e do psicólogo, regulamenta o Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos - Satepsi e revoga as Resoluções nº 002/2003, nº 06/2004 e nº 05/2012 e Notas Técnicas nº 01/2017 e 02/2017**, 2018. Acesso em: 25 de Abril de 2020. Disponível em: <https://satepsi.cfp.org.br/docs/Resolu%C3%A7%C3%A3o-CFP-n%C2%BA-09-2018-com-anexo.pdf>

COSTANTIN, N. I. F. P. (2011). Pais de homossexuais: Etapas no processo de aceitação da orientação sexual dos/as filhos/as. Recuperado em http://www.uftm.edu.br/upload/ensino/pais_de_homossexuais_etapas_no_processo_de_aceitacao.pdf

COSTA, Raphael Raniere de Oliveira et al. As rodas de conversas como espaço de cuidado e promoção da saúde mental. **Revista de Atenção à Saúde**, v. 13, n. 43, 2015.

COSTA NOVO, Arthur Leonardo. “Mãe, Maria nunca existiu! Me chama de João?” Uma análise etnográfica das relações de família e medicalização nas experiências de “crianças trans”. **Horizontes Antropológicos [online]**. Porto Alegre, v. 27, n. 60, mai/ago, 2021.

CORREIA, M. J. (1998). Sobre a maternidade. **Análise psicológica**, 16(3), 365-371.

COZER, Patrícia Martins. Maria Monforte: perspectivas feministas e estereotipia. 2013. 70 f. **Dissertação (Mestrado) - Curso de Estudos Feministas**, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2013. Disponível em: <<https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/35841/1/MariaMonforteperspectivasfeministas.pdf>>. Acesso em: 23 out 2022.

CHAVES, A. M.; CABRAL, A.; RAMOS, A. E.; LORDELO, L.; MASCARENHAS, R. **Representação social de mães acerca da família**. Rev. Bras. Cresc. Desenv. Hum., S. Paulo, 12(1), 2002.

DE CASTRO CRUSOÉ, Nilma Margarida. A teoria das representações sociais em Moscovici e sua importância para a pesquisa em educação. **Aprender-Caderno de Filosofia e Psicologia da Educação**, n. 2, 2004. Disponível em:

file:///C:/Users/User/Downloads/3065-Texto%20do%20artigo-5114-1-10-20180320.pdf. Acesso em 23 de set. de 2022.

DURKHEIM, E. **As Regras do Método Sociológico**. Pensadores. São Paulo: abril, 1978.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. ed. 28. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

FERNANDES, Marisa. O Grupo Ação Lésbica Feminista - Galf e os encontros brasileiros de homossexuais - EBHO. In.: CAETANO, Marcio et al. **Quando ousamos existir: itinerários fotobiográficos do movimento LGBTI Brasileiro (1978-2018)**. 1. Ed. Tubarão: Editora da furg, 2018, cap. 02, p. 17-21.

FERREIRA, Andrea Manuela Fernandes. **A "saída do armário": um estudo exploratório com mães e pais de lésbicas e gays**. 41 f. (dissertação de mestrado). Psicologia, Universidade do Minho, 2012.

FIGUEIREDO, Katylene Collyer Pires de; SCHUTZ, Gabriel Eduardo. Possíveis dilemas envolvendo a pessoa transexual requalificada e terceiros que podem ter seus registros em parte alterados. **Saúde em Debate [online]**, v. 43, n. 01, jun, 2019.

FORNA, A. **Mãe de todos os mitos: como a sociedade modela e reprime as mães**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999.

FREIRES, L. A., REZENDE, A. T., LOURETO, G. D. L., SANTOS, W. S., MENDES, L. A. C. & GOUVEIA, V. V. (2019). Mensuração do Preconceito Sexual: Propriedades Psicométricas para o Contexto Brasileiro. **Psicologia: Ciência e Profissão** 2019 v.39 (n.spe 3), e228490, 222-235.

FREIRES, L. A., GUERRA, V. M., & NASCIMENTO, A. S. (No prelo). Desafios e proposições para a avaliação psicológica com grupos minorizados: (Des)alinhamentos sociopolíticos. Manuscrito aceito para publicação. **Revista Avaliação Psicológica**, 2022.

FREDRICKSON, B. L. (2001). The role of positive emotions in positive psychology: **The broaden-and-build theory of positive emotions**. *American Psychologist*, 56(3), 218–226. doi:10.1037/0003-066X.56.3.218

FREITAS; BERMÚDEZ; MÉRCHAN-HAMANN. Sentidos atribuídos por jovens escolares LGBT à afetividade e à vivência da sexualidade. **Saúde e Sociedade**, São Paulo. v.30, n.2, 2021.

GATO, J., LEAL, D.; Seabra, D. **Redes de apoio social e saúde psicológica em jovens LGBT+ durante a pandemia de COVID-19: Relatório de divulgação de dados preliminares**, 2020.

GOMES, G.; COSTA, P. A., & LEAL, I. (2020). Impacto do estigma sexual e coming out na saúde de minorias sexuais. **Psicologia, Saúde & Doenças**, 21, 97-103. doi: 10.15309/20psd210115

GREEN, James N. "Mais amor e mais tesão": a construção de um movimento brasileiro de gays, lésbicas e travestis. **Cadernos Pagu**. São Paulo, v. 15, n. 01, jun 2000.

GUIMARÃES, Anderson Fontes Passos. O desafio histórico de "tornar-se um homem homossexual": um exercício de construção de identidades. **Temas em psicologia**, Ribeirão Preto, v. 17, n. 2, out, 2009.

GRUPO GAY DA BAHIA. Mortes violentas de LGBT+ no Brasil, 2021, 24 abr. 2022. <<https://grupogaydabahia.com/relatorios-anuais-de-morte-de-lgbti/>>. Acesso em: 24 set. 2022.

GRADVOHL, Silvia Mayumi Obana; OSIS, Maria José Duarte; MAKUCH, Maria Yolanda. Maternidade e Formas de Maternagem desde a Idade Média à Atualidade. **Pensando Famílias**, 18(1), jun. 2014, (55-62)

HAUER, Mariane; GUIMARÃES, Rafael Siqueira de. Mães, Filh@s e Homossexualidade: Narrativas de Aceitação. **Temas em Psicologia** – 2015, Vol. 23, nº 3, 649-662.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça: Interseccionalidades e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo Social*, **Revista de Sociologia da USP**, v. 26, n. 1, junho 2014. p.61-73

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA. **Estupro no Brasil**: uma radiografia segundo os dados da Saúde. Brasil. 2014.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre identidade de gênero**: guia técnico sobre pessoas transexuais, travestis e demais transgêneros, para formadores de opinião. Brasília. E-book. 2012.

JODELET, D. Les Représentations sociales: undomaine enexpantion. Em D. Jodelet (org.), **Les représentations Sociales**. Paris: Press Universitary de France 1989.

ESTRELA, Jadne Meder; MACHADO, Mairada Silva; CASTRO, Amanda. O “Ser Mãe”: Representações Sociais do Papel Materno de Gestantes e Puérperas. **Revista Multidisciplinar e de Psicologia**. Id on Line Rev. Mult. Psic. V.12, N. 42, Supl. 1, p. 569-578, 2018-ISSN 1981-1179. Edição eletrônica em <http://idonline.emnuvens.com.br/id>

LEAL, Claudia Luiz. **Maternidade distanciada**: vivências de mães sobre o ajuste entre maternidade e profissão, da gestação ao retorno ao trabalho. 2013. 51 f. Monografia (Especialização) - Curso de Especialização em Psicologia - Ênfase em Infância e Família, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/70909/000877983.pdf?sequenc e=1>. Acesso em: 20 out. 2022.

LEWIS, Elizabeth Sara. "**Não é uma fase**": construções identitárias de ativistas LGBT que se identificam como bissexuais. 267 f. (dissertação de mestrado). Letras, PUC-Rio, 2012.

LIMA, Wendel; NUNES, Anne. **O abandono de pessoas trans durante a pandemia**. 2020. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/o-abandono-de-pessoas-trans-durante-a-pandemia/>. Acesso em 09 de fevereiro de 2022.

LOURO, GUACIRA LOPES. Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação. **Revista Estudos Feministas [online]**, Florianópolis, v. 9, n. 2, mai, 2001.

LORDELLO, Sílvia Renata; COSTA, Liana Fortunato. Gestação decorrente de violência sexual: um estudo de caso à luz do modelo bioecológico. **Contextos Clínicos**, 7(1):94-104, janeiro-junho 2014.

MACHADO, Jacqueline Simone de Almeida; PENNA, Cláudia Maria de Mattos, CALEIRO, Regina Célia Lima. Cinderela de sapatinho quebrado: maternidade, não maternidade e maternagem nas histórias contadas pelas mulheres. **Saúde Debate**, Rio de Janeiro, V. 43, N. 123, P. 1120-1131, OUT-DEZ 2019

MACHADO, Laêda Bezerra; ANICETO, Rosimere de Almeida. Núcleo central e periferia das representações sociais de ciclos de aprendizagem entre professores. **Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação**, v. 18, p. 345-363, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/k74M4V3f8qpPMNfRJdhRQwB/?lang=pt&format=pdf> Acesso em 23 de set. de 2022.

MANDELBAUM, Belinda. Em busca de um encontro: o método hermenêutico na pesquisa em Psicologia Social. **Temas em Psicologia**, Ribeirão Preto, v. 20, n. 1, jun, 2012.

MELO, Ezilda. Deitadas no divã: a mãe e a mulher. **Maternidade e Direito**, 2021.

MOURA, Solange Maria Sobottka Rolim de; ARAÚJO, Maria de Fátima. A Maternidade na História e a História dos Cuidados Maternos. **Psicologia, ciência e profissão**, 2004, 44-55.

MOURA, Joelson Moreno Brito et al. **Preparação da pesquisa qualitativa**. IN: Métodos de pesquisa qualitativa para etnobiologia. Nupeea, p. 45-62, 2021.

MURASAKI, Aryel Ken; GALHEIGO, Sandra Maria. Juventude, homossexualidade e diversidade: um estudo sobre o processo de sair do armário usando mapas corporais. **Caderno de Terapia Ocupacional**, São Carlos, v. 24, n. 1, nov, 2016.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. Tradução de Pedrinho Arcides Guareschi da versão inglesa publicada em 2000. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. Rio de Janeiro, Vozes, 2003.

MOSCOVICI, S. **Representações Sociais**: Investigações em Psicologia Social. Trad. Pedrinho A. Guareschi. 6ª ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

MOSCOVICI, Serge. Representações sociais: pesquisa em psicologia social. In: **Representações sociais: pesquisa em psicologia social**. 2009. pág. 404-404. Petrópolis RJ: Vozes 2007.

MOSCOVICI, S. **La psychanalyse, son image et son public**. Paris: PUF 1976/1961.

MOSCOVICI, S. **Reconversion industrielle et changements sociaux, un exemple**: la chapellerie dans l'Aude. Paris: A. Colin, 1961.

MOSCOVICI, S. A Psicanálise, sua imagem e seu público. Petrópolis: Vozes 2017.

NASCIMENTO, Geysa Cristina Marcelino; COMIN-SCORSOLINI; FABIO. A Revelação da homossexualidade na família: revisão integrativa da literatura científica. **Temas em Psicologia**, Ribeirão Preto, v. 26, n. 3, jul/set, 2018.

NAGAMINE, Renata Reverendo Vidal Kawano. Os direitos de pessoas LGBT na ONU (2000-2016). **Sexualidade, Saúde e Sociedade**, Rio de Janeiro, n. 31, v. 01, abr, 2019.

OLIVEIRA, Leandro de. BARRETO, Thiago Camargo. Silêncios em discurso: Família, conflito e micropolítica em narrativas sobre a revelação da homossexualidade. **Sexualidade, Saúde e Sociedade**, Rio de Janeiro, n. 33, v. 01, set/dez, 2019.

PALMA, YÁSKARAARRIAL; LEVANDOWSKI, DANIELA CENTENARO. Vivências pessoais e familiares de homossexuais femininas. **Psicologia em Estudo**, São Paulo, n. 04, v. 13, dez, 2008.

PASSARELI, Paola Moura; SILVA, José Aparecido da. Psicologia positiva e o estudo do bem-estar subjetivo. **Estudos de Psicologia (Campinas)**, v. 24, p. 513-517, 2007.

PERUCCHI, Juliana; BRANDÃO, Brune Coelho; VIEIRA, Hortênsia Isabela dos Santos. Aspectos psicossociais da homofobia intrafamiliar e saúde de jovens lésbicas e gays. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 19, n. 01, ago, 2014.

PEREIRA, Eliane Cristina de Sá. **A evolução da homossexualidade**: a história de um preconceito. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/58411/a-evolucao-da-homossexualidade-a-historia-de-um-preconceito>. 2017. Acesso em: 31 de janeiro de 2022.

PIRES, Elaine Muniz. **Maternidade ativa e cuidado do mundo**. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, University of São Paulo, São Paulo, 2020. doi:10.11606/T.48.2020.tde-29092020-180414. Acesso em: 2022-04-21, 2020.

PONCIANO, Edna Lúcia Tinoco; FERES-CARNEIRO, Terezinha. Modelos de família e intervenção terapêutica. **Interações**, São Paulo, v. 8, n. 16, dez, 2003.

PATRICIO, Solange Frid. Parto Humanizado em Tempo de Maternidade Naturalista: os ecos das práticas discursivas no modo de ser mulher-mãe. Dissertação de Mestrado. Cap. 4. **Sobre a representação social da mulher-mãe: algumas reflexões**. Dissertação de Mestrado. Cap. 4. Rio de Janeiro, 2011.

PULLIN, Elsa Maria M. Pessoa; PRYJMA, Leila Cleuri. Representações sociais da leitura: núcleo central e periferia dessas representações entre professores. **Práxis**

Educativa (Brasil), v. 6, n. 2, p. 207-222, 2011. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/894/89420791006.pdf> Acesso em 23 de set. de 2022.

PRATTA, Elisângela Maria Machado; SANTOS; Manoel Antônio dos. Família e adolescência: a influência do contexto familiar no desenvolvimento psicológico de seus membros. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 12, n. 2, p. 247-256, maio/ago. 2007.

RATINAUD, Pierre; MARCHAND, Pascal. Application de la méthode ALCESTE à de “gros” corpus et stabilité des “mondes lexicaux”: analyse du “CableGate” avec IRaMuTeQ. **Actes des 11^{eme} Journées Internationales d’Analyse statistique des Données Textuelles**, p. 835-844, 2012.

RESENDE, Deborah Kopke; BEDRAN, Paula Maria. As construções da maternidade do período colonial à atualidade: uma breve revisão bibliográfica. v. 14 n. 1 (2017): **Dossiê Diálogos entre Antropologia e Arqueologia: contribuições e desafios**.

RIBEIRO, Sandra Fogaça Rosa; YAMADA, Midori Otake; SILVA, Cleonice da. Grupo de acompanhantes de pacientes com implante coclear: uma ação interdisciplinar da psicologia e do serviço social. **Revista da Spagesp**: Sociedade de Psicoterapias Analíticas Grupais do Estado de São Paulo, Ribeirão Preto, v. 6, n. 1, p.48-56, jan. 2005. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rspagesp/v6n1/v6n1a07.pdf>>. Acesso em: 08 jan. 2023.

ROSA, Rafaela da; ROMANINI, Moises. Da culpa e do medo ao alívio e desejo de ser quem se é: a “saída do armário” de jovens homo e bissexuais para suas famílias. **Diversidade E Educação**, v. 8, n. 2, jan, 2020.

SÁ, C. P. **Núcleo central das representações sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

SÁ, Celso Pereira de. Representações sociais: teoria e pesquisa do núcleo central. **Temas em Psicologia**, v. 4, n. 3, p. 19-33, 1996. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v4n3/v4n3a02.pdf> Acesso em 23 de set. de 2022.

SAMPAIO, Juliana et al. Limites e potencialidades das rodas de conversa no cuidado em saúde: uma experiência com jovens no sertão pernambucano. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 18, p. 1299-1311, 2014.

SAMPAIO, Felipe. **Quem pariu Mateus que o embale**. Coluna Noblat. Revista Veja. Março, 2021. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/noblat/quem-pariu-mateus-que-o-embale-por-felipe-sampaio/>. Acesso: 12 de janeiro de 2023.

SANTOS. Izac Azevedo dos. **Narrativas de um adolescente homoerótico: conflitos do eu na rede de relações sociais da infância à adolescência**. 145 f. (dissertação de mestrado). Letras, PUC-RIO, 2008.

SANTOS, Filipe Wilson Pimenta dos. O despertar da orientação sexual homoafetiva no curso da vida: uma análise do filme *cuatrolunas*. REBEH, **Redenção**, v. 02, n. 04, out/dez, 2019.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. A epistemologia do armário. **Cadernos Pagu**, v. 28, n. 01, 2007.

SILVA, Fernando Antônio da. **Representações sociais da maternidade segundo mães de crianças com deficiência**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós – Graduação em Psicologia, 2012. Recife.

SILVA, Juliane Costa; RIOS, Jane Adriana Vasconcelos Pacheco. Jovens gays na escola: masculinidades, infância e narrativa. **Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)Biográfica**, Salvador, v. 04, n. 11, maio/ago, 2019.

SILVA, Tânia M^a Gomes da Silva. **Representações e vivências da maternidade nas camadas populares**. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27., 2013, Natal. **Anais...**. Natal: Anpuh, 2013. p. 1-13. Disponível em: <http://snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364813290_ARQUIVO_materniad_e.generoefeminismo.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2023.

SILVA, Mônica Magrini de Lima et al. Família e orientação sexual: dificuldades na aceitação da homossexualidade masculina. **Temas em psicologia**, Ribeirão Preto, v. 23, n. 3, set, 2015.

SPINK, Mary Jane P. O conceito de representação social na abordagem psicossocial. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 9, p. 300-308, 1993. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/3V55mtPK8KXtksmhbkctkj/> Acesso em 23 de set. de 2022.

SOUZA, Cassia Regina da S. Rodrigues. **Educação das mães e construção da nação nos discursos do jornal “a mãe de família”**. In: BUENO, André; CREMA, Everton; ESTACHESKI, Dulceli; NETO, José Maria de Sousa. *Aprendendo História: Gênero*. União da Vitória: Edições Especiais Sobre Ontens. p. 85-92, 2019.

SOUZA, Daniel Cerdeira de et al. A produção literária sobre homofobia internalizada. REBEH, **Redenção**, v. 02, n. 01, p. 171-189, jan/mar, 2019.

SCAVONE, Lucila. **A maternidade e o feminismo: diálogo com as ciências sociais**, 2011.

TOURINHO, Julia. A mãe perfeita: idealização e realidade. **IGT na Rede**, Brasília, v. 3, n. 5, p.1-33, ago. 2006. Disponível em: <http://www.igt.psc.br/revistas/seer/ojs/viewarticle.php?id=24>. Acesso em: 20 set. 2022.

TOLEDO, Livia Gonsalves; TEIXEIRA FILHO, Fernando Silva. Lesbianidades e as referências legitimadoras da sexualidade. **Estudos e pesquisas em psicologia**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, dez, 2010.

TORRÃO FILHO, AMILCAR. Uma questão de gênero: onde o masculino e o feminino se cruzam. **Cadernos Pagu [online]**, Campinas, v. 01, n. 24, jun, 2005.

TRAVASSOS-RODRIGUEZ, Fernanda; FERES-CARNEIRO, Terezinha. Maternidade tardia e ambivalência: algumas reflexões. **Tempo psicanalítico**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 1, p. 111-121, jun. 2013. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tpsi/v45n1/v45n1a08.pdf>>. Acesso em: 23 out. 2022.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no Paraíso**: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. 4ª ed. 2018. São Paulo: Objetiva.

_____. **Seis balas num buraco só**. Rio de Janeiro: Record, 1998.

VIEIRA, Camilla Araújo Lopes; ÁVILA, Alana Aragão. Um olhar sobre o fenômeno da maternidade naturalista: refletindo sobre o processo de maternagem. **Revista Gênero**, v. 18 n. 2, 2018

ZANELLO, Valeska. Dispositivo materno e processos de subjetivação: desafios para a psicologia. In: ZANELLO, Valeska; PORTO, Madge (Org.). **Aborto e (não) desejo de maternidade(s): questões para a psicologia**. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2016. p. 103-122. Disponível em: <<http://site.cfp.org.br/publicacoes/livros/page/2/>>. Acesso em: 20 set. 2017.

ZANELLO, Valeska. Saúde Mental, gênero e dispositivos. **Cultura e processos de subjetivação**. Curitiba: Appris, 2018

APÊNDICE - A

1. Texto utilizado no segundo encontro:

Título: O fardo carregado pelas mães de pessoas LGBT: Um caminho de pedras a ser percorrido em uma sociedade homofóbica e machista

Confesso que quando contei para a minha mãe que eu era gay, ela chorou. Naquele momento, não podia imaginar totalmente o que aquelas lágrimas representavam. Ao longo do tempo acabei descobrindo, mas hoje sei que naquele exato instante minha mãe já tinha noção, mesmo que mínima, de tudo o que viria pela frente, na vida de ambos.

Eu, apesar de ser o filho na relação, sei que a vida de uma mãe que tem uma filha ou um filho LGBTI não é nada fácil. E isso talvez por dois motivos principais.

O primeiro deles está ligado à triste realidade de vivermos em uma sociedade na qual, ainda hoje, a maior carga e responsabilidade sobre a educação dos filhos recai sobre a mãe. Quando a situação foge um pouco desse padrão, o máximo que se pode chegar é atribuir essa responsabilidade a uma avó ou a tias.

Logo, o ponto central é que a responsabilidade sempre é majoritariamente colocada sobre a mulher — independente de quem ela seja, que está envolvida na criação e educação daquele ser humano em formação. Justamente por isso, por exemplo, lembro que só encontrava mães nas “reuniões de pais” na minha época de colégio.

Fruto de uma sociedade patriarcal, a mãe acaba ficando sempre (ou quase sempre) com possíveis culpas, atribuídas por outros, pelos “erros” que supostamente se deram na formação desse filho ou dessa filha. Ao mesmo tempo, quando o assunto está relacionado às qualidades dos filhos, a sua valorização é praticamente sempre compartilhada entre os dois progenitores. Ou seja, quando algo dá “errado” sob os olhos dessa sociedade a culpa é da mãe, mas quando algo dá certo é fruto do esforço de ambos.

Com a questão LGBT, a situação se reproduz. Quando me assumi gay e as pessoas à minha volta começaram a comentar sobre mim e minha situação, muitas das críticas eram endereçadas justamente a minha mãe, ainda que camuflada e indiretamente. Sei disso porque chegavam aos meus ouvidos.

“Ele é assim porque a mãe deu muita liberdade”. “Será que alguma coisa deu errado na educação para ele ficar assim?”. Foram algumas coisas das quais me lembro.

Além disso, nesse cenário todo, já complexo por si só, entra ainda um outro fator essencial: a auto culpa. Sei que em um primeiro momento minha mãe se culpava. Se questionava se tudo aquilo que estava acontecendo era culpa dela ou qual seria sua parcela de culpa por eu ter “virado gay”, como se a orientação sexual de uma pessoa fosse definida simplesmente por isso.

Para complicar ainda mais, uma outra questão se intrometia no meu caso, pois meus pais haviam se separado há pouco tempo. Não sei bem ao certo porquê, mas isso levou minha mãe a achar, em algum momento, que eu poderia ter “virado” gay em partes por causa disso. Se um relacionamento heterossexual não deu certo, talvez eu tivesse pensado que um homossexual poderia funcionar melhor. Ainda mais porque eu também havia acabado de sair de um relacionamento com uma menina.

Sei que esses são pensamentos momentâneos, afinal quem em sã consciência trocaria a tranquilidade e vida de privilégios de um heterossexual para se tornar um homossexual? Se for para facilitar a vida, teria sem dúvida continuado a namorar meninas. Mas essa não era minha verdadeira identidade.

Uma segunda causa que pode ter originado aquelas lágrimas está ligada à própria preocupação quanto à minha segurança. Não se pode negar que houve muitos avanços em nossos direitos, mas é inegável ainda hoje que se mata muito de nós por todos os cantos do mundo, com base nas mais diversas motivações.

Logo, ao proferir as palavras “sou LGBT”, isso automaticamente liga o alerta de qualquer mãe que sabe que o mundo lá fora nem sempre é tão compreensível quanto ela pode ser, caso queira.

Quanto a isso, o problema contudo é que essa preocupação e alerta constante às vezes podem acarretar em um excesso de proteção, acabando por se tornar ruim tanto para a mãe quanto para o filho ou filha, ao restringir a liberdade de ambos fazerem o que realmente sentem vontade. Além disso, muitas vezes esse excesso de proteção pode mascarar um certo preconceito oculto e entranhado ao longo do tempo em nós, ainda que não percebamos. Logo, essa preocupação de mãe para filho jamais pode ser justificada para mascarar preconceitos ocultos.

Por exemplo, até entendemos quando vocês, mães, nos dizem para termos cuidado na rua, não “darmos muita mostra”. Mas vocês devem entender também que não podemos deixar de ser quem somos só porque aqueles que estão à nossa volta descarregam em nós a tempestade interior que carregam, não aceitando quem somos e muitas vezes nos agredindo — física e verbalmente. Por isso, iremos, sim, andar de mão dadas nas ruas, mesmo vocês dizendo que isso é perigoso para nós. Não somos ingênuos e sabemos onde é um bom lugar para se fazer isso (infelizmente, em pleno século XXI, isso ainda existe) e onde é melhor não agir assim.

O que não pode acontecer é se usar, constante e irrestritamente, esse discurso da superproteção para de uma certa forma pedir, ainda que veladamente, que sejamos discretos em público. Somos LGBT e assim seremos em público, porque afinal ninguém nasceu para esconder sua verdadeira natureza.

Naquela mesma noite das lágrimas, me lembro de ter perguntado se minha mãe estava decepcionada comigo. Ela foi clara: jamais! E sei que essa única palavra, e toda a carga que ela carregava naquele momento, era verdadeira.

Ela jamais teria ficado decepcionada comigo por causa daquilo, embora já soubesse, ou ao menos sentisse, o fardo que seria carregar pela vida o fato de ter um filho LGBT em uma sociedade homofóbica e machista como a nossa.

Felizmente, porém isso é indiferente onde há amor e compreensão. Por esses dias mesmos, minha mãe escreveu em sua rede social como era para ela ter um filho gay e o trecho que destaque é o seguinte:

É maravilhoso ter um filho gay como você e ganhar um filho como o Lucas [meu namorado] de presente. Ter um filho GAY, que a cada momento demonstra convicção e compromisso na sua orientação sexual é inexplicável. TEMOS SEMPRE QUE BUSCAR O QUE NOS COMPLETA e isto é o que me deixa mais feliz. Medo confesso ter, e muito. Medo desta nossa sociedade que coloca valores em coisas superficiais e esquecem de serem autênticas e assumirem suas verdades. Vivem de máscaras e isto sei que meu filho Gay não usa para disfarçar o que realmente é. Cada dia compreendo a sua escolha e aceito porque não vejo negação nas escolhas individuais de ninguém. Cada ser busca o que realmente necessita para ser uma pessoa melhor.

Apesar de a sociedade atual impor a condição de “mãe de um LGBT” muitas vezes como um fardo, a questão que se sobressai a tudo é que isso é indiferente para nós. Apesar do que se diga por aí, nós, enquanto família, somos o que realmente importa. Dói ouvir discursos retrógrados, mas o importante é que nós, enquanto filho e mãe, nos aceitamos. E nisso reside nossa vitória.

Ps: minha intenção nesse texto jamais foi falar pelas mães de pessoas LGBT. Muito pelo contrário, escrevo apenas para chamar a atenção sobre a questão, geralmente tão pouco tratada atualmente. Tudo aqui escrito foi baseado em experiências e conversas que tive junto a minha mãe, não com base em qualquer “achismo” da dificuldade que considero para uma pessoa ser mãe de um LGBT. Peço licença, portanto, por ter escrito sobre esse tema.

Disponível em: <https://medium.com/neworder/o-fardo-carregado-pelas-m%C3%A3es-de-pessoas-lgbt-7a4b0b4a15dc> Pesquisa realizada em 02/10/2020.

2.Texto utilizado no terceiro encontro:

Título: A saúde mental de pessoas LGBTQIA+ em ambiente familiar preconceituoso

A falta de aceitação vinda de quem mais amamos pode afetar nossa saúde mental. Quando falamos de família e do ambiente familiar, logo pensamos em conforto, segurança, apoio e com certeza, amor. Isso é porque todas essas coisas estão

atreladas umas às outras para nós, sempre temos a visão de que o ambiente familiar deve ser aquele que nos acolhe e protege. Mas infelizmente, muitas vezes o lugar e as pessoas que deveriam nos passar confiança, que deveriam nos apoiar e amar independente de qualquer diferença, é onde menos nos sentimos seguros e a vontade. Para muitas pessoas que fazem parte da comunidade LGBTQIA+, estar em casa com a família pode ser algo torturante, que acaba nos afetando psicologicamente.

A falta de aceitação vinda de quem mais amamos, pode mexer com nossa saúde mental, de uma maneira que nem sequer imaginamos, e isso passa a refletir também em nossa saúde física. Por isso, visando construir um ambiente onde todos se sintam seguros, o Observatório G bateu um papo com a psicóloga Thaís Ventura, especializada em Saúde Pública com ênfase em Saúde da Família. Há mais de um ano, Thaís decidiu começar estudos voltados à área de gênero e sexualidade, a fim de compreender melhor as especificidades e necessidades da comunidade LGBTQIA+.

A profissional conta que 90% dos pacientes que atende pertencem a população LGBT, e que muitos relataram que precisam conviver em um ambiente com familiares preconceituosos. De acordo com ela, o período de pandemia ajudou para que esses relatos aumentassem, devido ao isolamento que foi adotado como medida de prevenção contra a Covid-19. “O período de pandemia foi um dos agravantes dessa situação, uma parte desses pacientes hoje preferiram sair de casa, alguns deles acabaram se mudando inclusive no período da pandemia, por causa das convivências frustrantes” relata Ventura.

Ela também alerta que boa parte do preconceito dirigido a pessoas LGBTs, partem dos próprios familiares. “Grande parte do preconceito sofrido pelas pessoas da comunidade vem de dentro dos próprios familiares e amigos. Então eu tenho pacientes que hoje ainda moram com os pais e acabam vivendo com essas situações cotidianamente, quando não é um preconceito verbal desferido ali no convívio, tem a invisibilidade. As pessoas acabam sendo ignoradas, ficam invisíveis diante das pessoas que moram na casa”, afirmou durante conversa.

Thaís falou também a respeito dos efeitos que essa discriminação, vinda de pessoas as quais deveriam nos apoiar e confortar, podem causar, e como evitar que isso leve a situações drásticas para a saúde, tanto mental quanto física. “Eu acredito muito que a família, da mesma forma que ela é um fator de proteção, do sentido de quando a gente alguém que apoie a pessoa LGBTI+ nesse ciclo de convivência adulto, os impactos são menores. Ao mesmo tempo, é possível entender que a família é um fator de adoecimento, então uma das questões que a gente precisa fazer, é trabalhar um pouco com essa família”.

“Mostrando para ela que uma pessoa que aceita a pessoa LGBTI+, um adulto que tem esse acolhimento, a chance de por exemplo, suicídio, diminui os impactos em 40%. Eu acredito muito que o acolhimento é um fator primordial, a escuta atenta,

“você ter aquele momento, sentar com a pessoa, ouvir o que ela tem para dizer, se colar a disposição. O diálogo e o apoio são complementares” afirma a profissional. Ventura afirma também que essa abordagem e ação ajuda com a elevação da auto estima da pessoa.

“Diminui o impacto de estresse, o impacto de ansiedade, de depressão, tudo isso. O mundo fora de casa para a pessoa LGBTI+ já é aversivo, se dentro de casa também for, imagina o aumento de possibilidades de adoecer que isso acarreta. Eu acho que esse trabalho com a família é muito importante, e que a pessoa precisa sempre buscar fazer para que ela consiga se fortalecer, enquanto a auto estima, enquanto a saúde mental. Então, é importante buscar terapia, fazer atividades físicas, e o foco na atividade física na saúde mental não é o emagrecimento, mas sim a liberação de hormônios que são super positivos para a sensação de bem-estar, para a sensação de felicidade.” declara Thaís.

Ela termina dizendo que a sociedade precisa rever as percepções e buscar ouvir as pessoas LGBTs, prestar atenção no que a comunidade tem a dizer. Ventura também diz que é importante se manter a par dos números e taxas de suicídio, violência e discriminação. “Se essas pessoas estão morrendo, estão sendo assassinadas de forma cruel, isso quer dizer alguma coisa para a gente. Quer dizer que o ódio e a violência estão muito atrelados ao nosso dia a dia! Então, famílias, por favor, se abram a conversar, se abram a entender, e façam com que as casas dessas pessoas sejam casas de acolhimento, um porto seguro para nós que somos pessoas LGBTs. Por favor, se abram ao diálogo!” conclui.

FONTE :<https://diversifixeol.wordpress.com/2022/01/21/janeiro-branco-a-saude-mental-de-pessoas-lgbtqia-em-ambiente-familiar-preconceituoso/>

4. Texto utilizado no quarto encontro que teve como título: A visão da mulher/mãe na sociedade

A maternidade é exaustiva. Existem questões sociais profundas que transformam a experiência de educar um ser humano algo intenso, desafiador, dolorido. Quanto mais camadas de opressão social existem em nossas histórias, mais dolorida será a missão.

Ontem concluí a leitura de A filha perdida, de Elena Ferrante (ainda não vi o filme, mas falei dos livros no Instagram) e pensei no cansaço e na exaustão que vivemos e no quanto é difícil não a direcionar aos nossos filhos e filhas. É difícil ofertar a paciência e o carinho que não recebemos em nossas infâncias, elaborar as nossas dores para não repetirmos as falhas inconscientes que tanto nos marcaram. Conseguir ofertar compreensão enquanto somos sufocadas por cobranças sociais infinitas que nos tiram o ar, enquanto os nossos relacionamentos nos invisibilizam e agridem.

Acontece que, nesse sistema de opressão, o ser mais vulnerável é a criança, porque é nela que, na maior parte das vezes, vomitamos os sapos engolidos em outras relações. São elas que escutam os nossos gritos de dor.

Essa replicação da dor e da opressão é, inclusive, essencial para a normalização de todas as outras violências sociais. Bell Hooks, em *Erguer a voz*, diz que desencorajar a criança a reconhecer a própria potência e direito a erguer a voz é essencial para que não gritemos nas relações que nos violentarão vida afora.

Esse desabafo não é respostas, mas um convite a enxergarmos as nossas dores, nomearmos o que nos sufoca, mas que não esqueçamos que as crianças estão nessa mesma tempestade, mas em barcos mais frágeis, e com bem menos forças pra remar.

Que a gente direciona a nossa raiva, a nossa indignação, o nosso cansaço para transformações sociais, para boas escolhas políticas, para cobrar de quem deveria nos apoiar. O problema não é e nunca será a criança.

Fonte: <https://www.instagram.com/p/CYrTKV0uVpC/?igshid=YmMyMTA2M2Y=>

Carga mental. A primeira vez que li sobre carga mental me senti como quem finalmente recebe o diagnóstico de uma dor crônica antiga. Tem nome essa estafa mental em que vivemos, mulheres, sobretudo mulheres mães. Vejo pais que trocam fraldas, dão banho, lavam pratos e acham que vivem algo semelhante a nós. Não, amigo. Além de todo o peso social que nos é colocado em busca de uma perfeição inalcançável, está o papel de gestão da casa - e execução de boa parte das coisas. Quantas vezes você observou se as roupas da criança ainda estão cabendo? Quantas vezes conferiu o tamanho dos sapatos? A quantidade de frutas e verduras que ainda tem, se o remédio da rinite está acabando? Quantas vezes se preocupou com as reuniões da escola, com o dia do brinquedo, com o lanche pro piquenique, com a lembrancinha do aniversário dos amiguinhos? Quantas vezes observou os brinquedos espalhados pelo chão, as roupas fora do lugar - as suas e as das crianças - as toalhas que encheram de mofo por conta do último inverno? Quantas vezes ligou para um amigo para tirar dúvidas sobre a educação, desfralde ou qualquer outra situação relacionada à criança ou à casa que também é sua? Quantas vezes tirou a cortina pra lavar, organizou a cozinha, pesquisou o melhor óleo para usar na comida? Quantas vezes você sentou enquanto ela andava pela casa, colocando tudo no seu lugar?

Não seria a hora de você parar pra pensar porque age assim? Porque não enxerga? "Eu não vi" e "Você não pediu" são apenas uma forma de se isentar da responsabilidade pela casa, pelas crianças, pelo relacionamento, por você mesmo. O machismo tá aí, amigo, entranhado em você, como está em toda a sociedade, como está em mim, mas você se beneficia dele, nós não.

Permaneça vigilante e perceba as nuances dessa estrutura nos seus comportamentos mais simples e comuns. Perceba que há muito a desconstruir.

Não estou te julgando como bom ou ruim, só estou te dizendo que você pode ser melhor, que a vida pode ser mais igualitária, que o relacionamento pode ser menos exaustivo, sobretudo quando nele existem filhos, se o homem assume a parte que lhe cabe neste latifúndio em vez de se nivelar por baixo.

Elisama Santos

Escritora e Psicanalista

Título: **Dispositivo materno e processos de subjetivação: desafios para a Psicologia**

...Em geral, o que se percebe é que a pessoa da mulher ficou cada vez mais subsumida nas funções maternas e domésticas (de sua própria casa e/ou na casa de outras mulheres). A mensagem propalada é de que uma boa mãe deveria se apagar em favor de suas responsabilidades para com seus filhos, com a promessa de felicidade. A partir de então, não amar os filhos tornou-se um crime, uma aberração, a qual deveria ser evitada, ou sendo impossível, disfarçada. Por outro lado, a mãe foi cada vez mais sacralizada: criou-se uma associação de um novo aspecto místico à maternidade, a de santa...

A mãe representada é sempre uma mulher feliz com essa função. A diferença é que agora, além do filho e da família, ela precisa cuidar de si mesma (sobretudo fisicamente) e de sua carreira profissional. O território midiático (nutrido pelos discursos dos especialistas, tais como pediatras, psicólogos, pedagogos, etc. e ao mesmo tempo nutridor deles) alimenta cotidianamente o imaginário social (Thomaz, 2015), mas não só isso, constitui-se em verdadeira “tecnologia de gênero”.

Foucault (1996) aponta ter havido a passagem de um poder repressivo a um poder constitutivo. Das retaliações da Igreja, por exemplo, no século XVIII às mães que abandonavam seus filhos ou deles não cuidavam com o devido esmero, algo novo se produziu: a culpa materna. Houve uma colonização dos afetos, traduzindo sua vitória no sentimento de culpa das mulheres. Esse, tão constante na fala daquelas que são mães nos dias atuais, é o sintoma de que a interpelação de certas performances e subjetivação pelo dispositivo materno deram certo. Assim, as mulheres se culpam, quando mães, por cuidarem demais, por cuidarem de menos, por não cuidarem. Culpam-se também por não desejarem ser mães, quando descobrem uma gravidez; por se arrependem de ter tido um filho (apesar de muitas vezes amá-lo, ambivalência); por não se disponibilizarem a cuidar dos outros.

Fonte: ZANELLO, Valeska. Dispositivo materno e processos de subjetivação: desafios para a psicologia. In: ZANELLO, Valeska; PORTO, Madge (Org.). **Aborto e (não) desejo de maternidade(s): questões para a psicologia**. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2016. p. 103-122. Disponível em: <<http://site.cfp.org.br/publicacoes/livros/page/2/>>. Acesso em: 20 set. 2017.

APÊNDICE - B

Questões disparadoras do 1º encontro:

1. Como você acha que a sociedade vê a mulher/ mãe? Que emoções surgem frente a sua vivência quanto mulher/mãe?
2. Como você se comporta nos ambientes sociais com seu filho?
3. Você e seu companheiro dividem as responsabilidades do processo de reconhecimento de seu filho como LGBTQIAPN+? Se não, como você se sente nesta experiência solo?
4. Quais eram suas expectativas para com seu filho antes de descobrir que ele era LGBTQIAPN+? E após a descoberta como estão as expectativas?
5. Você se sente apropriada e respeitada em relação aos direitos de mulher? O que você pensa sobre?
6. Como já discutimos a sociedade cobra da mulher/mãe uma carga muito pesada. Você sente que a sociedade te cobra como mulher /mãe?
7. Consegue listar quais atitudes/comportamentos você apresentou após a descoberta de seu filho como LGBTQIAPN+? (Ex: Foi buscar informações etc).